

Paisagens Reveladas

NO COTIDIANO DA PERIFERIA

Distrito de Brasilândia Zona Norte
do Município de São Paulo



Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli

São Paulo, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Orientador: Prof. Dr. Euler Sandeville Jr.

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de pesquisa Paisagem e Ambiente.

São Paulo , 2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E DE PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado

Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia:
Distrito de Brasilândia Zona Norte do Município
de São Paulo. São Paulo, 2007 p-281

Dissertação Mestrado FAU-USP.
Orientador: Euler Sandeville Jr.

1. Apropriação do Espaço –SP 2. Paisagem e
Periferia 3. Paisagens Reveladas

Dedico esta Dissertação aos moradores do distrito de Brasilândia que, com generosidade, compartilharam comigo suas vitórias e sagas.

Agradecimentos

Aos moradores que me receberam generosamente em suas casas, para compartilhar suas experiências de vida, suas vitórias e sagas, revelando assim, as paisagens do distrito de Brasilândia, em especial a Sandra Regina, que sempre acreditou nesta pesquisa.

Ao Grupo Técnico de Apoio, no qual realizei os primeiros contatos com a Brasilândia entre 2002 e 2003. A Terezinha Gonzaga, Marta Akemi Horii e Marta Baião - por contribuir ao renovar minha percepção da inserção social do arquiteto, durante a elaboração de planos de ação e urbanização de favelas. Influências que continuaram presentes no desenvolver desta dissertação.

Poder compartilhar idéias e inquietações com o grupo de pesquisa do Laboratório de Gestão e Projeto do Espaço - LAB ESPAÇO foi de fundamental importância. Expresso meu reconhecimento a todos do grupo, em especial ao Professor Dr. Euler Sandeville Jr., por compartilhar seu conhecimento com o grupo, e pela dedicação constante e paciência.

Agradeço também, de maneira especial, aos professores Eugênio Fernandes Queiroga e Reginaldo Luiz Nunes Ronconi, que integraram a banca do exame de qualificação, e a professora Suzana Pasternak, pelas sugestões e contribuições feitas durante a disciplina Dinâmica Populacional I, que foram de grande valia.

À Lílian Farah Nagato, Tatiana Brandimiller, Cláudia Cruz Soares e Hide Molica, pela amizade, e pelo constante incentivo.

Aos meus familiares, principalmente à Osvaldo e Maria Lúcia por cuidarem da minha filha, o meu bem mais precioso, para que eu pudesse dar andamento ao trabalho.

À minha filha Marina, que foi privada por muitos momentos, do nosso convívio, e em especial ao meu marido Fabio, que sempre esteve ao meu lado.

Aos meus pais que, em sua simplicidade e trajetória de luta, ajudaram a construir meu conhecimento, um bem inestimável, que me trouxe até aqui.

Certo ou errado até, a fé vai onde quer que eu vá...

Obrigada minha mãe.

Fonte: Desenho elaborado por Cecília Machado 2003, Nossa Senhora.



Resumo

Neste trabalho são apresentadas as paisagens do Distrito de Brasilândia, localizado na Zona Norte do Município de São Paulo, dentro de uma abordagem humanística, na qual as paisagens são desveladas e reveladas pelos moradores que a constituem.

É um exercício de interpretação da realidade, que acaba por questionar a inserção social do arquiteto frente a projetos de urbanização em áreas de carência social, urbana e de fragilidade ambiental. A falta de conhecimento empírico do arquiteto sobre a trajetória de luta da população e de organização dos espaços, desde sua formação em escolas de arquitetura, o atendimento a demandas habitacionais e déficits de maneira emergencial, ao perceber paisagens riquíssimas e complexas apenas em seus aspectos de urbanização problemáticos, contribui para seu distanciamento das realidades em que pretende atuar.

Busca-se o sentido das paisagens, seus valores, busca-se experienciá-las para pensá-las. Como se propõe no grupo de estudos de paisagem do Laboratório de Gestão e Projeto do Espaço - LAB ESPAÇO, são as pessoas que as vivenciam, as que nos revelam seus sentidos, em nosso esforço de desvendá-los, propondo-nos um questionamento do nosso papel enquanto arquitetos.

Abstract

In this work, many landscapes of the Brasília District, located in the North Area of São Paulo city, are presented from a humanistic approach, in which they are revealed and unveiled by their residents, the people who compose them.

It's an exercise of interpreting reality, that ends up questioning the social insertion of the architect when facing projects of urbanization in areas of social and urban shortage, and environmental fragility. From the background in Architecture schools, to attending housing demands and deficits in an emergencial way, the architect's lack of practical knowledge about the population's path of struggle and organization of spaces, perceiving very rich and complex landscapes only in its problematic urbanization aspects, contributes to increasing their distance with the realities where they intend to act.

We pursue the meaning and values of landscapes; we pursue to experience them in order to think them. According to the proposal of the landscape study group, in the Laboratory of Management and Project of Space - LAB ESPAÇO, the people are the ones who live the landscape, who unveil their meanings in our effort to discover them, proposing us a questioning of our roles as architects.

Sumário

INTRODUÇÃO	03
. Estrutura dos Capítulos	04
<hr/>	
Capítulo 1.	
Paisagem como Conhecimento	11
1.1 Procedimentos de Pesquisa	23
. Protagonistas	34
Capítulo 2.	
Chão, História e Memória Viva	
O Distrito de Brasilândia	39
2.1 Desvelar Paisagens Através da História	43
2.2 Aspectos Gerais da Urbanização da Cidade de São Paulo que Influenciaram o Início da Ocupação do Distrito	54
2.3 Ocupação do Distrito de 1940 - 1970	60
2.4 Ocupação do Distrito de 1970 - 1990	81
2.5 Ocupação do Distrito a partir de 1990	104
Capítulo 3.	
Potencial e Saga _ A Floresta e a Autoconstrução	127
3.1 A Floresta	130
3.2 A Autoconstrução	140
3.3 Situações de Confronto, Negociação e Encontro Estabelecidas	

Entre a Cidade e a Floresta	158
3.4 Um Loteamento na Serra, Jardim Paraná	178
. Aspectos de sua Composição Urbana	194
. Territorialidades	205

Capítulo 4.

As Paisagens e sua Gente	217
4.1 O Valor da Paisagem para um Grupo de Moradores Militantes	220
4.2 Olhares de Antigos Moradores sobre o Espaço _ exercício de percepção sobre as transformações da paisagem	230
4.3 Uma Nova Consciência _ o olhar de crianças e jovens moradores da Serra da Cantareira	243

CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
Brasilândias	262
Arquitetura da Favela e Arquitetura na Favela	267

Bibliografia	275
---------------------	-----



INTRODUÇÃO



Esta Introdução está organizada em dois módulos:

Introdução (pág.03 a pág.04).
Estrutura dos Capítulos (pág.04 a pág.07).

Introdução

Esta pesquisa é resultado de estudos de paisagens no distrito de Brasilândia, zona norte do município de São Paulo. Teve como antecedente minha participação em trabalhos do Grupo Técnico de Apoio, na assessoria técnica responsável pela elaboração de um plano de ação na região em 2003, em projetos de intensa interação com a população.

Ao procurar orientação para o mestrado, esta minha profunda vivência no distrito veio ao encontro da pesquisa de campo iniciada em 2000, pelo Prof. Dr. Euler Sandeville Jr., nessa mesma região, viabilizando a adoção dessa área como objeto de estudo.

Assim, a experiência pessoal e profissional que tive nas favelas e loteamentos irregulares e clandestinos do distrito, acompanhando o cotidiano dos moradores, bem como a produção e valorização dos espaços, possibilitaram, ao ingressar no mestrado, abordar novas questões¹ que deram origem a essa dissertação.

Essa pesquisa integra um grupo de estudos sobre Conceitos e Métodos para Potencialidades e Gestão de Paisagens, que está na origem do Laboratório do Espaço: História, Gestão e Projeto - LAB ESPAÇO. Tem como recorte temático a produção e a apropriação do espaço, tendo por ponto inicial uma investigação crítica sobre o conflito das transformações espaciais atuais e a especificidade cultural, a partir de um entendimento das

¹ Antes, o "olhar" estava voltado para a precariedade destes espaços e para o atendimento de déficits habitacionais. Hoje, reconhecendo-os, percebo também a complexidade cultural desses territórios carentes, compreendendo a especificidade e valor próprios das formas arquitetônicas e da paisagem.

“paisagens como experiências partilhadas” (SANDEVILLE, 2005). É a busca de construir um entendimento da realidade, através de um estudo do homem em seu ambiente, com base na vivência e na observação participante, visando uma maior aproximação de sua natureza dinâmica e processual.

As pesquisas do Grupo de Estudos da Paisagem apoiam-se conceitualmente em autores que permitem uma compreensão estrutural do espaço, e que contribuem para uma discussão de paisagem como cultura e subjetividade². Nesse sentido, cada pesquisa desse grupo de trabalho aprofunda uma série de contribuições desses e de outros autores, seja da antropologia ou da geografia cultural, influenciados pela fenomenologia. Estas etapas de conceituação devem convergir em uma capacidade interpretativa das paisagens enraizadas em sua experiência, como uma primeira aproximação para estratégias participativas de ação.

Estrutura dos capítulos

Neste trabalho, desvelam-se e revelam-se paisagens sob diferentes formas de aproximação da realidade, evidenciando diferentes abordagens que se completam.

No primeiro capítulo, apresento a paisagem como “experiência partilhada”, e os procedimentos que nos levaram a uma possível compreensão dessa paisagem, através das pessoas e de suas histórias de vida.

² Refiro-me aos seguintes títulos dos autores citados, que, entre outros, vem sendo discutidos como base geral das pesquisas no grupo de estudos: A Natureza do Espaço (Milton Santos, 2004), Dialética do Concreto (Karel Kosik, 1976), Topofilia (Yu-Fu Tuan, 1980), O Método (Edgar Morin, 1991), Memória e Sociedade, Lembrança de Velhos (Ecléa Bosi, 1994), A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos (Teresa Pires do Rio Caldeira, 1984), Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural (Augustin Berque, 2004) Analítica do Sentido (Dulce Mara Critelli, 2006).

No segundo capítulo, inicio o processo de interpretação do real, a partir de um estudo das transformações dessa paisagem. É apresentado o processo de produção da paisagem, com base em estudos espaciais e teóricos sobre produção do espaço periférico em São Paulo, confrontados com histórias de vidas de moradores do distrito. Assim, esse primeiro estudo que parte da análise de processos estruturais, ganha consistência, ao compreendermos como quem produz a paisagem e nela está inserido, por ela é tocada e afetada.

No terceiro capítulo, apresento a paisagem pela leitura de um dos seus principais contrastes, definido pela autoconstrução e pela Floresta da Cantareira. Neste capítulo é feito um recorte espacial para análise de um loteamento implantado na Serra da Cantareira, chamado Jardim Paraná. Colocando à luz, as relações que se estabelecem entre os moradores e seu ambiente, percebendo como seus valores influenciam na produção de territorialidades. É possível notar uma pluralidade constituída, por um lado, pelas irregularidades urbanísticas e jurídicas, pela precariedade das construções e de seu tecido urbano, pela escassez de infra-estrutura e de equipamentos públicos, pela violência e pela miséria; e, por outro, pela criatividade, pela mobilização social e pelo sentimento de responsabilidade com o outro.

No quarto capítulo, apresento as paisagens do distrito e sua gente, bem como suas percepções a respeito dessa paisagem. Apresento quais são seus sonhos, expectativas, frustrações e arranjos de sobrevivência cotidianos, os quais são determinantes na produção dessa paisagem. Esse estudo teve como base a análise da paisagem vivida (um contato direto com o cotidiano do morador) e da paisagem percebida (estudos de percepção, representação e narrativas de paisagem).

Em cada capítulo é visto o todo da compreensão que tenho dessa paisagem, a partir dos procedimentos e referenciais teóricos adotados e de um ponto de vista específico, que constrói formas diferentes de desvelar esses lugares. Essas formas de entendimento organizam os capítulos que só se fecham quando se fecha a pesquisa de campo, e a pesquisa de campo, por sua vez, só se fecha quando se formalizam essas formas.

Na conclusão, discorro sobre alguns aspectos do método de pesquisa, e da importância do estudo da paisagem periférica, reconhecendo suas particularidades.

Assim, além de contribuir para os estudos da paisagem, mediante a sua natureza processual e instável, pretende-se dar ênfase à paisagem como conhecimento do arquiteto. Abre-se aqui uma discussão sobre como a falta de apreensão da complexidade desses lugares, nos quais estão materializadas as escolhas particulares e coletivas dessa população, frequentemente conduz a projetos de urbanização que não percebem e nem entendem as especificidades destes lugares.

Em alguns projetos urbanísticos, arquitetos e planejadores, tentam suprir somente as necessidades imediatas, como provisão de moradia e infra-estrutura, e transformam favelas e loteamentos irregulares em bairros da cidade “formal”, ditando a arquitetura da cidade “formal” (JACQUES, 2003). Assim, desvalorizam as formas representadas na paisagem, por desconhecerem a organização e participação da população na produção dessa paisagem, com o argumento de atender as necessidades imediatas³.

3 GANDY (2001:84) afirma que a problemática das cidades desenvolveu-se pelas ciências sociais até os anos 70, e que os estudos urbanos foram influenciados pela ecologia urbana e pela Escola de Chicago, com as influências, nos anos 70, das obras de M. Castells (1972), H. Lefebvre (1973) e D. Harvey (1973); os estudos se basearam na dinâmica do capital. Nesta segunda abordagem, a paisagem urbana perdia sua substância, pois não se levavam claramente em consideração, as variações sutis da significação cultural do espaço urbano, ou seja, a avaliação da diversidade social e espacial era ocultada pela pesquisa de novas metáforas explicativas, baseadas na economia política do marxismo. A partir da metade da década de 90, um novo diálogo instaurou-se progressivamente entre as teorias urbanas neomarxistas e uma literatura voltada para as representações culturais do espaço urbano.

“O planejamento urbano que não considere a paisagem integral (perceptível e fundamental) e cultural , não resolve os problemas ambientais e sociais gerados pela ocupação desordenada”. SILVA, M. (2002:229).



PAISAGEM COMO CONHECIMENTO

Este Capítulo está organizado em dois módulos:

- 1- Paisagem como Conhecimento (pág.11 a pág.23). Discute-se a base de entendimento de paisagem, na qual se apóiam e selecionam os procedimentos de pesquisa.
- 1.1- Procedimentos de Pesquisa (pág.23 a pág.38). Apresenta os procedimentos adotados, sua razão, bem como os protagonistas destes estudos.

Paisagem como conhecimento

A interpretação da realidade só existe, no dizer de CRITELLI (2006:75), quando há um desvelamento do que está ocultado, entendendo que este não está atrás do objeto estudado e sim entre ele¹. Seria como iluminar o que está à sombra, descobrir sua trama de significados. É nesse processo que se imagina entender a problemática do sentido desta paisagem, o que a torna um espaço do mundo vivido. Uma trama que, ao ser expressa enquanto linguagem, também “revela”, e são nesses dois movimentos que se concentram esse trabalho².

O desvelamento da paisagem, só é possível com uma aproximação da realidade, que se dá através das tensões entre experiência e subjetividade³(mesmo sabendo que a subjetividade pode conter pré-conceitos que se dão em um contexto sociocultural), confrontando com os estudos de suas dimensões físicas, sociais e culturais.

Ter a idéia do que seja uma paisagem, sem experienciá-la, não nos aproxima de sua compreensão e de seu sentido. SANDEVILLE (2005:5)

1 A fenomenologia nos aproxima da interpretação do real através da provisoriade e mutabilidade do ser, sendo este entendido como “aparência”. Não há o ser atrás das aparências, ou uma zona escura e invisível. É um constante aparecer/desaparecer, no qual o lugar de acontecimento do ser é o próprio mundo. Para a metafísica, existe uma sombra do aparente; o que está iluminado e que é percebido é apenas o individual. A aparência, então, não apresenta o ser em permanência ou estabilidade, e esconde características.

2 Os outros “movimentos de realização”, como proposto por CRITELLI (2006), o testemunho, a veracização, e a autenticação, serão processos posteriores a essa pesquisa, que dependerão da sua relevância pública.

3 SANDEVILLE sugere, em conversa pessoal com a autora, que não se trata apenas da experiência, mas também de subjetividades, e que estas não são vistas como um fato em si, mas como inscritas em processos coletivos, crenças, valores. CRITELLI(2006:104), destaca também que é pelas emoções que se dá essa aproximação do real. “Portanto, pelas emoções, não são apenas as coisas ou os outros que chegam à sua plena realidade, mas, conjuntamente, é o próprio indivíduo que, por dar-lhes realidade, se realiza plenamente (o mesmo que ocorre com o desvelamento, a revelação e o testemunho: o indivíduo vem-a-ser através do que deixa ser e traz à luz do mundo).”

neste sentido, fala que o estudo do espaço demanda uma vivência que nos aproxima do permanente processo de interação do ser humano e seu meio ambiente⁴. Assim, é na vivência que são revelados os significados dessas paisagens, seus usos e valores.

A paisagem e sua gente, então, passam a ser inseparáveis. Os moradores não são considerados meros observadores (expectadores), mas pessoas que constroem seu conhecimento sobre os lugares, a partir de suas experiências. A nossa formação, nos leva a um conhecimento específico, que pode favorecer as distorções quanto ao conhecimento do lugar.

Não seria então importante que a investigação, em seu processo crítico, buscasse aproximar-se dessa compreensão de uma paisagem? Isso exigiria procedimentos de estudo e de análise que ultrapassariam o esforço de reduzir a realidade a uma descrição objetivada, e nos levariam à relação direta da experiência humana, com os lugares, aproximando-se do que são esses lugares, não só por suas permanências ou estabilidades, mas através de um conhecimento desse arranjo, que é provisório, mutável e relativo⁵.

A paisagem é conflituosa, tensa, provisória e subjetiva, não podendo ser reduzida a um processo formal de estudo do espaço⁶, o que não daria conta de sua complexidade. Compreender a paisagem como objetiva é compreendê-la parcialmente.

“(...) não se deve pensar em duas faces de um mesmo fenômeno, uma material, inerte, e a outra mental, criadora. Nem que a paisagem seja ao mesmo tempo um dado e um percepto. Melhor é

4 MACHADO, Lucy (1988) fala da paisagem antrópica como resultado da interação permanente do homem e seu meio, propondo, deste modo, um estudo que vai além das relações dos elementos.

5 CRITELLI, Dulce Mara (2006:35) “Na modernidade se busca a objetivação, a coisa em si que pode ser mensurada, calculada, assegurando a razão, não importando a verdade das coisas e sim o processo de certificação e precisão, precisão = verdade. Porém, a precisão metodológica é mais controlável que o próprio objeto a que se refere”.

6 Por exemplo, abordar uma favela por seu arranjo morfológico, áreas de risco, acessibilidade, adensamento habitacional, independente da história humana que a anima.

reconhecer que ela é um dado tal qual é percebido, um fragmento do mundo sensível tal qual está dotado de personalidade por uma consciência” (LENCLUD, 1995 apud MENESES 2002:32).

Estudar a paisagem como fenômeno experienciado, é resultado de uma abordagem humanística, na qual se valoriza a experiência das pessoas e assim sua relação afetiva com o meio⁷. As filosofias fenomenológicas (no âmbito da geografia), contribuíram muito para esta abordagem, já que acrescentaram à análise das paisagens, outras significações, nas quais “o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado” (CLAVAL 2004:49). Uma mudança do olhar morfológico e da leitura funcional do espaço que dá-se a partir dos anos 70, quando a paisagem passa a ser vista como vivência⁸. Essa discussão teve a contribuição de alguns geógrafos, com obras que datam desde o fim do século XIX até os anos 70 do século XX, em especial, integrantes da escola geográfica francesa, com La Blache.

De acordo com CLAVAL (1999:3), o interesse dos geógrafos pelos problemas culturais nasce no mesmo período que a geografia humana, no final de século XIX, e pode ser dividido em três momentos:

“Final do século dezenove até os anos cinqüenta : O interesse voltava-se para os aspetos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. Anos sessenta e setenta : a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. Após anos setenta : ocorreu uma mudança

7 Oliver Dulifus, (1973) apud MACHADO, Lucy(1998). Até então a geografia dedicou-se ao estudo do visível ou perceptível do espaço, processos de observação e descrição. Percebemos também, através da obra de MENESES, a aproximação da antropologia, nessa forma de entender a paisagem.

8 Giles Sauter, (1978) in CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeni (2004) propõe o estudo da paisagem como vivência.

significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da geografia humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política.”

Neste processo, amplia-se a compreensão das influências do meio sobre o indivíduo e do indivíduo sobre o meio. Para La Blache, a “*geografia devia analisar e explicar as relações entre os grupos humanos e o meio ambiente onde moravam*” (Vidal de La Blache apud CLAVAL 2002:149).

Albert Demangeon, um dos alunos de La Blache, foi um dos primeiros a desenvolver o interesse pelas paisagens na escala de vida dos indivíduos (CLAVAL 2002:151). Porém é Armand Frémont, nos anos 70 que, através da crítica da geografia neopositivista dos anos 60, na França, que propõe o estudo das formas, cores, cheiros, sons, ruídos e, principalmente, de uma descrição que incluía a “*experiência do espaço vivido pelas pessoas da zona estudada*”⁹.

Outros geógrafos seguiram essa linha de pensamento de Frémont, como por exemplo August Berque, nos anos 80, que desenvolve novas reflexões sobre as dimensões subjetivas e objetivas da paisagem. Fala de uma “*nova interpretação das relações homens/meio ambiente, baseada na idéia de influências recíprocas*”, na qual as pessoas têm necessidade de materializar suas identidades no espaço em que estão englobadas (BERQUE apud CLAVAL, 2002:151).

Essas contribuições nos desviam da “visão” como prática central do estudo da paisagem. A paisagem, então, não é um resultado de um olhar sobre o espaço ou mesmo de olhares, ela é “*um vasto campo de significados, tensões e contradições sociais*” (SANDEVILLE, 2005:1). O olhar reduz esse

⁹ Armand Frémont apud CLAVAL, Paul (2002:158). Para Frémont, “os geógrafos desse período não tiveram capacidade de dar conta das especificidades das paisagens e dos habitantes das regiões que analisavam”.

complexo campo de significações ao que se consegue ver, ou ao que se quer ver¹⁰. TUAN (1980:12) também reforça este entendimento de que “o olhar não basta”. Sendo preciso, nesse processo de conhecimento, valorizar o papel dos sentidos e da subjetividade¹¹.

Para a compreensão da paisagem, é preciso reconhecer a todos a quem essa realidade toca¹². As pessoas que percorrem esses lugares diariamente, que vivem nesses lugares, detêm o conhecimento de quem constitui a própria paisagem¹³ e que deve ser valorizado¹⁴. Um conhecimento do mundo real e não de observações estáticas, ou mesmo de sua própria representação¹⁵; as pessoas têm ligações emocionais¹⁶ com a paisagem.

MACHADO (1988:3) propõe estes estudos interativos sobre o homem e a paisagem, e afirma que o enfoque científico tradicional não dá conta de resolver os problemas humanos mais importantes, já que estes problemas “*resultam de uma atividade perceptiva das pessoas em relação às condições ambientais criadas por e para elas*”.

Esses entendimentos que mostram a “*necessidade de fundir a objetividade do cientista e a preocupação do humanista*” (MACHADO, 1988:3),

10 CLAVAL, Paul (2004:29) fala da nossa educação para ver, como forma clássica de leitura da paisagem pelos geógrafos, dominante nos primeiros setenta anos do século XX

11 SANDEVILLE (1999), BERQUE (2004:89), propõem e justificam que a paisagem não pode ser reduzida a uma definição, ou, no dizer de MENESES (2002), tem um caráter polissêmico.

12 SAUTTER, Gilles(1978) apud CLAVAL(2004:49) diz: “Não é mais a realidade objetiva que nela reconhecemos que deve reter a atenção, mas a maneira como essa realidade fala aos sentidos daquele que a descobre”.

13 SANDEVILLE JR (2005), o que não exclui nem é contraditório com o estudo da paisagem como espaço socialmente produzido.

14 Nesta pesquisa, por razões de delimitação, focou-se na experiência de alguns segmentos de moradores, sem com isso desconsiderar outras abordagens. Lucy Machado (1988), por exemplo, procura entrevistar moradores e agentes públicos para verificar como divergem suas valorações da mesma paisagem. Esta, entretanto, não era a questão que nos propusemos avançar nesta pesquisa, na medida em que desejávamos nos aprofundar na história de vida e das experiências das pessoas, o que exigiu um grande esforço de campo e que no nosso entender a técnica de questionários não responderia, como se expõe mais adiante.

15 GIBLIN apud MACHADO, Lucy (1988:23). A geografia, por muito, tempo teve como foco de estudo paisagens tipo, muitas descritas a partir de cartas topográficas.

16 RELPH, Edward C. (1979) refere-se à paisagem como fenômeno da experiência (geograficidade) que não pode ser apreendido somente através dos sentidos.

me levam a pensar na paisagem do distrito de Brasilândia, da pré-Serra da Cantareira, sendo ocupada pela autoconstrução – uma sobreposição de casas. Porém, só compreenderei quão juntas estão, a precariedade e até a criatividade de algumas construções, ao percorrer esses espaços e vivenciá-los. Então poderei falar do seu cheiro, de sua música, da sua gente, das sensações que tive nesses lugares, na medida em que os significados que compreendo são transformados pelos significados que sua gente me desvenda.

Porém, como medir um sentimento, como fazer da experiência do espaço vivido um conhecimento que possa ser expresso na linguagem científica? Isso porque, mesmo sendo um meio de conhecer uma paisagem a “experiência” é involuntária, não sendo possível determiná-la¹⁷.

Nesse sentido, a experiência pode ofuscar a razão, um processo no qual o indivíduo pode receber informações que é incapaz de descrever ou reconhecer (PENDLEBURY, 2005). No dizer de KANT (1781), cognições imediatas que se opõem aos conceitos. A experiência, então, nos leva a um conhecimento e dimensão de paisagem, que é difícil descrever com nosso conceitual deficiente.

Esta “deficiência conceitual” é apresentada pelos empiristas modernos (que entendem os sentidos como fonte de conhecimento) como a razão dos nossos erros.

“Os nossos sentidos dizem a verdade, mas nós podemos errar quando, por exemplo, tentamos pôr em linguagem (...) É nossa descrição lingüística que é deficiente, na medida em que pode estar impregnada de preconceito.” (POOPER, 2003:36)

¹⁷ KANT, Immanuel (1781) “Experiência é, nesse sentido, uma paixão. Isso significa que, ao experimentar, o indivíduo não exerce sua vontade. A experiência se dá ao indivíduo quer ele queira, quer não.”

Porém, negar a experiência por dificuldade de articulá-la, é um erro (PENDLEBURY, 2005). Mesmo ainda não tendo métodos totalmente reconhecidos para avaliar a paisagem sob esta orientação humanística e crítica, é grande o interesse do estudo da paisagem enquanto experiência. Não é só a valorização do sujeito que a observa e a constitui¹⁸ que está sendo proposta, é a descoberta da paisagem ou das paisagens, aos poucos, e a partir de uma contínua troca entre o pesquisador e seu objeto de estudo, no qual ambos são transformados.

Ao admitirmos a experiência como contato epistêmico indispensável ao estudo da paisagem, é preciso reforçar também, o caráter próprio de cada experiência e perceber que ela representa um conteúdo, ela não é este conteúdo. É um estado mental, que nos aproxima da realidade, mesmo não sendo ela (PENDLEBURY, 2005).

Considerando ainda que a experiência é involuntária, dificilmente mensurada, e representa um conteúdo, não é esse conteúdo a paisagem; sem a experiência o estudo da paisagem torna-se vazio. Isto porque, a experiência nos leva a uma relação imediata com o objeto de conhecimento, sendo este processo dado pela sensibilidade e pela intuição (KANT, 1781:12); um fluxo contínuo entre experiência e entendimento e, assim, a conceituação. Um processo no qual os conceitos adquiridos transformam-se em novos entendimentos. Experiência-se a paisagem para então pensá-la¹⁹.

18 Distanciamento histórico: no séc. XV, a paisagem era um enquadramento da natureza “a moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação”. No séc. XVII, desaparece a idéia de um observador estático, mas ainda fora da paisagem.

19 Isso não quer dizer que, para fazer essa interpretação, não existam pré-conceitos, conjecturas ou um conhecimento anterior. A observação é a nossa fonte última de conhecimento, porém toda a nossa observação envolve a interpretação do conhecimento teórico já adquirido; não parte do nada. “O avanço do conhecimento consiste, predominantemente, na modificação do conhecimento anterior.” (POOPER, 2003:49).

A paisagem, como proposto por SANDEVILLE (2004-2005), enquanto “experiência partilhada”, dá ao pesquisador a possibilidade de repartir, conjuntamente com quem produz e vive a paisagem estudada, sentimentos, memórias, práticas e conhecimentos. Isso nos aproxima de uma discussão da produção da paisagem a partir das necessidades de sobrevivência e de existência de uma sociedade, na qual se produz a paisagem que se deseja, ou a representação mais próxima dela (em alguns casos, a paisagem possível). Uma produção que representa uma contínua busca por transformação no meio, que por vezes é imediatista, pois modifica, explora ou destrói. Nesse sentido, para SANDEVILLE (2005:58), a paisagem, por vezes, incomoda, por evidenciar nossas práticas. Um incômodo que pode nos levar à negação dessa própria paisagem e até mesmo a ignorá-la, através da banalização do olhar. É um não querer mudar o que se vê e sente, é “*abandonar toda tentativa de interferir nas coisas*” (COSTA,1994). Assim, é extremamente rico o exercício que constitui o processo de conhecimento da paisagem, de compreender o mundo. É pensar nossas responsabilidades perante os problemas atuais, sejam sociais e/ou ambientais.

Ao apresentar as paisagens do Distrito de Brasilândia, localizado na Zona Norte do Município de São Paulo, dentro de uma abordagem humanística, acabo por desvelar/revelar não só a percepção dos moradores do seu meio e seus valores, mas principalmente quais são suas atitudes nesse meio. Uma paisagem que não foi construída e organizada por outros²⁰, em que o morador não é um habitante passivo, em meio a carências múltiplas, produz e auto-reproduz seu espaço.

20 Mais uma vez, não excluímos a ação de outros agentes, porém nesta pesquisa, nos interessa compreender como se dá essa relação das pessoas que, potencialmente, mais diretamente interagem com esse lugar ao assumi-lo como seu lugar.

Essa compreensão da paisagem dá-se no domínio não só de um quadro de referências teóricas, mas de um conhecimento das condições estruturais.

“O cientista é um ser social e sua atividade uma prática definida pela divisão social do trabalho. Assim é errado pensar que o progresso científico trafegue por um leito absolutamente autônomo, independente das relações econômicas e políticas vigentes. Mesmo que apoiado em critérios de objetividade o debate científico manifestará sempre as concepções de mundo divergentes que existam numa dada sociedade” (MORAES e COSTA, 1984:16).

O conhecimento da experiência de vida dos moradores, deste modo, é cotejado com as contradições sociais em que se dão. Sendo abordados, temas que explicam a produção de zonas altamente diferenciadas na cidade de São Paulo. Uma cidade que tem por um lado, os que vendem sua força de trabalho, e **passam** por ela sem poder ter acesso a serviços de qualidade, bem como moradia; e de por outro lado, uma minoria que se **apropria** da cidade, por meio de sua exploração²¹. São situações tipo, permeadas por múltiplas situações intermediárias.

Mesmo quando a população mais pobre recebe algum tipo de benfeitoria pública, mantém-se ainda na condição de subcidadão²², já que, ao implantarem melhorias urbanas em áreas até então “carentes”, estas acabam por se valorizar. Isso, porém, não representa necessariamente a

21 SACHS(1999:42) fala também da classe média, a classe que estaria no meio desses dois extremos. Esta, em meio a sacrifícios, tenta copiar o padrão de consumo das classes abastadas.

22 KOWARICK(2000:10) fala sobre a expressão espacial da subcidadania, a qual se manifesta, segundo o autor, na “irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade, face a um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades”

melhoria da qualidade de vida dessa população, mas sim a expulsão desses moradores para outras áreas, ainda mais distantes, ainda mais carentes.

“Reproduz-se também uma forma de expansão urbana extremamente dilapidadora para aqueles que não têm recursos econômicos e políticos para pagar o preço de um progresso altamente espoliativo.” (KOWARICK,2000:28)

Nesse contínuo movimento de expulsão, ampliam-se as periferias, e as periferias das periferias, que, mesmo sendo produzidas pelo capitalismo periférico e possuindo fenômenos que se repetem - como a irregularidade fundiária, a autoconstrução, a ausência do Estado, a pobreza e a precariedade urbana -, não são homogêneas.

Cada periferia, cada favela, cada loteamento irregular ou clandestino, de um modo geral, tem graves problemas de infra-estrutura e serviços, além da violência, mas não são essas características que definem esses lugares, não é só por esses aspectos que se interpreta a realidade de uma periferia, que são muitas e diversas. Isso é o que está à mostra e o que configura um imenso tecido precário, que dá a impressão a quem passa de ser homogêneo.

Com essas diferenças, não é possível imaginar que os moradores de periferias queiram as mesmas coisas. As particularidades desses espaços se dão por trajetórias diversas, assim, cada espaço tem sua complexidade ²³. Diferenças que não se restringem à ausência ou presença do Estado (áreas mais urbanizadas e áreas sem qualquer tipo de benfeitoria), mas às

²³ A periferia é complexa e heterogênea, afirma Nabil Bonduki, apud MARQUES, Eduardo(2004:31), porém não é esta a visão predominante.

diferentes formas de apropriação, determinados pelo vínculo do morador com o lugar.

Isso não quer dizer que o morador se aproprie da cidade como um todo, nem mesmo que a percorra. Para SANTOS (2004), essa apropriação de toda a cidade, de quem pode mais do que percorrê-la, pode consumi-la, é feita pela classe abastada. Porém, segundo o autor, são estes que vêem pouco do mundo, por viverem em um universo de imagens pré-fabricadas.

“É assim que eles escapam do totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro” (SANTOS, 2004:325)

As classes abastadas se apropriam de espaços racionalizados, definem a expansão da cidade pela especulação imobiliária e fundiária, mas não a produzem diretamente. Um distanciamento que não se tem na periferia, nas zonas opacas, assim chamadas por SANTOS (2004), em contraposição à cidade luminosa “moderna”.

Na periferia, a escassez por infra-estrutura, serviços, necessidades de consumo não os faz passivos. Eles sonham e lutam para satisfazerem suas carências cotidianas, através de adaptações criativas de espaços e objetos. Ao mesmo tempo, essa produção do espaço através de um urbanismo possível²⁴, pode resultar em condições de adensamento, insalubridade e risco geotécnico, principalmente por essas construções e intervenções se darem em áreas frágeis, do ponto de vista ambiental, em solos mais vulneráveis à erosão, como encostas e beiras de córregos.

24 MARICATO(1982) fala da autoconstrução como arquitetura possível.

Para MARCONDES (1999), esse processo marcado pela pobreza urbana e risco ambiental é denominado “espoliação ambiental”, correspondente ao termo “espoliação urbana”, de KOWARICK (2000:8), que o introduziu no vocabulário da sociologia brasileira, no final da década de 70, como *“ausência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que, conjuntamente com o acesso à terra, se mostram socialmente necessários à reprodução urbana dos trabalhadores”*²⁵. Espoliação ambiental, então, seria *“a exploração ambiental e inexistência das condições mínimas ambientais, socialmente necessárias à subsistência dos trabalhadores(...)”*.

Essa adaptação contínua de espaços e objetos, devido à impossibilidade de acesso material, no dizer de MARICATO (1982:15), faz com que esses moradores atuem por um lado como *“criadores de uma riqueza social”*, como um encontro do trabalhador e o produto. Por outro lado, servem ao capital *“na medida em que a força de trabalho continua a ser uma mercadoria”*. Tal fato acontece, já que o morador reduz o custo da reprodução de força de trabalho, ao autoconstruir sua casa e fazer melhorias em seu bairro²⁶.

É preciso dizer, que mesmo “servindo” ao capital, as relações que se dão nesses espaços, no dizer de MARICATO (1982:71), são diferentes das relações capitalistas (compra e venda de força de trabalho). A autoconstrução desses espaços se constitui pela cooperação e troca de favores, na qual a força de trabalho é a própria família e vizinhos, e as festas nas lajes e quintais, a retribuição do trabalho coletivo. Assim, na periferia se produz o urbano de outro modo, de forma espontânea e partilhada.

25 Essa é a versão original do que o autor entende como espoliação urbana, na qual o processo espoliativo resultaria de uma série de extorsões.

26 A autoconstrução acaba por “atender” parte da demanda, por habitação popular, frente ao incremento demográfico da cidade de São Paulo e da incapacidade do Estado em responder a esta demanda.

Neste contexto, o estudo da paisagem do distrito de Brasilândia nos leva ao contato com esse potencial humano, nos quais trabalhadores, em suas horas de folga, *“constroem artesanalmente uma parte da cidade”* (MARICATO, 1982:79), porém, satisfazem sua necessidade por moradia em detrimento de áreas de grande importância ambiental, como a Serra da Cantareira, antigo *“Castelo de Águas”*, hoje abandonado. Este estudo nos leva a compreensão de uma paisagem, que mesmo sendo resultado de uma estrutura fundiária baseada por relações desiguais (em que não se escolhe estar ali), não deve ser considerada como uma paisagem dada, ou somente imposta²⁷.

Essas são problemáticas que dão ao estudo da paisagem, uma abordagem também dirigida para a leitura das desigualdades, não apenas pela experiência direta, mas pelo entendimento prévio do processo de urbanização ou de construção social do espaço.

1.1 Procedimentos de Pesquisa

“Todo registro é um mero índice, uma mera conservação de um som, de uma entonação, de uma imagem que apenas provoca a atenção e a memória do interrogador. Tudo vale, visitas, gravações, entrevistas, vídeos, fotos, escritura de memórias, desenhos... Só o que não vale é acreditar que o apanhado pelo instrumento de registro, por si, revele a totalidade do buscado, nem mesmo que ele se transforme no próprio buscado, isto é, que tome seu lugar.”
CRITELLI (2006:150)

²⁷ DULLFUS (2004:90) fala sobre a produção do meio, a partir de observações da obra de BERQUE *“Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz”*. Discute, que cada vez mais se tem, no mundo, populações que não têm poder sobre os ambientes que vivem, e chama essas populações de *“habitantes em trânsito”*.

Neste exercício de desvelar/revelar as paisagens do distrito de Brasilândia e sua trama de significados, foi necessário ultrapassar o entendimento da paisagem urbana periférica como resultado de problemas sociais e políticos, para compreender também o poder das relações que fazem com que esses moradores sobrevivam a condições de precariedade, constituindo-se como uma análise das forças que interferem na ação do ser humano e na organização social e de paisagem.

Em todo o trabalho buscou-se procedimentos que levassem à compreensão dos valores e sentimentos dos moradores com o seu meio, das formas de produção e apropriação do espaço em seu cotidiano, das peculiaridades e características que persistem nessa paisagem e que reforçam sua identidade, entendendo então, seu sentido estrutural, processual e cultural. Não foram usados procedimentos rígidos, que acabariam por minimizar a experiência humana, mas sim, rigorosos.

Sem o objetivo de aprisionar o estudo da paisagem a certos instrumentos de investigação ou de fazer um relato analítico destes, apresento como se deu esta aproximação do real e a interpretação dessas paisagens. Esta consistiu na elaboração de um quadro referencial teórico (já apresentado na introdução), coleta e análise de dados e trabalho de campo.

O quadro teórico, que tem como base a geografia cultural, não contribuiu com métodos de pesquisa da paisagem enquanto espaço vivido. O trabalho de MACHADO (1988), por exemplo, que desenvolve uma pesquisa empírica, baseia-se na aplicação de questionários para discutir a percepção dos moradores. Porém, nessa Dissertação, recusam-se os questionários como estrutura investigativa. Assim, foram usados procedimentos que valorizassem a experiência, como forma de compreender as paisagens.

O estudo de sua fundamentação revelou, desse modo, uma dependência forte da Sociologia, em um método de pesquisa baseado em pesquisas qualitativas que estudam significados, motivações, valores e crenças. No entanto, é preciso reforçar que não se trata da inclusão desta ou daquela escola de pensamento (ou área de conhecimento), mas de modo coerente com a base epistemológica estudada, os procedimentos são experimentalmente construídos na investigação do problema, na construção de um método que se dá no contato do objeto, não a priori.

Os estudos pautaram-se em análises de registros já feitos sobre a organização social e espacial da região, em documentos oficiais, em meios de comunicação local, como também, na própria rotina e cotidiano dos moradores, observando-os e fazendo entrevistas organizadas, conversas informais e percursos. Esses são estudos que nos trazem evidências e não certezas, aspecto que não tira sua confiabilidade²⁸.

Mesmo usando processos simultâneos e permanentes (pesquisa bibliográfica - trabalho de campo - coleta e análise de dados), houve um ponto de partida nessa investigação, na qual buscou-se informações sobre o tema e a área a ser pesquisada, sendo esses temas, Paisagem e Produção do Espaço Periférico na Cidade de São Paulo.

Desse modo, a observação de campo (fatos e fenômenos), bem como a análise de dados, pressupôs uma série de conhecimentos anteriores das estruturas sociais, urbanas e ambientais, nas mais diversas escalas e do próprio “objeto” de conhecimento: a paisagem. Esses estudos iniciais revelaram algumas preocupações científicas que nortearam todo o trabalho.

28 BECKER, Howard S. (1992). Os antropólogos fazem grande parte dos seus trabalhos a partir de evidências do trabalho de campo, que são consideradas pelos psicólogos, por exemplo, como excessivamente desestruturadas, para produzir conhecimento confiável e mesmo certezas.

No **levantamento e análise de dados** foram colhidas informações sobre a área de estudo. Esses dados permitiram, através da associação a outros, de caráter quantitativo e qualitativo (deste modo complementares), uma leitura do meio físico (estrutura ambiental e fundiária) e social (caracterização urbana-habitacional), baseada em censos demográficos, material cartográfico, fotográfico e planos habitacionais e urbanos.

Deve-se destaque aos levantamentos fotográficos, mesmo sendo entendidos como “representações” que sempre serão incompletas em relação ao objeto. Foram diversos os registros fotográficos utilizados, sendo considerado o mais importante o levantamento de imagens que retratassem o cotidiano da população, em outros tempos. Este foi feito junto a jornais locais e com a própria população, e são imagens que enriqueceram as narrativas de vida, colhidas no trabalho de campo.

O **estudo de campo** foi um esforço de reconhecimento da paisagem, a partir de uma imersão na área de estudo, partilhando experiências e usufruindo da realidade coletiva dos moradores. Representa uma coleta de dados e uma interpretação de aspectos da realidade. Consistiu-se em percursos, observação participante, audição de narrativas de vida, exercícios de percepção e representação da paisagem, grupos focais, entrevistas abertas, entrevistas semi-estruturadas e estudos participativos. Essa diversidade de procedimentos de campo, teve por finalidade, explorar os diversos modos de “olhar” as paisagens do distrito, a partir de sua história oficial e vivida, dos seus conflitos e da percepção dos moradores.

Os percursos se deram de maneira intuitiva, podendo ser entendidos como observação assistemática, na qual o observador interpreta a realidade estudada e a registra sem a utilização de meios técnicos de planejamento ou controle (COSTA,1987 apud BONI e QUARESMA,2005:69-

70). Mostraram-se como contínuos enquadramentos perceptivos de todo o distrito, no qual foi decodificado o que está ao alcance do olhar.

A observação participante difere da assistemática, isso porque ela *“pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado”* (COSTA,1987 apud BONI e QUARESMA,2005:69-70), já que existe, além da aproximação do cotidiano dos moradores, o partilhar de experiências, potencializando esses estudos e os elevando à categoria de *“vivência”* do pesquisador, em sua área de estudo.

Durante duas semanas, no primeiro semestre de 2006, participei do cotidiano dos moradores do Jardim Paraná (loteamento clandestino localizado na Serra da Cantareira), no papel de pesquisadora, observando situações diurnas que não seriam apreendidas senão pelo olhar interno do ambiente de estudo. Como por exemplo, a dificuldade de acesso em atividades cotidianas como comprar gás, ir à escola ou desfazer-se do lixo. O loteamento foi escolhido por representar o principal foco de expansão urbana sobre a Serra da Cantareira, no distrito.

Os percursos, bem como a observação participante, foram importantes exercícios cognitivos de leitura dessa paisagem, porém, foram as narrativas de vida²⁹, e as entrevistas abertas e semi-estruturadas que trouxeram à luz o que está oculto nesse espaço. As narrativas de vida deram veracidade à paisagem, mesmo sendo apenas uma das suas possibilidades de compreensão. Essa compreensão da paisagem, acompanhada por lembranças, sonhos e frustrações dos moradores, produziu um re-olhar a paisagem.

29 BECKER (1992:113) afirma que, para sociólogos a *“história de vida”* é muito rica, mais do que qualquer outra técnica para se estudar processos em curso, e traz a estudos estagnados novas variáveis. Porém, a história de vida caiu em certo esquecimento, pelos sociólogos, que mesmo com esse potencial, não fizeram dela um instrumento padronizado de pesquisa, e passaram a se interessar mais pelo desenvolvimento da teoria abstrata e menos pelos relatos.

Assim, essa Dissertação foi produzida a partir das narrativas de vida de quem constitui esse espaço e o produz, num exercício dos moradores nos proporem as questões, e não o de aplicar sobre eles questionamentos a respeito do que já se sabe ou se pensa saber sobre sua realidade³⁰.

As narrativas de vida acabam por evidenciar as formas pelas quais esses moradores são afetados pelas situações de precariedade. Assim, através de emoções, abrem-se outros significados dessas paisagens, que não são meramente lógicos (sobre a ausência do estado - exclusão - periferia): é uma mensagem viva, um confronto direto com esse cotidiano. Dessa forma, esse tipo de conhecimento levou-nos a outras questões menos óbvias, como por exemplo - *“como se dão os processos de exclusão e degradação ambiental?”*, nos instigando a investigar o potencial humano e as estratégias de sobrevivência e de criatividade dessa população.

Para o levantamento dessas narrativas, foram escolhidos moradores que chegaram em períodos diferentes ao distrito, o que permitiu entender, em um determinado momento da narrativa, como foi esse primeiro olhar sobre o distrito, o que o levou até lá e o que faz com que ainda permaneça. Histórias que são extremamente importantes para a compreensão dessa paisagem e que atuam como peças de um mosaico.

“Ela descreverá aqueles episódios interativos cruciais, nos quais novas fronteiras de atividade individual e coletiva são forjadas, nos quais novos aspectos do eu são trazidos à existência. Assim, é por conferir uma base realista à nossa imagem do processo subjacente, que a história de vida serve aos propósitos de verificar

30 CRITELLI, (2006:27) fala que não se pode investigar a realidade a partir de uma resposta já sabida sobre ela mesma. O conjunto de procedimentos visava ultrapassar e reconstruir permanentemente o que se sabia, a cada nova etapa.

pressuposições, lançar luz sobre organizações e reorientar campos estagnados.”(BECKER , 1992:110)

As narrativas apoiaram-se em procedimentos advindos da história oral, e foram colhidas nas casas dos moradores, sendo gravadas, transcritas e posteriormente revisadas pelos moradores. No início de cada registro, eles eram informados do que se tratava a pesquisa e notificados de que suas palavras estariam sendo gravadas. Após sua autorização, foi solicitado a eles que contassem sua trajetória de vida. Esses depoimentos estão transcritos nos capítulos 2, 3 e 4.

As entrevistas abertas tiveram como enfoque as transformações que se deram na paisagem do distrito, evidenciando como os moradores percebiam essas mudanças. Assim, foram escolhidos antigos moradores, para se ter uma análise temporal mais longa. A eles, o tema "paisagem" foi introduzido em três referências temporais: passado, presente e futuro, e o entrevistado discorreu, com liberdade, sobre o tema. Aos moradores, foram feitas três perguntas:

Como era a paisagem do distrito?

Como é hoje essa paisagem ?

Qual o futuro dessa paisagem?

Essas questões foram respondidas de maneira informal e revelaram diferentes percepções de paisagem e diferentes conceitos de paisagem, permitindo explorar mais amplamente a questão. Tais depoimentos estão transcritos e analisados no capítulo 4.

Também foram feitos estudos associados ao valor atribuído à Serra da Cantareira e à percepção sobre as transformações de paisagem. Os procedimentos usados foram a entrevista semi-estruturada e as representações de paisagem. Esses estudos foram feitos com moradores de

loteamentos localizados junto à Serra da Cantareira, Jardim Damasceno e Jardim Paraná. A escala temporal estudada foi menor do que a do grupo anteriormente citado nas entrevistas abertas.

O Jardim Paraná foi escolhido por ter moradores que chegaram ao distrito a partir da década de 90, e o Jardim Damasceno, por ter um grupo de crianças e jovens que participam de uma entidade socioeducativa, chamada Arte na Rua, que é de grande importância, já que é a primeira entidade de educação ambiental da região, criada e organizada pelos próprios moradores. O estudo desenvolvido com esse grupo constituído por crianças e adolescentes, permitiu uma investigação das transformações da paisagem, sob a perspectiva de uma geração que já encontrou a degradação ambiental em seu cotidiano, porém, que tem como processo de formação, a educação ambiental que as sensibilizou para o problema.

No Jardim Paraná, a investigação se deu através de entrevistas semi-estruturadas, combinando perguntas abertas e fechadas, conforme propõe COSTA(1987) apud BONI e QUARESMA(2005:69-70). Assim, a cada entrevista, abordou-se a chegada ao distrito e ao loteamento. A partir de uma conversa informal, foi possível levantar dados sobre como aquela paisagem da Serra da Cantareira parece a cada morador e o quanto ela é valorizada. As perguntas não reduziram a elasticidade das respostas, já que só eram um roteiro de inquietações e questões.

Nessa investigação interna, no loteamento, não houve o recorte de um grupo específico (faixa etária ou gênero); esse recorte já foi dado pela escolha do loteamento, como explicado anteriormente. Assim, as entrevistas deram-se durante os percursos de campo, os quais, a cada viela, mostravam inúmeras possibilidades de investigação. Crianças brincando nas escadas, mulheres lavando roupas, tudo foi entendido como possível universo de descobertas. As entrevistas foram feitas nas casas dos moradores,

possibilitando um outro estudo que relacionasse diferentes ambientes habitacionais e as informações das entrevistas. Verificou-se a leitura que tinham destes lugares, e como o valor que atribuíam a eles influenciava na forma de produção do espaço.

No Jardim Damasceno, os procedimentos foram outros. Existiram dois recortes, um espacial (Jardim Damasceno - loteamento localizado junto à Serra da Cantareira) e outro etário (crianças e adolescentes do projeto Arte na Rua). Se aqui fossem utilizados os mesmos procedimentos de investigação já citados anteriormente (sem definir grupos a partir de recortes etários), não se chegaria à percepção dos moradores em relação aos processos de transformação da paisagem em uma escala temporal menor, já que esse loteamento passa a ser ocupado desde a década de 1970.

Definidos os grupos de investigação - crianças e adolescentes do projeto Arte na Rua -, foram realizados três procedimentos: o primeiro, grupos focais; o segundo, estudos de percepção e representação da paisagem; e o terceiro, entrevistas abertas. É necessário reforçar que a pesquisa com os jovens foi feita separadamente da pesquisa com as crianças.

Os grupos focais foram feitos com as crianças, e consiste em uma *“técnica de coleta de dados, cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum, ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema”*(BAUER & GASKELL ,2002 apud BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema, 2005:73).

Os grupos permitiram um primeiro contato com a realidade infantil e foi um aquecimento para os estudos de percepção e representação da paisagem, no qual as crianças foram estimuladas a falar como é o lugar onde moram e como é o seu dia-a-dia.

Para o estudo de percepção e representação da paisagem, optou-se pela elaboração de mapas mentais, procedimento que permite trabalhar a percepção da população frente aos problemas ambientais (LYNCH, 1960 OLIVEIRA, 1977 - PETCHENIK, 1995 - TUAN, 1997 apud SILVA , 2002:101).

Foi solicitado aos jovens e crianças que desenhassem o lugar onde moram. Nos grupos focais, foi possível perceber o quanto o conceito de paisagem, no senso comum como *“lugar bonito, que não cause sofrimento, ou que não tenha qualquer precariedade”*, interferia na percepção deles, que por vezes afirmaram *“aqui não tem paisagem, só tem barracos”*. Mesmo sendo relevante essa informação a respeito de qual conceito eles têm sobre o que seja paisagem, o que se buscava com esses desenhos, era a compreensão de suas escolhas, seus pontos de referência, sua percepção da realidade e seu posicionamento frente aos problemas ambientais, gerados pela autoconstrução sobre áreas de importância ambiental.

Após esse exercício, foram feitas entrevistas abertas com cada criança e jovem, como complemento, para que contassem o que haviam desenhado. Isto porque, o desenho enquanto representação, poderia subtrair algumas informações.

Para finalizar os estudos de campo, buscou-se, através de estudos participativos, formalizar o que já estava incorporado no trabalho: o olhar desses moradores sobre a paisagem, como indivíduos ativos e pensantes nessa pesquisa. Essa foi uma investigação que consistiu em entrevistas semi-estruturadas e observação assistemática, procedimentos realizados pelos próprios moradores.

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas por uma moradora escolhida por ter participado de todo o processo de investigação no distrito. O grupo investigado foi escolhido pela própria moradora, e

caracterizou-se por moradores que compartilham de experiências sociais comuns. A entrevista contava com um roteiro de perguntas que focava três temas: 1- As transformações na paisagem; 2-As expectativas com relação a essa paisagem; 3- Os valores atribuídos à Serra da Cantareira. Tal roteiro permitiu compreender como esse grupo entende essa paisagem periférica (como a percebem), como a produzem e, principalmente, que expectativas têm em relação a ela, mostrando que paisagem desejam.

Esse estudo também permitiu entender o quanto a moradora que aplicou as entrevistas foi influenciada pelos moradores que as respondeu (relativizando a particularidade de sua percepção). Assim, foi solicitado a moradora que, antes de fazer as entrevistas, fizesse uma pequena redação sobre a paisagem do distrito de Brasilândia, para se ter um registro inicial dos seus valores atribuídos à paisagem. Após as entrevistas, foi solicitado que, se necessário, refizesse sua redação, como forma de comparar a transformação ou não deste olhar. A primeira redação não teve autorização de ser anexada ao trabalho, mas a segunda, consta no capítulo 4.

O outro estudo participativo deu-se através de percursos feitos pelos moradores. Foram escolhidos dois moradores do distrito, um de uma região mais consolidada e outro de uma região em processo de consolidação. Os dois tinham em comum um grande conhecimento da região e eram considerados referências para outros moradores. Foi solicitado a eles que fizessem percursos pelo bairro e distrito, e escolhessem, apresentassem ou mesmo fotografassem as potencialidades, peculiaridades e precariedades da região. A pretensão foi a de identificar marcos e referências locais, que estão dentro de um universo de valores que o pesquisador, por estar fora desse contexto, tem dificuldade em apreender. Os resultados captados são apresentados no capítulo 3.

1.1.1 Protagonistas

Não desvelei/revelei a paisagem do distrito de Brasilândia sozinha, fiz como mostrado nos procedimentos acima, partilhando experiências³¹ com moradores. Eles não são tratados como números e estudos demográficos, pois são os protagonistas deste trabalho. Não se pergunta o que são (migrantes, imigrantes, brancos, negros, católicos, evangélicos, etc); nesse trabalho, pergunta-se quem são, o que pensam, como sentem.

Quem são?

Antônio Calisto – Nordestino que chega ao distrito em 1978, para morar na pré-Serra da Cantareira. Deixa o distrito para trabalhar em Brasília e retorna em 1994, quando passa então a morar na própria Serra da Cantareira.

As crianças e jovens do Projeto Arte na Rua – Joane Nunes da Silva, Felipe da Silva, Israel da Silva Vieira, Célia Cristina Fraga, Camila Bezerra do Nascimento, Flávia Cristina da Silva, Lucas Souza, Lincoln Augusto da Silva e Washington Luiz.

Black Gero – Nascido no distrito de Brasilândia, é um rapper que trabalha com crianças e jovens do distrito, e como ele mesmo diz, "tem seu umbigo enterrado na Brasilândia".

Dante Coiro – Morador do distrito e natural do sul da Itália.

31 SANDEVILLE (2005:3) afirma que “É necessário que a paisagem se torne uma experiência partilhada, o que tem inúmeras implicações práticas em seu estudo. Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, na qual o pesquisador, freqüentemente um estranho ao lugar, se insere de modo muito específico e por tempo limitado, partilhando destas experiências e partilhando as suas; usufruindo de uma realidade essencialmente coletiva e de uma herança de gerações. Ou seja, o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e existencial do observador, sob o risco de um estereótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo)”.

Débora Costa Paiva - Nascida em Recife, onde morava em um sítio. Hoje mora na Vila Terezinha - Distrito de Brasilândia.

Eduardo (cujo sobrenome nunca soube) - Morador do Jardim Vista Alegre e liderança local. Têm como uma de suas lutas a recuperação da área do antigo Sítio Bananal.

Euribia Horácio Neto - Moradora do Jardim Damasceno, participou ativamente de movimentos da população reivindicando melhorias para seu bairro.

Firmino (cujo sobrenome nunca soube) - Morador do Jardim Paraná, há nove anos. Encontra neste loteamento localizado na Serra da Cantareira, a oportunidade de parar de pagar aluguel.

Geralda Luiza Galdino - Chega na região atual do distrito em 1938, e retrata parte da história da comunidade negra na região.

Gisele de Oliveira Mendonça - Moradora do Jardim Damasceno e Coordenadora do Projeto Arte na Rua, acredita no protagonismo do jovem e da criança da periferia.

Iolanda (cujo sobrenome nunca soube). Jovem de 22 anos, chegou do interior da Bahia há dois anos.

Juliane Bastos de Souza - Com 11 anos, é moradora do Jardim Paraná e estudante do CEU PAZ.

Kelli Suzana A. da Silva - Chega ao distrito na década de 80, para morar em casas- embrião, fornecidas pelo Estado.

Larissa Fernando dos Santos - Com dez anos, é aluna do CEU PAZ, localizado no Jardim Paraná.

Laudelino da Conceição - Natural de Taquaritinga, chegou ao distrito em 1954, quando sua mãe comprou um lote no primeiro loteamento da região, o então chamado "loteamento Brasilândia".

Lídia Yamasaki – Filha de imigrantes japoneses, nasceu no distrito de Brasilândia em 1947, data de sua fundação.

Lucélia (cujo sobrenome nunca soube) – Mineira, do município de Águas Vermelhas, veio para São Paulo em 1994, para salvar a vida de seu filho que tinha problemas cardíacos. Chegou ao distrito em 1996.

Luzia Pimenta, enfermeira, agente de saúde e moradora da região da pré-Serra da Cantareira. Mais do que levar atendimento de saúde a regiões precárias, quer fazer estas pessoas voltar a sonhar.

Maria Bonfim – Moradora do distrito desde 1972, mãe de 9 filhos 30 netos e 5 bisnetos. Mora na margem esquerda do Córrego Bananal .

Marluce Batista – Moradora de um loteamento na Serra da Cantareira, do qual participou da ocupação, em 1995.

Raul Siqueira – Chegou ao distrito em 1973, para trabalhar no Sítio Bananal; veio para cuidar de roça e de cavalos.

Rosa Maria da Silva Araújo – Chega de uma pequena cidade do interior de Pernambuco, chamada Afogados da Ingazeira, em 1994. E encontra na Serra da Cantareira um abrigo.

Sandra Regina – Nascida no distrito de Casa Verde, veio morar no distrito em 1985, onde encontrou a possibilidade de comprar sua casa própria. Desde então, luta pela melhoria do distrito e pela valorização do potencial humano da região.

Waldir dos Santos – Jornalista e morador do distrito desde 1978. Fez a escolha de trabalhar no distrito, onde tem o seu próprio jornal.

Zilda Moura – Moradora do distrito há 41 anos, viu o primeiro barraco da primeira favela do distrito, ser construído.



Fonte: Cecília Machado 2006



CHÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA VIVA

2.

Este Capítulo está organizado em seis módulos:

- 2- O distrito de Brasilândia (pág.39 a pág.43). Apresenta aspectos da área de estudo.
- 2.1- Desvelar paisagens através da história (pág.43 a pág.54). Discute a importância de conhecer os dramas de vida das pessoas, como um dos possíveis olhares sobre a paisagem.
- 2.2- Aspectos gerais da urbanização da cidade de São Paulo que influenciaram o início de ocupação do distrito (pág.54 a pág.60).
- 2.3 - Ocupação do Distrito de Brasilândia de 1940 - 1970 (pág.60 a pág.81).
- 2.4 - Ocupação do Distrito de 1970 - 1990 (pág.81 a pág.104).
- 2.5 - Ocupação do Distrito a partir de 1990 (pág.104 a pág.123)

Protagonistas:

Waldir dos Santos, Iolanda, Débora Costa Paiva, Luzia Pimenta, Dante Coiro, Lídia Yamasaki, Geralda Luiza Galdino, Laudelino da Conceição, Euribia Horacio Neto, Sandra Regina e Rosa Maria da Silva Araújo.

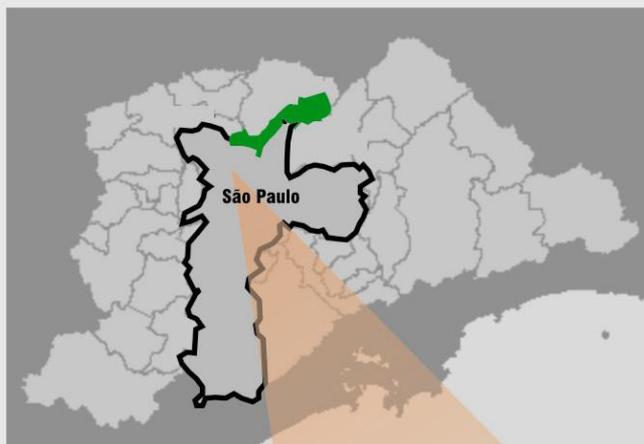
Chão, História e Memória Viva

O Distrito de Brasilândia

O distrito de Brasilândia, por estar localizado em uma zona de expansão urbana sobre a Serra da Cantareira (zona norte do município de São Paulo), abre uma gama de questionamentos e inquietações que ultrapassam a precariedade e a violência - viés pelo qual a mídia privilegia seu enfoque de periferia. Quanto à precariedade e à violência, é preciso dizer que não são estigmas, representam um estado real e visível. No entanto não se pode reduzir a área ocupada do distrito a um grande tecido autoconstruído homogêneo, no qual se estabelecem os mesmos conflitos, ou as mesmas formas de produção e valorização do espaço.

A Brasilândia cresce, e muito. Desenha-se sobre a Serra uma sobreposição de casas. Tão juntas que parecem sufocar uma às outras. Esse adensamento revela-se em números: em 14km² de ocupação urbana estão distribuídos 65.800 domicílios, por 47 bairros, que abrigam uma população total de 247.000 pessoas. Cerca de 51% desses domicílios são irregulares e estão distribuídos por 38 loteamentos irregulares e 93 favelas. Os 7km² restantes do distrito pertencem à Reserva Florestal da Cantareira, perfazendo um total de 21km² (GTA, 2003). A taxa de crescimento populacional é bastante significativa, se comparada à taxa de crescimento do município, no período de 1991 a 2000. Nesse período, a população do

Região Metropolitana de São Paulo



- Parque Estadual da Cantareira na RMSP
- Município de São Paulo

Região Noroeste do município de São Paulo



Fonte: Mapa RMSP LUME 2006
Mapa Base Município de São Paulo LUME 2006
Mapa Base Região Noroeste GTA 2003

distrito cresceu 2,30%, enquanto a taxa de crescimento da população da cidade de São Paulo foi de 0,88%. Ainda nesse período, a região ganhou cerca de 17.000 novos domicílios, 46.000 novos habitantes, paralelamente ao desmatamento de 115 ha na região denominada Zona de Fronteira¹. Ou seja, esse incremento populacional refletiu na expansão urbana local sobre a pré-Serra da Cantareira, que até então, era uma barreira física que condicionava o crescimento da região.

A baixa qualidade de vida, bem como a necessidade de ter uma moradia, mesmo que em área de risco, dá a Serra um outro valor. Um processo acelerado pela baixa renda dos moradores que encontram, na Serra, a possibilidade de parar de pagar aluguel. Os responsáveis pelos domicílios no distrito têm uma renda média mensal de R\$ 663,13, enquanto no município de São Paulo esse valor é de R\$1.310,00. Além disso, as oportunidades de emprego são poucas, devido ao número reduzido de comércios e serviços (setor que é a principal fonte geradora de empregos da região), o que caracteriza o bairro como um bairro dormitório (GTA, 2003).

O baixo nível educacional da população contribui para o grande número de desempregados na região: cerca de 9% dos chefes de família não são alfabetizados, 25% têm até três anos de estudo e 38% têm de 4 a 7 anos de estudo, ou seja, a maior parte dos chefes de família ou não tem instrução ou esta é precária (GTA, 2003).

Com relação à violência², o distrito destaca-se negativamente, sendo o segundo com maior número de homicídios no município de São Paulo. De acordo com dados do PRO-AIM (Secretaria Municipal de Saúde),

1 Esta região foi criada no final do século XIX, objetivando proteger os mananciais com o afastamento da área urbana, segundo a ótica sanitária (HERLING,2002).

2 " Segundo Marcos Drumond Jr. , a cada semana morrem assassinadas mais de 100 pessoas na cidade de São Paulo, correspondendo a cerca de 15 homicídios por dia, sendo 12 deles praticados na periferia. Coloca em seu estudo que se apresentou uma razão de 58,5 vezes entre o risco de morrer assassinado por residir na Brasilândia, numa comparação com o Distrito da Consolação"(GTA,2003).

ocorreram cerca de 1005 homicídios no período de 2000 a 2005, no distrito, dos quais, 413 mortos tinham entre 15 e 24 anos. O homicídio é o “pico” da violência cotidiana a que estes moradores estão submetidos. KOWARICK (2000:10) entende que a partir disso se constrói uma condição discriminatória no imaginário social, o que reforça a condição de subcidadãos desses moradores, já que pesa sobre eles o estigma da “marginalização” decorrente dessa violência.

“Aqui antes era terra de bandido, ninguém vinha trabalhar aqui, nem professor, nem médico. Se matavam alguém em qualquer lugar perto do distrito, já falavam que tinha acontecido na Brasilândia” WALDIR DOS SANTOS, jornalista e morador da região.

No relatório do Projeto Agente Jovem, desenvolvido pela entidade Nossa Sra. de Fátima, no Jardim Elisa Maria (localizado no distrito de Brasilândia), é possível encontrar outros exemplos dessa discriminação, que parte dos moradores da área consolidada do distrito, com relação aos moradores das favelas e loteamentos clandestinos.

“Um dos exemplos é o dia em que um grupo de Agentes Jovens saiu para deixar currículos e procurar emprego. Em uma loja havia uma placa com os dizeres: ADMITE-SE VENDEDORAS. Uma jovem se apresentou para fazer a entrevista, e no diálogo, a responsável deu a entender que ela seria a pessoa escolhida para o trabalho, apresentando todos os requisitos necessários. Quando perguntou o endereço, ela respondeu: “Bairro Elisa Maria”. A responsável interrompeu a ficha, olhou para a jovem e disse: “Não há vaga para você”.

Um outro exemplo também apresentado no relatório, deflagra ainda mais esse ideário de “marginalização e incapacidade”, que se faz dos moradores da periferia.

“Os Agentes Jovens foram até a Regional, apresentar algumas reivindicações e propostas de trabalho em conjunto. A administradora se emocionou vendo o grupo, e disse: “Eu não sabia que nesses bairros existiam jovens com ideais e com disposição de transformar a sociedade”.

Esse processo discriminatório mantém-se ao caracterizarmos o distrito por suas precariedades e pela violência. Constitui-se, como uma leitura distanciada da paisagem reduzindo-a a um estereotipo de paisagem periférica. Assim, nesta Dissertação, entende-se que por esses números não se revela essa paisagem, mostra-se somente, as condições de vida dos moradores.

2.1 Desvelar Paisagens através da história

Qual a importância de tentar desvelar a paisagem? Não me refiro a paisagens-espetáculo, consideradas belas pelo nosso condicionamento sociocultural; refiro-me a todas, inclusive às que não têm valor de mercado e que causam sofrimento.

Essas paisagens que aqui chamo de “periféricas” não estão mais escondidas, estão na mídia. Só no distrito de Brasilândia foram rodados oito filmes de longa metragem. Mas o que buscavam nessa paisagem?

“Eles Não Usam Black Tie”, de Leon Hirszman; “O Invasor”, de Beto Brant; “De Passagem”, de Ricardo Elias; “Noites Paraguaias”, de Aloysio Raolino (assistência de produção);

“Antônia”, de Tata Amaral; “Cidade dos Homens”, de Fernando Meireles; “Carandiru Doc”, de Rita Buzzar (direção de produção) e “Na garupa de Deus”, de Rogério Correa - todos estes, filmados em território “brasiliense”, desde a década de 80 até os dias de hoje” (DSS Produções, 2006)

Essa paisagem, mesmo com sua especificidade, revela um modelo de periferia, um mar de morros ocupados pela autoconstrução. Um modelo no qual se reproduz, através do sensacionalismo, “a miséria e a violência”, ou “a criatividade e a música, o rap”.

A paisagem periférica é muito complexa para ser reduzida a um desses clichês. Revelar suas peculiaridades, suas vozes, é um exercício de ultrapassar as formas e estigmas e chegar a seus significados. A paisagem deixa de ser uma inspiração e passa a ser um laboratório social, que precisa e deve ser investigado. Assim, a pergunta fundamental não seria sobre a importância da paisagem, mas sobre a nossa capacidade de reconhecer e respeitar suas formas próprias e seu universo de significados e valores.

Estudar a paisagem do distrito de Brasilândia, neste sentido, permite avançar em uma discussão sobre ocupações irregulares em áreas de importância ambiental. Traz à tona outras questões que não só a impotência do Estado em conter essas ocupações, bem como sua “tolerância”.

Pode-se, ou melhor, deve-se falar das desigualdades sociais e dos poderes, um público e outro paralelo (este nem tão paralelo assim), que determinam o ritmo da degradação ambiental. Mas, para se aproximar da realidade, é preciso investigar a teia de conflitos, negociações e valores, na qual só é questionada a responsabilidade socioambiental dos moradores, dos quais muitos, em meio à carências múltiplas, não querem estar ali, mas não podem não estar.

Questiona-se que a população não valoriza a Serra e que a autoconstrução vai expandindo-se sobre as áreas de fragilidade ambiental, atribuindo-se a uma paisagem sem pertencimento e sem vínculo esse comportamento. Não se percebe os outros modos de ver e produzir o espaço, com pertencimento. Não são questionadas, por planejadores e arquitetos, as profundas relações que se estabelecem entre o morador e seu meio, suas formas de produção criativa da paisagem.

A falta de vínculo, em parte, está relacionada ao sentimento de “provisoriedade”, devido a carências de todos os tipos (habitacionais, urbanas, e mesmo de cidadania). A princípio, este sentimento pode ser desencadeado pelo processo de desterritorialização, ou desculturização. Um estranhamento com o espaço em que se vive que é resultado da grande mobilidade que praticamente tornou-se regra na trajetória de vida desses moradores, muitos dos quais, são migrantes vindos de outros estados ou mesmo de outras regiões da cidade.

“Vir para a cidade grande é, certamente, deixar uma cultura herdada para se encontrar com uma outra. Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, e cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” SANTOS(2004:328).

Porém, para SANTOS (2004), esse “embate entre o tempo da ação e o tempo da memória”, não se mantém, já que o ser humano passa a substituir pouco a pouco essa alienação pelo entendimento mesmo que fragmentário deste espaço. A desterritorialização, deste modo, vem acompanhada da reterritorialização.

“A cidade que eu morava era pequena, interior mesmo, tudo o que

acontece todo mundo sabe. Quando fui para o Damasceno, era tudo diferente , lá o padrão de vida é diferente. As pessoas falam diferente. Na minha cidade as casas eram grandes, aqui são pequenas, para se habituar é difícil. Pra mim, a Brasilândia é quase a Zona Norte toda, tipo Perus, Taipas, Vila Guarani, Carumbe, Elisa Maria, Vista Alegre. Comecei a descobrir a história do distrito aqui no curso. A gente procura entrevistar as pessoas mais velhas para saber como era antes, como é agora. Por exemplo, aqui não tinha transporte e tinha rio limpo". (IOLANDA, 22 anos, chegou do interior da Bahia há dois anos e participa do projeto Jovens Urbanos da Associação Cantareira.)

"Moro aqui há pouco tempo. Sei que a Vila Teresinha é boa porque tem comércio, que o Damasceno não tem muita coisa, e o Paulistano tem parques. Aqui tinham fazendas, rios, e muito mato, aos poucos acabou com os mutirões. Não tinha água e nem luz, e aos poucos, os moradores construíram as casinhas deles. Minha vizinha contou essa história, ela é a mais antiga da região. Nasci em Recife e morava em um sítio no litoral. Era muito legal, não tinha tanta poluição. Quando cheguei, não era o que imaginava, aqui é muito diferente. Fiquei presa, tem tanta violência, lá não tem isso. Fiquei com medo de sair na rua. Lá era mais gostoso para morar e viver. Mas aqui tem mais trabalho, mas tem que ter experiência. Aqui é uma metrópole e a Vila Teresinha faz parte disso. Quando você não sabe da história de um lugar, você fica perdida, agora você sabendo, você fica impressionado"
(DEBORA COSTA PAIVA, 19 anos e moradora da Vila Terezinha, participa do projeto Jovens Urbanos da Associação

Cantareira.)

Esses depoimentos foram transcritos de gravações do documentário *Brasilândia e Suas Histórias* DSS Produções 2006, do qual fiz parte enquanto pesquisadora.

A permanência deste sentimento de “provisoriidade”, é decorrente por vezes da situação de ilegalidade fundiária, bem como das más condições de vida desta população. Para Luzia Pimenta, enfermeira, agente de saúde no Posto de Saúde Carombé (localizado na pré-Serra da Cantareira) esta dificuldade de valorização dos espaços se dá pela “*falta de perspectiva*”, e “*de expectativa com o lugar e com a própria vida*”.

“Eu vejo lá no Jardim Damasceno, nas casinhas que eu entro, você olha para os olhos das crianças e dos adultos e não há brilho. Eu acho que o cartão de visita de uma pessoa é o olho, é o poder falar olhando nos olhos de uma pessoa, ver o brilho de seus olhos. Lá você fala com as crianças, você está ali na frente delas, mas é como se ela não estivesse te vendo, um olhar perdido. Eu gostaria de ter a oportunidade de ter um espaço para trabalhar com as pessoas sua cidadania, e fazer com que elas voltassem a sonhar, um sonho de realidade, onde as pessoas conseguissem entender que não têm que esperar os outros fazer por elas, que elas podem buscar. As pessoas têm que ser vistas em seu todo físico, social e espiritual, não somos pedaços” (Luzia Pimenta).

Neste contexto, faz-se necessário indagar os processos que geram essas práticas e reconhecer que ao lado do sentimento de provisoriidade

por parte de alguns moradores, há relações de vínculo e pertença nessa paisagem, sendo mais complexas as motivações desses processos.

A paisagem é então produzida por diferentes estratégias, nas quais os moradores desenham espaços para morar ou simplesmente se abrigar, a partir de sua idéia de futuro, e da percepção da realidade que o cerca, definida pela sua trajetória de vida.

Desse modo, o primeiro ato de desvelar a paisagem, nesse trabalho, consiste em apresentar a história dos espaços, relacionando dois universos: um oficial e o outro vivido e sofrido, envolvendo as experiências e valores dos moradores. Mesmo com suas particularidades, cada história acaba por constituir uma memória coletiva, nas quais muitas das experiências relatadas nos ajudam a compreender aspectos da realidade.

Não há o objetivo de substituir as provas documentais pelos testemunhos orais, e sim, o de compreender, através dos relatos, o que fica, **o que significa** (BOSI, 1994) dessa trajetória. A memória é *“associada à percepção de pertencimento a um mundo que engloba e constitui os indivíduos”* (SANTOS, M. S. , 2003:17).

Através das relações traçadas entre a memória e a sociedade, aproximo-me da produção e contínua transformação dessa paisagem, na qual acumulam-se fenômenos que se associam - de exclusão, de degradação ambiental. Esses fenômenos, mesmos contínuos desde a década de 40 (quando a região passa a ser ocupada), revelam diferentes formas de ocupação e produção da paisagem, em diferentes períodos.

Infiro, para a organização da exposição, três períodos principais em suas transformações, frente às crescentes necessidades da população por habitação. Entretanto é preciso atentar-se que esta periodização é específica para explicar as transformações do distrito, não sendo a mais adequada para o entendimento dos processos de transformação da cidade.

Deste modo, o primeiro período é de 1940 a 1970, e marca a ocupação na região sul do distrito, área hoje consolidada; o segundo período, de 1970 a 1990, marca a ocupação da região da pré-Serra da Cantareira, que está em processo de consolidação; e o terceiro período, de 1990 a 2006, marca o avanço das ocupações junto ao limite do Parque Estadual da Cantareira.

É preciso dizer que essa análise temporal não tem por finalidade fazer um recorte preciso das regiões ocupadas em determinado período, e sim, orientar os estudos dos movimentos feitos pela população, representando em que momento se deu o ápice dessas ocupações e em quais lugares, já que se entende que *“os períodos são momentos no tempo, que não passam de paragens de nossa atenção”* (BERGSON, 1971:330 apud PAIVA, 2002:312).

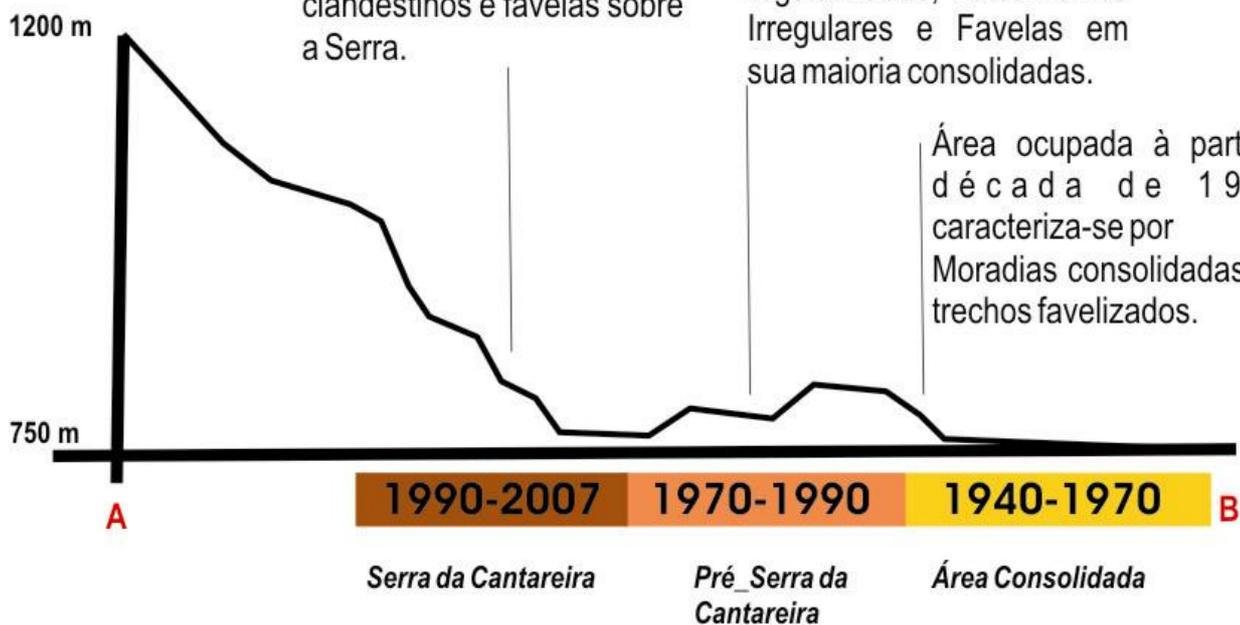
Essa análise está baseada no estudo de fotos aéreas dos diferentes períodos, em depoimentos de antigos moradores, bem como no mapeamento do período de ocupação de favelas e loteamentos irregulares no distrito. Os dados mapeados das favelas foram retirados de fichas de vistoria realizadas em 2003 na região, pelo Grupo Técnico de Apoio, nas quais a população informava aos técnicos o período aproximado das ocupações. Já os dados mapeados dos loteamentos irregulares foram levantados junto ao departamento da prefeitura do municipal de São Paulo - RESOLO.



Área ocupada à partir da década de 1970 até os dias de hoje, sendo sua principal expansão a partir da década de 1990, com a expansão dos loteamentos clandestinos e favelas sobre a Serra.

Área ocupada à partir da década de 1970 e caracteriza-se por áreas regularizadas, Loteamentos Irregulares e Favelas em sua maioria consolidadas.

Área ocupada à partir da década de 1940, caracteriza-se por Moradias consolidadas com trechos favelizados.



Fonte: Análise espacial e temporal - Cecília Machado (2005)
 Perfil topográfico, usado como base para a análise SILVA, M. A. (2002)

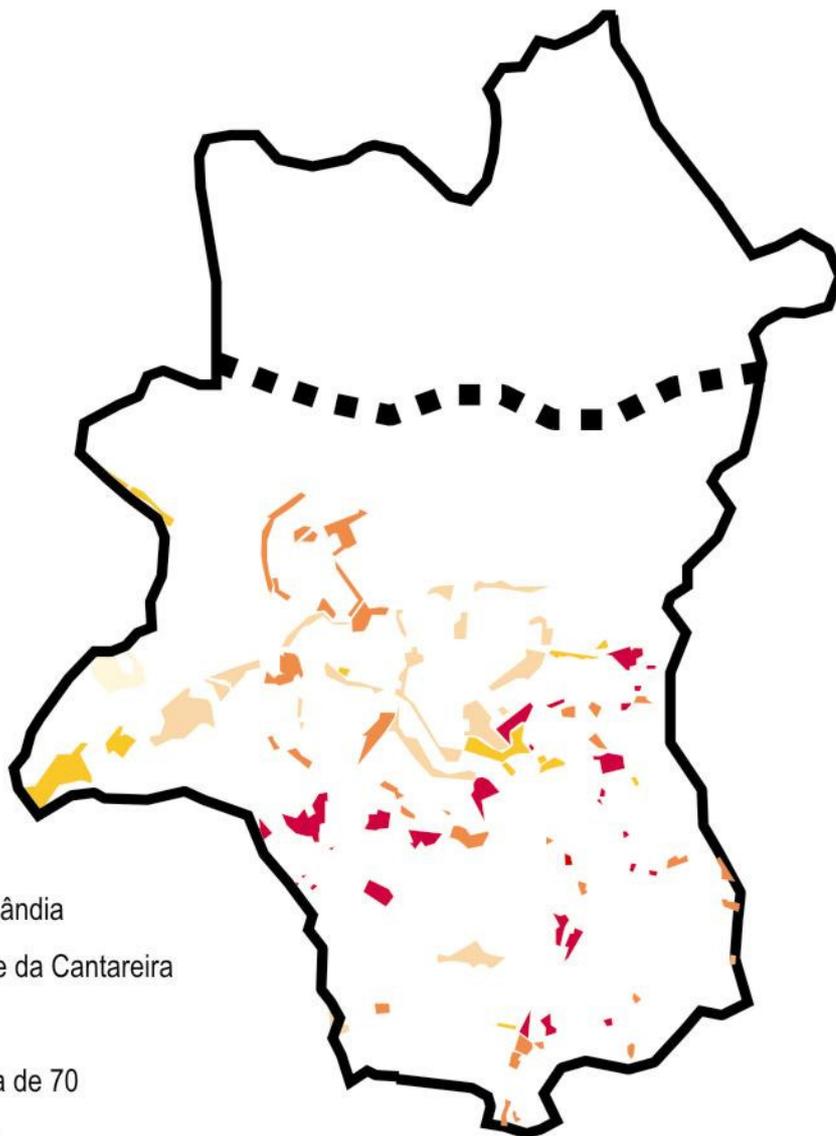
De acordo com essas informações, no primeiro período, de 1940 a 1970, surgiram 35 favelas na região sul do distrito junto (área de expansão junto ao Distrito de Freguesia do Ó) . Nesse período não consta a implantação de nenhum loteamento considerado irregular.

No segundo período, de 1970 a 1990, há uma expansão das favelas na região da pré-Serra da Cantareira, quando surgem 45 novas favelas e 18 loteamentos irregulares. Porém, diferente das favelas, esses loteamentos são implantados por toda a área urbana do distrito, não se restringindo à pré-Serra da Cantareira.

No terceiro período, há uma redução no surgimento de novas favelas (13 no total), porém, há um aumento significativo na implantação de loteamentos irregulares. Assim, esse período, de 1990 a 2007, é o ápice de ocupações sobre a Serra da Cantareira, por loteamentos irregulares (cerca de 20).



Favelas



Legenda

- Distrito de Brasília
- - - Limite do Parque da Cantareira

Período de ocupação

- Antes da década de 70
- De 1970 à 1980
- De 1980 à 1990
- De 1990 à 1995
- De 1995 à 2000

SEM ESCALA

Fonte: Mapa Base com mapeamento das favelas do distrito GTA(2003)
Levantamento de Campo sobre o processo de ocupação das favelas: GTA (2003) – Cecília (2003-2006)
Organização e Mapeamento dos dados: Cecília Machado (2006)



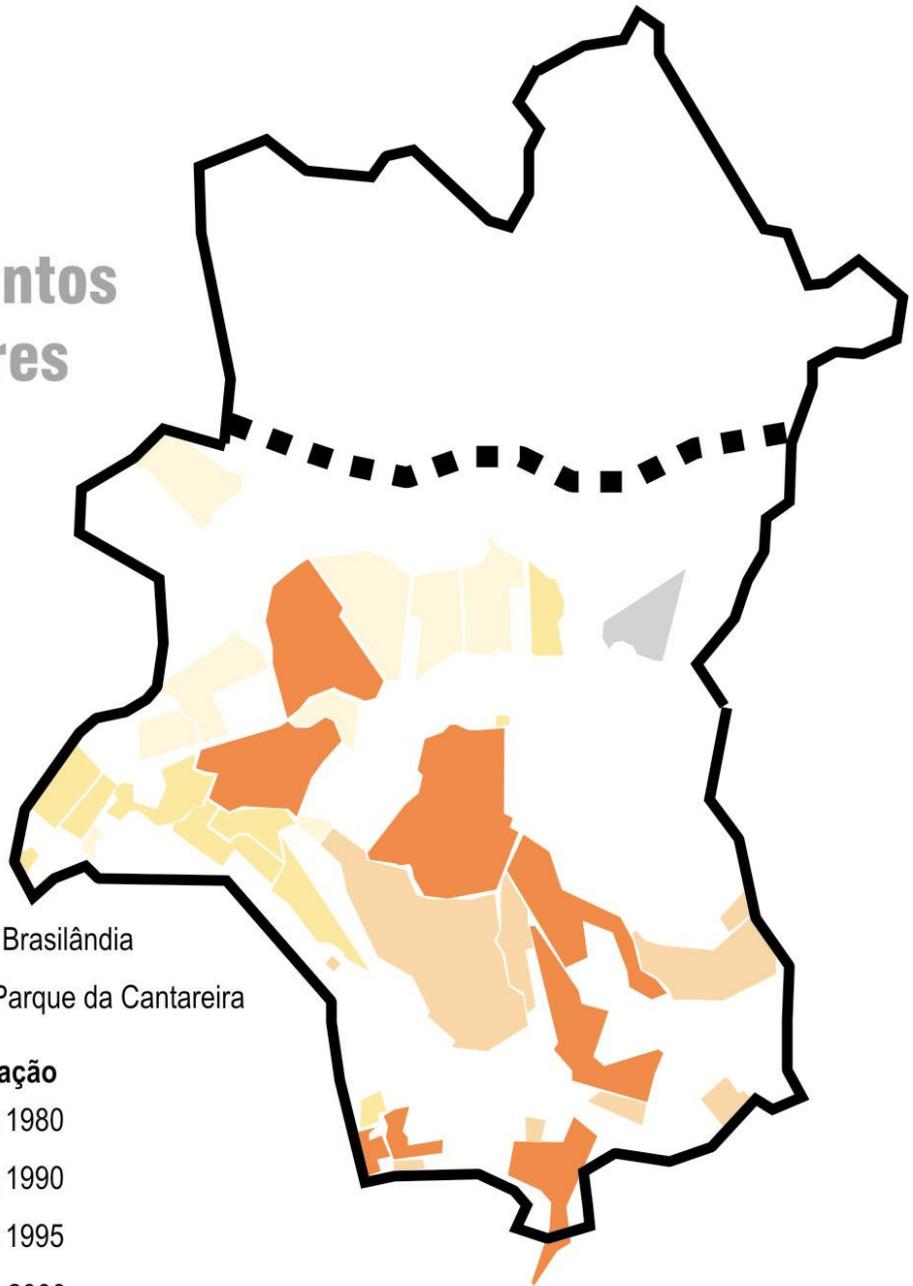
Loteamentos Irregulares

Legenda

- Distrito de Brasilândia
- - - Limite do Parque da Cantareira

Período de ocupação

- De 1970 à 1980
- De 1980 à 1990
- De 1990 à 1995
- De 1995 à 2000
- Sem informação



SEM ESCALA

Fonte: Mapa Base com mapeamento dos Loteamentos Irregulares GTA(2003)

Dados sobre processo de período de ocupação dos loteamentos irregulares: PMSP RESOLO (2003)

Organização e Mapeamento das informações: Cecilia Machado (2006)

2.2 Aspectos gerais da urbanização da cidade de São Paulo que influenciaram o início de ocupação do distrito

A história da urbanização da cidade de São Paulo impressiona por suas rápidas transformações. Até meados do séc. XIX, a cidade estava pouco expandida e não apresentava segregações sócioespaciais em sua estrutura urbana³. A partir de 1870, dá-se início ao crescimento explosivo da cidade, interferindo na sua estrutura territorial (VILLAÇA, 2001). As ocupações, que até então concentravam-se na colina entre os vales dos córregos Anhangabaú e Tamanduateí, passam a ocupar as chácaras da vizinhança, que começam a ser loteadas (LANGENBUCH, 1971).

ANO	TOTAL DE HABITANTES
1872	23.253
1886	44.033
1890	64.934
1893	192.409
1900	239.820

Fonte: SANTOS, L. 1992

Alguns fatores explicam esse crescimento, como: a expansão cafeeira, a industrialização e a especulação imobiliária (SANTOS, L. 1992).

A expansão cafeeira no chamado Oeste Paulista, fortalece-se com a implantação de ferrovias para o escoamento da produção. Em 1868, é implantada a ferrovia The S. Paulo Railway, ligando Santos a Jundiaí, para onde convergiam toda a produção do café que era trazida de outras regiões, pelas ferrovias : Cia Viação Paulista (ligando Sorocaba a São Paulo, criada

³ De acordo com SANTOS, L. (1992), os diferentes grupos sociais da época, concentravam-se na mesma região, o então chamado "triângulo", composto pelas ruas: Direita de Santo Antonio, Rua do Rosário e Rua Direita de São Bento.

em 1872), Cia Mogiana (responsável por escoar a produção do café do eixo nordeste do Estado, criada em 1872), ferrovia Araraquara (responsável por escoar o café produzido na porção central e norte do Estado, criada em 1901) (SANTOS, L. 1992).

A implantação da The S. Paulo Railway teve grande impacto na cidade, já que acentuava a barreira representada pelo rio Tamanduateí e sua respectiva várzea. Na época, a cidade tinha como possibilidade de expansão, três vetores: 1- a zona Leste, que tinha obstáculos como o rio Tamanduateí e a ferrovia; 2- a zona Oeste, que tinha como obstáculo a transposição do vale do Anhangabaú, com uma dificuldade de superação menor, já que o córrego e sua respectiva várzea eram mais estreitos; 3- a região de cumeeira desses dois rios, que não tinha nenhum obstáculo (VILLAÇA, 2001:116); uma conformação espacial que influenciou a estrutura urbana da cidade, durante anos.

Em decorrência da expansão do café, a burguesia cafeeira passa a se mudar para a cidade, o que explica também o aumento demográfico da mesma. Além disso, o incremento demográfico da cidade é reforçado com a chegada de imigrantes, para trabalhar nas fazendas de café. De 1871 a 1886, há também um crescimento na receita do município, em função da expansão cafeeira, foi de 300%, favorecendo a implantação de vários serviços públicos, como: iluminação, serviço telefônico, serviços de água e esgoto e bondes elétricos (Paul Singer, 1968 apud SANTOS, L. 1992).

No limiar do século XX, a industrialização destaca-se, graças ao contingente de mão-de-obra e de infra-estrutura, colaborando para o processo de expansão da cidade. As indústrias foram implantadas junto às estradas de ferro, facilitando o recebimento de matéria-prima, bem como o escoamento da produção. Além disso, os terrenos eram planos e baratos, já

que eram considerados impróprios para a ocupação residencial⁴. Desse modo, as ferrovias mostraram-se como grandes eixos da expansão urbana da cidade (RAMOS, 2001).

De acordo com SANTOS L.(1992), um outro fator foi decisivo para a expansão da cidade, bem como por sua segregação urbana foi a intensificação da especulação imobiliária.

“(...) um processo que repousava em grande parte na certeza de que os terrenos tinham sua valorização assegurada, em função do crescimento urbano. A especulação imobiliária, por sua vez, provocava a aquisição de lotes, visando apenas fins lucrativos, os quais, conseqüentemente, permanecem desocupados”.
(LANGENBUCH, 1971 apud RAMOS, 2001:41).

A especulação tornou-se um tipo de “investimento” da burguesia paulistana desde 1875 com a falência da Casa Bancária Mauá, e o detrimento de outros tipos de investimentos (SANTOS, L. 1992). Porém, ao intensificar-se, no início do século XX, a especulação imobiliária, fortalece o crescimento difuso da cidade, a partir do surgimento de áreas urbanas isoladas.

Essa segregação passa a ficar evidente ao instituir-se um “padrão periférico de crescimento”⁵, através da legislação urbanística do período, que estabelece diferentes territórios na cidade. A segregação espacial não se

4 Mesmo sendo imprópria para o uso residencial, nessas áreas são construídos inúmeros cortiços e vilas operárias . O padrão de exploração do trabalho, nas indústrias, exigia que os trabalhadores morassem perto das fábricas pois isto facilitava a extensão da jornada de trabalho (14 a 16 horas) e o rebaixamento salarial. Para os anarquistas, as vilas eram verdadeiras prisões, nas quais os industriários controlavam os trabalhadores e impediam as greves.(SANTOS, L. 1992).

5 Um movimento centrífugo que começa com o Código Sanitário de 1894, que “proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias higiênicas, fora da aglomeração urbana” , bem como a Lei Municipal nº 498, de 1900, que “isentou de impostos municipais, os proprietários que construíssem vilas operárias de acordo com o padrão municipal e fora do perímetro urbano, delimitado por esta lei” (ROLNIK:47).

dava somente em duas situações-tipo, entre pobres e ricos; apresentam, também, situações intermediárias, principalmente no território pobre que ainda era mais dividido, entre o território dos negros e o território dos operários imigrantes (ROLNIK:2003).

“As vastas planícies eram predominantemente brancas, estrangeiras; nos bairros exclusivos do setor sudoeste, habitavam brancos, ricos e brasileiros. Nas bordas e atrás desse setor branco rico, um novo território negro de São Paulo se formava, no começo do século XX, tirando vantagem da proximidade com as casas luxuosas, que por um certo período, foi um dos maiores mercados de trabalho para os negros” ROLNIK (2003:74).

Os negros moradores de núcleos da região central são os primeiros a serem expulsos, devido à abundância de mão-de-obra branca imigrante. Sendo considerados inadequados para o trabalho livre, perdem as poucas oportunidades de trabalho para a grande massa imigrante (ROLNIK,2003)⁶.

A partir de 1930, chegam a São Paulo muitos migrantes, momento em que a cidade passa a ter cerca de 1 milhão de habitantes (SANTOS, L. 1992). A população pobre passa a ocupar os bairros periféricos da cidade, em um movimento centrífugo; processo fortalecido pela implantação de novos sistemas de transporte em São Paulo, o que torna possível aos moradores morarem na periferia.

“A expansão dos ônibus reflete a opção pelo transporte rodoviário.

⁶ No início do século XIX, a maior parte dos núcleos negros existentes na área central da cidade, abrigavam negros que serviam principalmente casas elegantes, e negros que encontravam, na ferrovia, trabalhos temporários. Com a grande imigração para a cidade, no mesmo período, os negros passam a ser substituídos pelos imigrantes, no trabalho livre, o que acelera, juntamente com as legislações urbanísticas excludentes da época, o processo de expulsão desses segmentos com menor poder aquisitivo das áreas centrais da cidade (ROLNIK, 2003).

Foi esta a opção feita pela prefeitura, a partir de 1938, com o prefeito Prestes Maia (1938-1945). O Plano de Avenidas propunha a abertura e o alargamento de uma série de avenidas e radiais que partiam do centro em direção aos bairros, procurando, pois, criar uma cidade baseada no transporte rodoviário. Por isso, houve a desapropriação de inúmeras construções; demolições, renovando e ampliando a zona comercial, incentivando a verticalização. A consequência é uma acentuada elevação dos preços dos terrenos nas áreas da cidade atingidas por esta "cirurgia urbana", incentivando a especulação imobiliária" (SANTOS, L. 1992)

Isso potencializou as ocupações periféricas na cidade, como por exemplo na região norte do município, em núcleos de caráter urbano, como Freguesia do Ó e Santana, que serviam de apoio às propriedades agrícolas e pousos de tropas. Esses núcleos tinham, até então, barreiras físicas⁷ que inibiam sua ocupação (representados pelo Rio Tietê e a sua respectiva várzea), além da distância entre essas regiões e o centro, e a dificuldade de transporte (SILVA, L., 2004).

A expansão periférica intensifica-se com a criação de novas legislações urbanísticas excludentes (que garantiriam a valorização das áreas centrais, não favorecendo novas ocupações populares) (SILVA, L., 2004). A Lei do Inquilinato, de 1942, destaca-se entre essas legislações do período, na qual o governo congelou todos os aluguéis, interferindo no mercado de locação na cidade, que era a modalidade habitacional mais difundida na época, principalmente nos cortiços (SILVA, L., 2004).

⁷ Essas barreiras físicas e de infra-estrutura, mesmo atenuadas com a implantação da Ferrovia Tramway da Cantareira, em 1910, "que foi construída para viabilizar a construção do sistema de captação de águas da vertente sul da Serra da Cantareira" (SILVA, L., 2004:62), ainda dificultava o adensamento da região.

Desse modo, a área urbanizada amplia-se, principalmente sobre as periferias, áreas desprovidas de infra-estrutura. Áreas cada vez mais distantes passam a ser loteadas; um enorme perímetro começa a ser orientado pela especulação imobiliária, e assim, pela lógica do capital ⁸.

“(...) tal lógica faz parte de uma consciência empresarial bem estruturada, (que conduz) à ação dos promotores daquelas atividades sobre o espaço urbano e (orienta) a escolha de atividades e locais que deveriam tornar-se objeto de investimentos. Portanto, nem a ação desses empreendedores nem a configuração espacial da cidade (...) pode ser considerada aleatória ou causal.” (BRITO , 2000 apud RAMOS, 2001).

A ocupação das áreas periféricas mostrou-se como resultado de uma articulação de interesses. A expansão dos loteamentos periféricos irregulares e a autoconstrução em parte funcionaram como uma “solução” para o Estado, atendendo à demanda por habitação popular. Um Estado contraditório, que encobria suas reais motivações: a “destruição da política de aluguéis e o estímulo à aquisição da casa própria” ⁹ (CARVALHO , 2002:81).

Os loteamentos periféricos tornaram-se fonte de renda para a iniciativa privada. Ao lotearem áreas rurais, esta estrutura especulativa gerou muito lucro, já que os loteadores podiam vender os lotes a preços muito baixos, porém, sem qualquer infra-estrutura. Por um lado, o próprio

8 Esse movimento rumo à periferia foi chamado de horizontalidade. Um crescimento desenfreado sobre áreas distantes do centro, mesmo tendo nas regiões providas de infra-estrutura grandes espaços vazios, à espera de valorização (PETRONE, 1958 apud RAMOS, 2001).

9 Mesmo quando se passa a produzir habitações populares, estas são usadas como objeto de controle social. Isto se dá principalmente com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1964. “O Estado vê na habitação popular um meio que atende à demanda de moradia e, ao mesmo tempo, um meio de amenizar o conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Aliás, isso foi bem expresso pelo slogan amplamente divulgado nos primeiros tempos do movimento de 64 – Um proprietário a mais, um revolucionário a menos.” (PERUZZO, 1982 apud GOUVÊA, 1995)

governo sabia que não poderia, a curto e a médio prazo, servir esses loteamentos de equipamentos e infra-estrutura urbana. Por outro lado essa expansão mostrava-se “necessária”, isto porque atenuava o déficit habitacional do período pós-segunda guerra. E com frases como: “*podem construir suas casas sem planta que a Prefeitura fecha os olhos*”, o governador Ademar de Barros, em 1947, ilustra em parte esse processo. (SANTOS, L. 1992).

O Estado estava “conivente” em relação à proliferação de loteamentos irregulares. As primeiras legislações para regulamentar essas ocupações não previam sanções contra os loteadores que as transgrediam (SACHS, 1999). Somente em 1967, um novo Decreto Lei foi criado, prevendo penas de prisão contra os loteadores culpados. Tal fato não interferiu no inchaço da periferia da cidade, que, no período entre a década de 40 e 50, passou a abrigar cerca de 100.000 famílias¹⁰.

2.3 Ocupação do distrito de Brasilândia 1940 - 1970

Na atual região do distrito de Brasilândia (zona norte do município), o processo de expansão urbana se dá como em toda a região periférica da cidade. Essa área, até então constituída por sítios, também passa a ser loteada. O primeiro sítio loteado era pertencente a Basílio Simões, e foi comprado pela empresa “*Brasilândia de Terrenos e Construções*” em 1947, dando início ao então chamado Loteamento Brasilândia.

¹⁰ O crescimento da periferia com esses investimentos, no período, foi de 364%, um crescimento bem maior do que o das áreas centrais da cidade, que foi de 171%. As regiões da Zona Norte, como a de Nossa Sra. do Ó, neste período, apresentaram até 550% de crescimento (GTA, 2003).

Escritura de compra do loteamento

51.283



8.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

*Ulysses da Silva, oficial Interno do 8.º Ofício de
Registros de Imóveis da Comarca da Capital do Estado
de São Paulo, República Federativa do Brasil, etc.*

Custódia

a pedido verbal de parte interessada, que revendo os li-
vros do Registro a seu cargo, deles NÃO consta que EMPRE-
SA BRASILÂNDIA DE TERREÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., tenha, por
qualquer forma, transmitido, prometido vender ou enagenar -
e imóvel situado à Rua Firmeza, na gleba 30, medindo 18,80
m. de frente a 63,40m. de largura de Rua Firmeza, ocupada
de quem vai para a Viela 22, com a área de 612m.2., no 400
Subdistrito - Brasilândia; -----
constando, porém, conforme transcrição nº 9.495, feita em
data de 24 de janeiro de 1.947, que a EMPRESA BRASILÂNDIA
DE TERREÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., adquiriu, por compra fei-
ta a Esperança Alves de Oliveira, solteira; Ernesto Al-
ves de Oliveira e sua mulher Benedita Alves de Oliveira;-
João Simões e sua mulher Almerinda Simões; Luiz Simões e
sua mulher Ana de Moraes Simões; Euclides Simões e sua mu-
lher Tereza Oliveira Simões; Onésio Simões, solteiro; Julio
Simões e sua mulher Maria Leitão Simões; Benedito Simões/
e sua mulher Alzira Canelo Simões; Zuleika Simões e seu /
marido João Bonifácio Simões, nos termos da escritura de -
28 de dezembro de 1.945, do 13º Tabelião desta Capital, pe-
lo valor de Cr. 700.000,00, um Sítio denominada Itabere-
ba, no 4º Subdistrito - Nossa Senhora do Ó, com a área apro-
ximada de 15 alqueires, ou seja 63.000 m.2., da medida m-
terna, com as seguintes divisões e confrontações: começa-
num ponto do valo divisorio com o Sítio de João Baptista /

Fonte: Acervo de Célio Pires, antigo morador do distrito e jornalista local.

O incremento populacional do distrito também foi sendo alimentado por levas de imigrantes, vindos principalmente do Japão e da Itália. Os depoimentos do Sr. Dante Coiro, morador do distrito e natural do sul da Itália, e da Sra. Lídia Yamasaki, que nasce na região logo após seus pais chegarem do Japão, ilustram a chegada desses imigrantes ao distrito.

Dante Coiro

“Vamos para a América, não dizíamos para o Brasil. Lá, no tempo da guerra, foi uma destruição, não tinha como viver, meus pais não tinham condição de me dar vida. Então eu vim pra cá, esse país abençoado me acolheu e me deu tudo aquilo que eu necessitava. Vim para Brasilândia, depois de três dias, eu fui fazer uma caminhada pra ver como é que é. Quando eu saí, fiz como era de costume lá na Itália, quando a gente ia para a montanha. A cada esquina que chegava, quebrava uma parte do mato, uns galho de mamona, porque, como é que eu iria saber voltar depois?”

Lídia Yamasaki

“Meu pai, quando veio do Japão com meu avô, chegaram no porto de Santos e foram mandados para uma fazenda, em Sorocaba. Lá, eles ficaram um bom tempo, depois eles mudaram para a Pedra Grande, aqui perto. Mas depois começou o tempo da guerra, e o dono do sítio em que meu pai trabalhava, expulsou meu pai, por ser japonês. Então meu pai veio morar aqui na Brasilândia.”¹¹

¹¹ Os trechos dos depoimentos foram transcritos e revisados, e são originais do Documentário Brasilândia e Suas Histórias DSS Produções 2006, do qual fiz parte enquanto pesquisadora.

A esses imigrantes, acrescentam-se os migrantes, vindos da região nordeste do país, que chegavam em busca de oportunidades de emprego, na cidade de São Paulo, e que encontravam, também nessa região, a oportunidade de ter a casa própria. O loteamento Brasilândia se destacava entre os loteamentos da região, já que o pagamento dos lotes podia ser parcelado em até 12 vezes, além dos compradores também receberem tijolos e telhas, para dar início à construção (PIRES, 2002).

Essa região recebeu também muitas comunidades negras, inclusive chegou a ser conhecida como “Pequena África”¹². Característica resultante da grande migração dos núcleos centrais negros para os semi-rurais, como o de Nossa Senhora do Ó e, posteriormente, o núcleo Catimbó de Vila Brasilândia¹³. A trajetória de Dona Geralda Luiza Galdino, de 83 anos, retrata parte da história do negro na região:

“Natural de Araraquara, 3 filhos, 13 netos e 17 bisnetos, chegou à Brasilândia em 1938. Participou de muitas festas dedicadas a São Gonçalo. Durante muitos anos, foi da ala das baianas da Rosas de Ouro. Morava no Catimbó, que era uma vila de casas habitadas por negros, esquina com a Cava Funda. Relata que eram poucos os moradores; não havia água, luz ou gás; a água vinha da mina e na cabeça; a luz era à lamparina e o fogão era a carvão.” Documentada e narrada por SANTIAGO(2006), DSS Produções.

12 Informação relatada ao documentarista Daniel Santiago em conversa pessoal com a historiadora Maria Lucia Montes em 2006. Segundo ROLNIK(2003), a população negra de origem africana 1890 na cidade representava 16 % do total de habitantes, e na então vila da zona norte junto a Nossa Senhora do Ó já representava 40% da população local .

13 Em núcleos centrais ou semi-rurais a população negra fortalecia sua cultura através de festas nas quais se praticavam o jongo ou o samba de roda, em casas de mulheres negras matriarcas que eram chamadas de tias. Nesses espaços eram celebrados rituais religiosos, rodas de samba e de macumba (ROLNIK, 2003).

No cotidiano dessa diversa população, constituída por imigrantes, negros e migrantes, o futebol, bem como o cinema e o samba, eram as principais diversões e retratavam as diferenças culturais da região. O futebol tinha como característica a rivalidade dos times. Um deles era o Glorioso Futebol Clube (onde só jogavam negros), e o outro, o Guarani Futebol Clube (de maioria branca) (PIRES, 2002). As rodas de samba (influência da comunidade negra) animavam as partidas de futebol, e com o tempo e a aceitação do público, transformou-se na Escola de Samba de Vila Brasilândia, que mais tarde, tornou-se a Rosas de Ouro. O cinema, por sua vez foi trazido pela comunidade japonesa, era de madeira e chamava-se *“Cine Brasilândia”*.

Nesse período, a então Vila Brasilândia, não atraía só novos moradores (devido à facilidade de compra de lotes baratos na região), mas também pessoas que buscam, junto à Pedreira Vega Sopave (localizada no distrito e hoje desativada), oportunidades de emprego. Essa pedreira passou a fortalecer as ocupações da região, já que fornecia moradia aos seus empregados (PIRES, 2002).

Em 1949, com a expansão dos loteamentos, é inaugurada a primeira linha de ônibus da Vila Brasilândia. Até então, o transporte coletivo era feito clandestinamente, por caminhões e carroças (PIRES, 2002).

Nesse processo de adensamento, alguns loteamentos populares foram implantados, junto às principais avenidas, antigas estradas de cumeeira, porém a maioria foi implantado sem planejamento de maneira pulverizada, o que resultou, posteriormente, em uma segmentação do tecido e na desarticulação do sistema viário (HERLING, 2002). Nesse período, surgem também as primeiras favelas da região, 35 no total e que passam a compor essa paisagem a partir da década de 60.

Depoimento

A narrativa de vida do Sr. Laudelino da Conceição, morador do distrito há 52 anos, dá significado ao histórico apresentado até agora, mesmo este tendo sido ilustrado por relatos de outros moradores.

“Natural de Taquaritinga, vim para a Brasilândia com 16 anos. Vim morar aqui porque minha mãe de criação comprou um lote aqui. Nós pegávamos o ônibus Itaberaba, no largo da Pompéia, descíamos na Av. Itaberaba e vínhamos a pé para cá. A gente passou muitas alegrias e tristezas. As alegrias foi na minha mocidade, quando eu jogava futebol, tinha muitos colegas. Depois vieram as tristezas, logo com um ano de casado minha mãe de criação morreu, dona Margarida. Minha mãe verdadeira morreu quando eu tinha oito anos. Quando ela morreu, fui morar na Rua da Coroa, com uma madrinha minha, perto da Rodoviária do Tietê; fiquei ali até os meus 10 anos. Trabalhava para sobreviver, pegava enchia caçambas de barro, colocava no rolo e levava para o oleiro o barro todo amassado, para fazer tijolos. Aí era só o oleiro bater o barro na forma e saíam os tijolos. Minha madrinha ficou doente e fui morar com essa senhora que me criou, ela morava no Itaim Bibi. Fiquei com ela um tempo e ela me mandou de volta. Então apareci um dia lá em sua casa e perguntei se tinha um lugar para mim ali e ela me disse que ali tinha pancada se servisse poderia vir. Fui morar com ela, ela tinha uma pensão e todos os dias, antes de ir para a escola, eu levantava e deixava tudo arrumado para ela. Ela fazia almoço e eu entregava as marmitas. Eu sempre passava perto daquela estátua do “empurra-empurra”, no Ibirapuera, quando ia vender seus pastéis e doces, todo domingo à tarde. Então meu tio

apareceu, um dia, oferecendo um terreno para vender perto da Freguesia do Ó. Eu já conhecia o Largo do Clipper, aqui perto; com 14 anos, trabalhei em uma fábrica de brinquedos e vinha por aqui, entregar esses brinquedos. Como já conhecia aqui, falei para minha mãe para comprarmos o terreno. Minha mãe não queria, porque aqui só tinha mato, e eu disse para ela que um dia este terreno iria servir para nós. Seis meses depois, o proprietário da casa pediu a casa, no Itaim, então viemos para cá, em 1954. Pegamos os armários e os guarda-roupas, cobrimos com sapé e fizemos como se fosse uma cabana, para morarmos. Ao lado fomos fazendo uma casinha. Logo deu uma chuva e derrubou tudo. Erguemos novamente nosso abrigo, e graças a Deus, terminamos nossa casa. Moramos nessa casa por muito tempo. Depois construímos essa que estamos hoje, um pouco eu fazia e um pouco o pedreiro fazia. Estou aqui há 52 anos, mas não desmancho a primeira casa, hoje meu filho mora lá. Para vir para cá, pela Pompéia, passávamos pela Sorocabana, atravessávamos a linha e passávamos pela ponte de madeira. Subíamos o cemitério e chegávamos na Itaberaba. Era um mato danado, tinha mato dos dois lados, amassávamos muito barro. Com o tempo, veio o asfalto, mas só tinha no miolo da rua. No morro da frente de minha casa tinha um criador de vacas, a gente comprava leite lá, e o resto era tudo mato ; aqui perto de casa tinha uma mata virgem que tinha até bicho. Onde é a Igreja Santo Antônio era só uma capelinha de beira de estrada. Naquelas árvores grandes, depois deste morro, era a Pedreira. Aqui tinham muitas olarias, algumas da Companhia Líder, dona do loteamento. Onde é hoje a escola, era um outro grupo escolar onde jogávamos bola. Eu trabalhava em Pinheiros, pegava um ônibus aqui, ia até a

Pompéia, pegava o bonde, ia até a Praça do Correio. Aí saí de Pinheiros e fui trabalhar no Ipiranga, trabalhei lá por dois anos. Depois fiquei desempregado, foi muito difícil, quase perdemos esse terreno aqui porque eu ainda estava pagando ele. Voltei então a trabalhar, e não tinha como pagar a dívida para a empresa dona do loteamento, a Companhia Líder, então pedi para minha patroa um dinheiro adiantado e foi descontando do meu salário. Fui até a Companhia Líder e perguntei ao sr. Munhoz Bonilha quanto eu estava devendo e consegui pagar a dívida. Depois de algum tempo, a dona Olga, minha patroa me chamou e disse – você tem mais quatro meses para pagar o empréstimo que fiz a você, eu vou dar esse dinheiro de presente para você, de aniversário. Depois de algum tempo, este trabalho acabou e fiquei desempregado novamente. Ai fiquei por aqui, trabalhava de servente de pedreiro, cuidava das chácaras aqui onde hoje é a favela, tinham muitos japoneses aqui. Depois arrumei um serviço na CMTC, através de um colega meu. Minha mãe falou para mim: “menino, você é um espírito de porco, vai trabalhar na CMTC, você não vai ficar lá nem um mês”. E eu dizia a ela que precisava trabalhar para ajudá-la e fui, trabalhei lá por 30 anos e me aposentei lá. Eu não podia e não queria parar de trabalhar e continuei trabalhando, fazendo serviço de pedreiro. Minha casa parecia um orfanato, minha mãe criou muitas crianças, brancas e pretas. Cerca de 68 crianças da região. Ela era mãe de amparo, era muito boa. Eu casei e também tenho um filho de criação. Agora temos netos e bisnetos. A partir de 1960, começaram a aparecer as drogas, principalmente maconha. Em 1961, mataram um vizinho meu. Foi em um dia que eu saí atrasado de casa, sempre saía cedo, às 03:00h da manhã.

Neste dia saiu um tiroteio aqui. Naquela época, tinha o esquadrão da morte e mataram o meu vizinho. Foi aí que começou a aparecer a droga, a violência. O Sr. Belmiro tinha uma vendinha aqui perto e a turma ruim também vinha. Quando eu chegava, eles me chamavam de conselheiro. Isto porque eu sempre aconselhava eles a saírem dessa vida. Cada um vivia sua vida, mas jogávamos bola juntos. Sabe, na vida a gente não pode só gastar o dinheiro, a gente tem que pensar no futuro. Inclusive, disse um dia a um rapaz para comprar um terreninho aqui, mesmo que pareça longe, o longe torna-se perto quando é seu. Eu morava no Itaim e vim para cá, e hoje é perto da cidade, porque estou morando no que é meu. Se você não fizer uma casa, você pode ainda negociar o terreno, não sabemos o dia de amanhã. Eu trabalhei de fiscal de ônibus e, na época, tinham três meninas que sempre pediam carona no ônibus. Um dia, perguntei a elas o que iam fazer na cidade, e elas me disseram que os pais delas mandavam elas para o centro da cidade, para se prostituir, e ainda diziam “se a gente não vai, eles batem na gente”. Aí saí de lá e vim trabalhar na Sorocabana. Um dia, uma moça me chamou eu não reconheci, era uma das meninas que pediam carona, ela me disse tinha se casado e que sempre falava para o marido do senhor que a aconselhou um dia. É assim a vida, sempre aconselhei as pessoas, inclusive um rapaz que estava na vida torta, e que vinha me pedir dinheiro, eu sempre falei para ele que este caminho não tinha volta, falava que se ele quisesse, poderia sair dessa vida das drogas. Alguns pararam, outros continuaram na vida. Inclusive um foi morto, aqui na viela, eu inclusive pulei seu corpo em um dia que estava indo trabalhar. Aqui a gente vai apanhando e aprendendo, quando a gente apanha, a gente aprende

a viver. Hoje, aqui à noite, é perigoso . Morar aqui nem é bom e nem é ruim, ninguém nunca mexeu comigo, nem com minha família. Evito alguns lugares, vou pelos caminhos em que eu conheço os malandros. Mas aqui também realizei meus sonhos, foi aqui que ajudei minha mãe a pagar sua casa, dei para ela sua primeira televisão, a geladeira, seu fogão a gás, que comprei em uma loja da Rua Conselheiro Crispiniano. A geladeira comprei na Av. São João, falei para o vendedor que queria comprar uma e ele me perguntou quanto eu ganhava. Mostrei meu olerite e ele falou que não dava para eu comprar. O dono da loja me viu triste e disse que horas o senhor chega em casa eu falei as 16:00hs e ele disse ao vendedor amanhã esse horário entrega a mercadoria na casa do rapaz. Eu cheguei e vi minha mãe toda contente essa era a minha alegria. Eu sempre falei para minha mãe que não ia estudar para poder trabalhar e ajudar ela. Esta é minha história, agora quero falar da minha entrevistadora uma senhora simpática, amável, sorridente. Gostei de falar sobre a minha história e espero que sejam aproveitadas todas essas lembranças.”

Sr. Laudelino e sua esposa



Fonte: Cecília Machado (2006), em visita na casa do Sr. Laudelino.

As casas do Sr. Laudelino



Casa Atual

Primeira casa

Fonte: Cecília Machado (2006), em visita na casa do Sr. Laudelino.

Primeira missa do distrito final da década de 1940



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Inauguração da primeira linha de ônibus no distrito final da década de 1940



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Estrada do Sabão década de 1940



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Vista do Loteamento Vila Brasilândia década de 1950



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Vista da Rua Parapuã _ ao fundo Loteamento Brasilândia década 1950



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Construção de Casas no Jardim Carumbé



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Família de Imigrantes Japoneses no Distrito final década 1950



Fonte: Fotos da família de dona Lídia Yamasaki, moradora da região

Cine Brasilândia - Primeiro cinema do distrito



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

Time de Futebol do distrito década de 1960



Fonte: Acervo de fotos cedido para a pesquisa por Célio Pires, jornalista e morador da região

2.4 Ocupação do Distrito de Brasília de 1970 – 1990

Aspectos Gerais do Período

Como vimos, nas primeiras décadas do século XX, a cidade é marcada pelo padrão periférico de expansão urbana, no qual se evidencia a segregação espacial. Essa forma de produção do espaço, a partir da década de 1970 passa sofrer influências de novas legislações urbanas, que tinham por objetivo regulamentar os loteamentos irregulares em toda a cidade (SANTOS, L. 1992).

A legislação municipal que marca o período é a lei nº 7.805, de 1 de novembro de 1972, por impor normas muito caras para os novos loteamentos, além de introduzir um rigoroso zoneamento. Essa lei foi muito criticada pelos loteadores, pois declaravam que, em uma cidade de maioria pobre, a única solução para a população, consistia em baixar o custo de acesso à propriedade privada. Uma outra lei municipal dissociada da realidade da população, criada no período, foi a lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que regulamentava os loteamentos sob os aspectos civis, penais, administrativos e urbanísticos. Porém, não reprimia a prática dos loteamentos clandestinos, acabando por estimular a sua expansão, devido ao número de exigências urbanísticas e administrativas (SACHS, 1999).

Com isso, poucos loteamentos conseguiram autorização para a abertura¹⁴, o que não reduziu o número de loteamentos irregulares, que já somavam 3.567, em toda a cidade. Para mudar essa situação, o poder público passa a eliminar as medidas drásticas da legislação, criando, em 1981, um departamento encarregado dos problemas fundiários da cidade, chamado SERLA - Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos.

¹⁴ De acordo com SACHS (1999), de 1972 a 1979 foi autorizada a abertura de apenas sete loteamentos regulares, devido à dificuldade de adequação à legislação.

No mesmo ano, a lei n.º 9.413 é criada, sob a administração de Reinaldo de Barros, que reduz as exigências urbanísticas dos loteamentos, principalmente devido à pressão dos movimentos das populações de loteamentos periféricos. Uma redução que desencadeou outro processo: o de regularização em massa de loteamentos irregulares. Porém, agora, com poucas exigências, os loteadores não concluíam as obras de infra-estrutura, passando essas execuções para o Estado, permitindo, segundo SACHS(1999), que incorporadores, construtores e especuladores imobiliários tivessem acesso a uma estrutura altamente lucrativa.

A redução do poder aquisitivo da população, no período, fortalece uma outra forma de ocupação, a de favelas. As favelas já existiam no período anterior, porém em números bem menores. Até 1965, o município de São Paulo tinha cerca de 222 favelas, localizadas, principalmente em áreas públicas das regiões consolidadas da cidade. Porém, a partir da década de 70, estas vão se pulverizar pela cidade, principalmente em áreas de importância ambiental.

“No tocante ao processo de expansão urbana, até os anos sessenta, encontrava-se contido nos limites físicos e geomorfológicos da bacia sedimentar de São Paulo. A partir dessa data, a ocupação passou a ocorrer com mais frequência sobre solos de maior declividade e altamente vulneráveis à erosão, localizados nas encostas limítrofes.” (MARCONDES, 1999:119)

Esse processo foi reforçado na década de 80, que é marcada por grandes alterações econômicas, tendo um significativo aumento no número de favelas, cerca de 430, com uma população total de 354.266 habitantes (IBGE, censo demográfico de 1980, apud MARCONDES, 1999).

Nessa década, houve também uma redução do movimento migratório para São Paulo. Além disso, muitos migrantes retornaram ao seu estado de origem, isso devido à incapacidade do mercado de trabalho paulista, em absorver essa mão-de-obra (JANUZZI, 2000). Isto porque, as condições de trabalho para migrantes não eram as mesmas, processo que iria perdurar na década seguinte (1990), quando o mercado de trabalho paulista volta-se para o setor de serviços, exigindo uma qualificação profissional que essa população não tinha, principalmente por virem de zonas rurais (JANUZZI, 2000).

*“(...)a maioria dos membros das classes mais baixas provém de cidades menores ou da roça ou fazendas, enquanto os das classes mais altas, provém de cidades maiores, ou seja, quanto mais baixa a classe social do migrante, mais rural a sua origem”.
BERLINCK(1980:7)*

A dificuldade do migrante em se inserir no mercado de trabalho paulista, juntamente com as políticas públicas habitacionais dessa década, consideradas ineficazes, foram processos paralelos que estimularam a produção do espaço periférico e seu adensamento.

Novas ocupações no distrito

O adensamento das regiões periféricas acontece principalmente em áreas de baixo valor de mercado e inadequadas para habitação, como a pré Serra da Cantareira, no distrito de Brasilândia. Região não mais protegida desde a década de 60, quando a Serra perde sua função de elemento de

infra-estrutura¹⁵ para a cidade, enquanto elemento produtor de água potável (HERLING, 2002). Uma mudança que transforma essa região principalmente na década de 70, em uma terra sem lei. A partir desse momento, são sucessivos os processos de substituição de áreas rurais por loteamentos irregulares e clandestinos, consolidando o padrão de ocupação periférica precária, existente até hoje na região (SILVA, L., 2004).

Esse período também é marcado pelas constantes mobilizações da população, por melhorias públicas. Um processo de organização local iniciado na década de 70, resultado dos processos associados de crescimento demográfico da região e de abandono do poder público.

“ (...) a partir da década de 70, em plena ditadura militar, começam a proliferar diversos movimentos de reivindicações, na região. Eram grupos heterogêneos, oriundos da Igreja, da Frente Nacional do Trabalho, do Movimento Estudantil, que envolvia também professores, militantes políticos, líderes de movimentos, padre, irmãs e agentes da Pastoral, que iniciam uma luta de resistência e enfrentamento aos grupos de direita, que comandavam a região. Foi uma época muito importante no processo de formação política da Brasilândia.” (JORNAL CANTAREIRA, Fev 2004:05).

Na década de 70, o Movimento Jovem da região usava diferentes estratégias de comunicação, para convocar a população para as reuniões, sem chamar a atenção dos militares. Uma dessas estratégias foi a construção de uma cobra de 30 metros, e que precisava de 25 a 30 pessoas para carregá-la. Essa cobra, chamada de salamandra, quando saía às ruas, era o aviso, aos

15 A pré-Serra da Cantareira, no distrito de Brasilândia, compõe a chamada “Zona de Fronteira”, uma faixa de transição entre a área urbana e a Serra da Cantareira.

moradores, de que estava na hora de partirem para a luta (JORNAL DA CANTAREIRA, Dez, 2003:05).

A igreja, por meio das pastorais, teve um importante papel nesse período, na formação de lideranças locais. Sempre presente nas lutas do povo, formava grupos de fé e política. Muitos nomes são lembrados pela comunidade, como Frei Esperandio, Padre Chico, Padre Ivo, Padre Alberto, Padre Patrício, entre outros (JORNAL CANTAREIRA, Jul, 2005:05).

A igreja supria necessidades imediatas, como escola infantil e atendimento preventivo à saúde, realizado no Jardim Carombé, em parceria com médicos e psicólogos da USP. Na região não existiam postos de saúde ou mesmo hospitais. *“Em 1980, os movimentos conquistam o Pronto Socorro 21 de Junho, o hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha”*(JORNAL DA CANTAREIRA, Ago, 2003:05).

O Pronto Socorro 21 de Junho, recebe este nome porque essa data foi muito significativa para as lutas sociais na região. Um caso muito lembrado pelos moradores:

“Em 21 de junho de 1980, lideranças dos bairros da Brasilândia saíram em destino à Administração Regional da Freguesia do Ó, para reivindicar, do poder público, soluções para os problemas dos bairros. A resposta do então governador Paulo Maluf foi fulminante. A população foi atacada pela tropa de choque e pelos seguranças do governador, que transformou o largo do Clipper numa praça de guerra. Na pancadaria, muitos moradores foram feridos” (JORNAL CANTAREIRA, Jul 2003:05).

A população consegue, após a pancadaria, conquistar em parte, algumas das suas reivindicações, como por exemplo saneamento básico, uma das mais antigas lutas e que teve início nos anos 60.

A década de 80, é marcada por ações do poder público no distrito, principalmente com a implantação de conjuntos habitacionais (MANENTE, 2001:87). Porém, essa presença do poder público, mostrou-se por vezes negativa, já que muitas dessas obras foram implantadas parcialmente. Um exemplo é o Conjunto Habitacional – Promorar Estrada da Parada, feito pela COHAB, na década de 80. A tipologia escolhida era de casas embrião, com 22,85m², em lotes de 75,00m². Estas seriam construídas em duas glebas, adquiridas na década de 80, pela Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo, e abrigariam moradores removidos da favela localizada às margens do córrego Cabuçu de Baixo. Sem o acompanhamento do poder público, essas glebas foram ocupadas por novos assentamentos irregulares. Concentrando-se atualmente nesta região oito favelas, com cerca de 1500 domicílios e 8000 moradores¹⁶.

Nesta década, a mobilização da população que marcou a década anterior, é enfraquecida. O entusiasmo da militância, na luta política, começa a perder força. Isto porque, algumas lideranças são obrigadas a afastarem-se das lutas ou mesmo mudam para outras regiões da cidade. Euribia Horácio Neto, de 61 anos, moradora do Jardim Damasceno, em entrevista para o Jornal Cantareira, em setembro de 2003, fala dessa mudança.

“Tenho Saudade dos bons tempos em que o povo ia para a rua, brigar pelos seus direitos. Até fui parteira, pois o hospital mais próximo era a Santa Casa. Até hoje, nós, os pobres com pouco estudo, não entendemos bem as armações políticas, mas pelo menos a gente tinha coragem, garra e muita fibra”.

¹⁶ Para se chegar a essa informação, foram cruzadas informações fundiárias levantadas em MANENTE (2001), com levantamentos aerofotogramétricos do ano de 2000, com o mapeamento das favelas da região e população estimada, encontrados em GTA(2003) .

Depoimento

A narrativa de vida de Sandra Regina, revela a trajetória de um desses moradores que tem coragem e fibra.

“Eu nasci na Casa Verde. Com menos de um ano, minha mãe se mudou para a Vila Bancária, que fica no distrito da Freguesia do Ó. Sou a quarta de cinco filhos. Casei aos 17 anos e fui morar em Rio Claro, meu marido teve uma proposta de emprego lá. Depois voltamos para a Vila Bancária, mas ainda não tínhamos nossa casa própria. O tempo que ficamos em Rio Claro foi bom, porque não pagamos aluguel, nem água e nem luz, então pudemos guardar dinheiro, fizemos uma poupança. Naquela época, a poupança rendia. Voltando para São Paulo, voltei a trabalhar. Sempre trabalhei em escritório. Informalmente, sempre trabalhei, desde nove anos ajudava a cuidar das crianças dos vizinhos, trocava fralda, tudo para ter um dinheirinho. Chegando de Rio Claro fui trabalhar na Barra Funda, em uma empresa no setor de contas a pagar, e fiquei dois anos. Apertávamos o orçamento para guardar dinheiro. Então começamos a procurar uma casa para poder parar de pagar aluguel. Não procuramos próximo de onde estávamos, porque era mais caro. Conhecemos então um corretor que andava conosco nos fins de semana. Quando surgia uma oportunidade, ele ligava no meu serviço; até que surgiu uma casa aqui na Brasilândia, no Jardim Princesa. Eu vim aqui à noite, com ele e disse que poderíamos fechar o negócio, mas teríamos que ser rápidos, porque tinham outras pessoas interessadas. Eu também queria fechar o negócio, porque já tinha procurado bastante, mas tinha um pouco de receio da Brasilândia, pelo que falavam daqui,

como sendo um lugar violento. Eu achei que estava dentro do que poderíamos pagar, tínhamos a metade do valor da casa. Fizemos uma contra proposta e compramos. Demos encaminhamento na escritura rápido, porque a família que estava vendendo, estava em processo de separação, por orientação do corretor. A princípio, a gente não ficava muito aqui, nós dois trabalhávamos e minha filha não estudava aqui. Ela ainda estudava na Freguesia do Ó. Saíamos cedo, às 06:00h., deixávamos o Rodrigo no maternal, depois a Érica na escola. Eu tinha que estar em Pinheiros às 08:00h., no meu trabalho. Era muito corrido. Na volta, a mesma maratona. A Érica vinha da escola de peruca e era deixada no maternal, onde o Rodrigo ficava, pegava os dois às 19:00h e ia para casa. Logo que a gente mudou, ficamos sabendo de uma igreja aqui na rua, mesmo assim, ainda íamos à nossa antiga igreja, na Santa Cruz Itaberaba. Porque cresci lá, aqui, ainda não tinha nenhum vínculo. Um dia, estávamos subindo nossa rua e um pessoal que tem um bazar na Igreja nos convidou para conhecer a igreja aqui da comunidade e fomos lá. Começamos a participar das celebrações aqui - até então, para nós, este era um bairro dormitório. Inclusive nos fins de semana, não ficávamos aqui, íamos para a casa da minha mãe, saíamos sempre daqui. A partir do envolvimento na igreja, fomos conhecendo mais a realidade daqui. Optamos então em não mais sair daqui para as celebrações. Foi como um chamado para essa realidade. Depois, acabei me envolvendo com a Pastoral da Saúde, e foi aflorando o vínculo. Não era só eu, Sandra, que estava envolvida com a comunidade, era minha família. Todos cresceram participando dessas atividades, que tinham como base, o respeito e a ajuda aos outros moradores. Na Pastoral da Saúde, visitamos os

doentes semanalmente; eu, no começo, fazia só nos finais de semana, porque trabalhava durante a semana. Não era remunerada, era um envolvimento voluntário. Visitamos os doentes, independente da crença, as visitas eram para todas as pessoas que precisavam e foi um momento muito enriquecedor para mim. Esse trabalho me ajudou a crescer, enquanto ser humano. Várias histórias desse período me marcaram. Uma coisa que me deixava com raiva era quando eu ainda trabalhava em Pinheiros e saía tarde do serviço. Como tinha que pegar as crianças, a empresa pagava táxi, esporadicamente. Tinha um ponto de táxi próximo ao serviço, onde eu já ligava e eles me pegavam. Os motoristas estavam acostumados a me levar até a Freguesia do Ó, na minha antiga casa na Vila Bancária. Quando mudei para cá, eles davam desculpa porque não tinha carro, ou que algum carro tinha problema; eles tinham medo de vir aqui na Brasilândia. Aqui tinha essa conotação de lugar perigoso. Inclusive alguns falavam: “eu posso te levar, mas como vou confiar em pegar outro passageiro no trajeto de volta”. Hoje, passando a morar aqui, eu entendo o porquê de alguns jovens mentirem sobre o lugar onde moram, para conseguirem emprego. Morar na Brasilândia pesa no contratar, porque ainda há este mito de lugar perigoso. Eu aprendi a viver aqui, nunca tive problemas aqui. É claro que já vi mortes acontecerem, mas pra mim é um lugar tranquilo. Aqui me ensinou muito, aqui na Brasilândia eu aprendi a partilhar. Solidariedade existe aqui, existe este “ser solidário com o outro”. Aqui tem muitos problemas com enchentes e a Pastoral da Saúde, nesses momentos, sempre ajudava as famílias a limparem suas casas, tinha que enfiar o pé na lama, literalmente. Tinha que estar muito

próximo. Com isso, fizemos muitos vínculos. Toda vez que chove é uma preocupação muito grande, não é porque não tem esse problema na minha casa que não me preocupo com quem tenha. É humanamente impossível, quando está chovendo, ficar aqui em casa tranqüila, sem sair de casa e olhar como esta lá fora, como está o Jardim Damasceno, como estão as pessoas que moram na margem do rio, na Rua Hugo Ítalo Merigo. Hoje trabalho como Agente de Proteção Social, pela prefeitura, através do CEDECA Paulo Freire, com a comunidade do Jardim Damasceno. São 160 famílias atendidas. Acompanhamos essas famílias, aplicamos questionários, chamamos essas famílias para participarem de reuniões socioeducativas, fazemos oficinas, inclusive para apresentar novas formas de geração de renda. Além disso, tentamos contribuir para que essas famílias sintam-se pertencentes ao bairro, para que elas se apropriem do bairro. Pra mim, como moradora precisariam ser atendidas as famílias do Jardim Damasceno, da rua Hugo Ítalo Merigo. Este é o lugar mais precário do distrito. As pessoas vivem sobre palafitas, com aquele mau cheiro do córrego. Além disso, tem o "chiqueirão" que fica ali do lado, uma criação clandestina de porcos na Serra que, quando lavam esse chiqueirão o cheiro fica pior ainda. Em contato com o pessoal da Unidade Básica de Saúde que atende essas famílias, a gente percebe o quanto isso prejudica a saúde das famílias. A maioria dos problemas de saúde são respiratórios ou alérgicos, por conta das águas contaminadas. Em uma das famílias dessa rua, que eu estou acompanhando, uma das crianças, às vezes, para levantar, já precisa fazer inalação, essa criança tem o corpo todo ferido pela alergia provocada pela precariedade do lugar onde mora. A avó da criança, toda vez que

vou lá, fala: “ olha, não é sarna”; ela se desculpa a todo momento porque mora lá, diz que não é porque ela queira, é necessidade. Já houve várias representações junto ao Ministério Público, com relação ao “chiqueirão” e nada foi feito para coibir isso. O poder público não olha, não tem interesse, só em época de eleição. A maneira como essas famílias vivem é desumano, a qualidade de vida ali deixa muito a desejar. Isso incomoda muito. Vou lá toda semana, dói muito, não dá para se acostumar. Só vive ali quem não tem outra opção. Uma outra realidade que me choca nessa trajetória são as moradias em áreas de risco, a gente sabe que é uma questão de necessidade, mas é desordenada. A Serra, dói olhar a Serra. Segunda- feira estive no Jardim Vista Alegre, em uma casa que, da janela, dava para ver bem essa realidade. Em 2003 foi feita uma reintegração de posse, em uma área chamada Fazendinha, ali na parte de baixo do CEU. E essa área, hoje, está toda ocupada, agora estão subindo na reserva que foi deixada como reserva no projeto do CEU. Eles vão desmatando, deixam umas árvores, e sem pensar no risco que eles vão ter, porque são áreas consideradas de risco. É muito dolorido, nós aqui em casa, sempre que podemos, vamos à trilha na Estrada do Vista Alegre, nós vamos caminhar na mata. Vamos nos apropriar do verde, algo que sempre me encantou, esse contato com a natureza. Estamos no pé da Serra da Cantareira. Mas a gente percebe que, de quando nós mudamos até agora, a Serra está ficando cada vez mais distante. Ela está sendo degradada e não há nenhuma ação, há descaso do poder público. Há alguns anos, as famílias de bugios vinham até nos eucaliptos, aqui em baixo, onde fica a Escola Teotônio Vilela, hoje ninguém vê mais. Eles não vêm mais até aqui. Até quanto tempo eles vão estar

resistindo? Quando a gente vai caminhar na mata, a gente entra pelo piscinão do Vista Alegre, que é uma outra incoerência, que é aproveitar o declive que tem ali para fazer um piscinão. Diferente de todos os outros lugares, não pavimentaram, ali tem nascentes. O próprio poder público detona com o meio ambiente e hoje, ao redor do piscinão, entram caminhões para jogar lixo e as pessoas também jogam. Tá cada vez mais degradado. Dói bastante, sentir que estamos prejudicando o ar, as nascentes que fazem parte da nossa vida. Muitas pessoas que moram aqui não se apropriam disso, não precisariam ir lá caminhar, mas poderiam preservar. Minha história é isso, foram várias ações entre trabalhar fora da comunidade por uma necessidade econômica, e o trabalhar na comunidade e conciliar todas essas atividades à inclusão social. Um desses trabalhos que foram importantes na minha história foi o que realizei na Fraternidade Cristã de Doentes Deficientes. Durante cinco anos, eu e minha família participamos, como colaboradores. Uma vez por mês, pegávamos os portadores de deficiência aqui do bairro e levávamos para participar dessa reunião, onde falávamos sobre os direitos de inclusão. Na época, tínhamos um fusca cor de abóbora, aí andávamos em nove pessoas, com cadeira de roda e muletas, todos no carro. Um ia no colo do outro. Nós levávamos e participávamos dessas reuniões, isso fez com que minha família fosse sensibilizada e também sensibilizasse outras pessoas. É um grupo pelo qual eu tenho um respeito muito grande. Na Fraternidade éramos todos iguais. Conheci pessoas como a Rosangela, Nadir, Zênite, Sabrina, Bráulio, pessoas muito queridas. Conheci também a Fran, uma senhora que também era da Pastoral da Saúde, tinha quatro filhos. Sua filha mais velha, a

Sheila, teve uma vida normal até cinco anos, depois ela começou a ter muita dor de cabeça, começou a perder os sentidos. A Sheila viveu 25 anos em uma cama, faleceu com trinta anos. A Fran trabalhava, e na hora do almoço ia trocar a filha, cuidava dela, e não se fechou para o seu problema. Tudo o que ela podia fazer, ela fazia pelo outro. Era assim, alguém falava: “o barraco de fulano caiu”, ela falava: “vamos lá ver o que podemos fazer”. Conviver com a Sheila, entender os seus sinais, e tantos outros deficientes como a Sabrina e a Alessandra, foi muito especial. Aprendi com essas pessoas, é algo que vai ficar para a vida toda. A Fran faleceu em fevereiro do ano passado, ela foi uma guerreira, um exemplo de pessoa. Cuidava dos filhos, se preocupava com os outros e estava sempre sorrindo. Sempre falava que não podíamos nos acomodar com a situação. Só não aprendeu com ela quem não quis. Também participei de um trabalho chamado Reabilitação baseada na Comunidade. Fizemos por algum tempo o levantamento de todos os deficientes da comunidade. Como éramos ligadas à igreja, fizemos somente na área paroquial, Jardim Princesa, Vista Alegre e Jardim Paraná. No Jardim Paraná, o que nos chocou foi encontrar várias crianças com paralisia cerebral. E a gente se questionava porque tantos casos em um mesmo lugar. Em uma mesma casa tinham duas crianças. Acredito que era resultado da demora nos partos, pela distância de um equipamento de saúde. Um outro caso que me chocou aconteceu em 1998, o da Alessandra, uma menina também deficiente, que sofria com o descaso da família, ela estava morrendo à míngua. Ela não era alimentada, não davam banho nela, tinham ratos na cama da menina. Tentamos, de várias maneiras, fazer com que essa família se sentisse responsável pela menina, que dependia

totalmente de todos. Foi uma realidade que causou muita impotência, não dependia só da gente. Nós revezamos diariamente para a criança não ficar só. Foi muito difícil acompanhar, tentamos interná-la. O pai foi embora de casa, a mãe, com ela e outros filhos, não tinha condições psicológicas de cuidar dela e dos outros. A menina, com crises convulsivas, sem cuidado, enquanto a Sheila tão bem tratada. Na sua fase final, recorremos ao SOS Criança, ao Conselho Tutelar e por fim, chamamos a polícia, era um caso de abandono. Essa criança, depois de muito abandono, veio a óbito, e nenhuma das instâncias manifestou-se. Naquele ano de 1998, havia eleição para Conselho Tutelar, eu nem cogitava isso. Aí a comunidade, o Padre Zé Eduardo e a Jussara, da Associação Cantareira, me chamaram e falaram que eu tinha todo o perfil e envolvimento. Foram várias coisas que me levaram a ter essa consciência e essa sensibilidade com a causa do outro. Houve então a indicação do meu nome, e um dos motivos que fez com que eu quisesse ser Conselheira, na época, foi esse caso da Alessandra. Se o conselho me der mais campo para atuar e intervir para que não aconteçam mais essas situações, mesmo que seja por um período, eu vou estar lá, e fui. Foram três anos e meio, de um ganho muito grande. Agregou conhecimento, muita impotência também, achei que poderia fazer muito mais coisas pela causa da criança e do adolescente, a política pública de atendimento não respaldava: “não há vaga, não tem creche, não tem escola” para atender as demandas. Lidava com crianças e adolescentes de todas as idades, com toda a violência, toda violação de direitos. Pegar um bebe que foi abusado sexualmente. Houve momentos de muita dor, mas houve momentos de alegria, valeu, como tudo da vida. Assumi esse

*trabalho por compromisso, por querer fazer algo a mais no distrito. É isso, uma coisa foi levando à outra, na minha vida, mas sempre ligado à comunidade. Até 1994, eu conciliava o trabalho fora e as ações na comunidade. Fui ficando cada vez mais envolvida na área social, sendo a maioria aqui no distrito. Acho a Brasilândia incrível, tem uma história de luta, a maioria das mulheres são muito guerreiras, várias são referência na luta por creches, por moradia. Mulheres que levaram muita porrada, mas que lutam pela melhoria da qualidade de vida no distrito. Quando eu vim para cá, eu tinha esse receio de lugar perigoso e não me apropriava daqui, hoje não, na verdade há muito tempo. Aqui é o lugar onde eu quero ficar para o resto da minha vida. Eu fiz amigos aqui pra tudo na vida, que estão juntos nas alegrias, nas tristezas, muitos momentos bons aqui. **É como um casamento, na alegria, na tristeza, Brasilândia é isso.** Tem muitas coisas que incomodam, mas esse incomodar faz com que sempre busquemos algo de melhor, não dá pra se acomodar”.*

Sandra e seus filhos Marcos e Rodrigo



Fonte: Cecília Machado 2006, reunião com a família de Sandra para a audição de sua história de vida.



Fraternidade Crista de Doentes Deficientes



Marido de Sandra Ozéias com seu filho Rodrigo



Fonte: Sandra Regina, disponibilizou fotos de sua família e amigos

Vista da pré-Serra da Cantareira início da década de 1970



Fonte: Retirada do álbum de fotos elaborado pelo Padre Ivo na década de 1970. Este Padre fazia parte da comunidade católica do Jardim Damasceno, loteamento localizado junto a Serra da Cantareira

Crianças na escola infantil organizada pela igreja, Jardim Damasceno



Fonte: Retirada do álbum de fotos elaborado pelo Padre Ivo na década de 1970. Este Padre fazia parte da comunidade católica do Jardim Damasceno, loteamento localizado junto a Serra da Cantareira.

Primeiras moradias Jd. Carumbé década 1970



Fonte: Retirada do álbum de fotos elaborado pelo Padre Ivo na década de 1970. Este Padre fazia parte da comunidade católica do Jardim Damasceno, loteamento localizado junto a Serra da Cantareira

Dona Maria Bonfim e família, início da construção de sua casa na pré-Serra da Cantareira década 1980



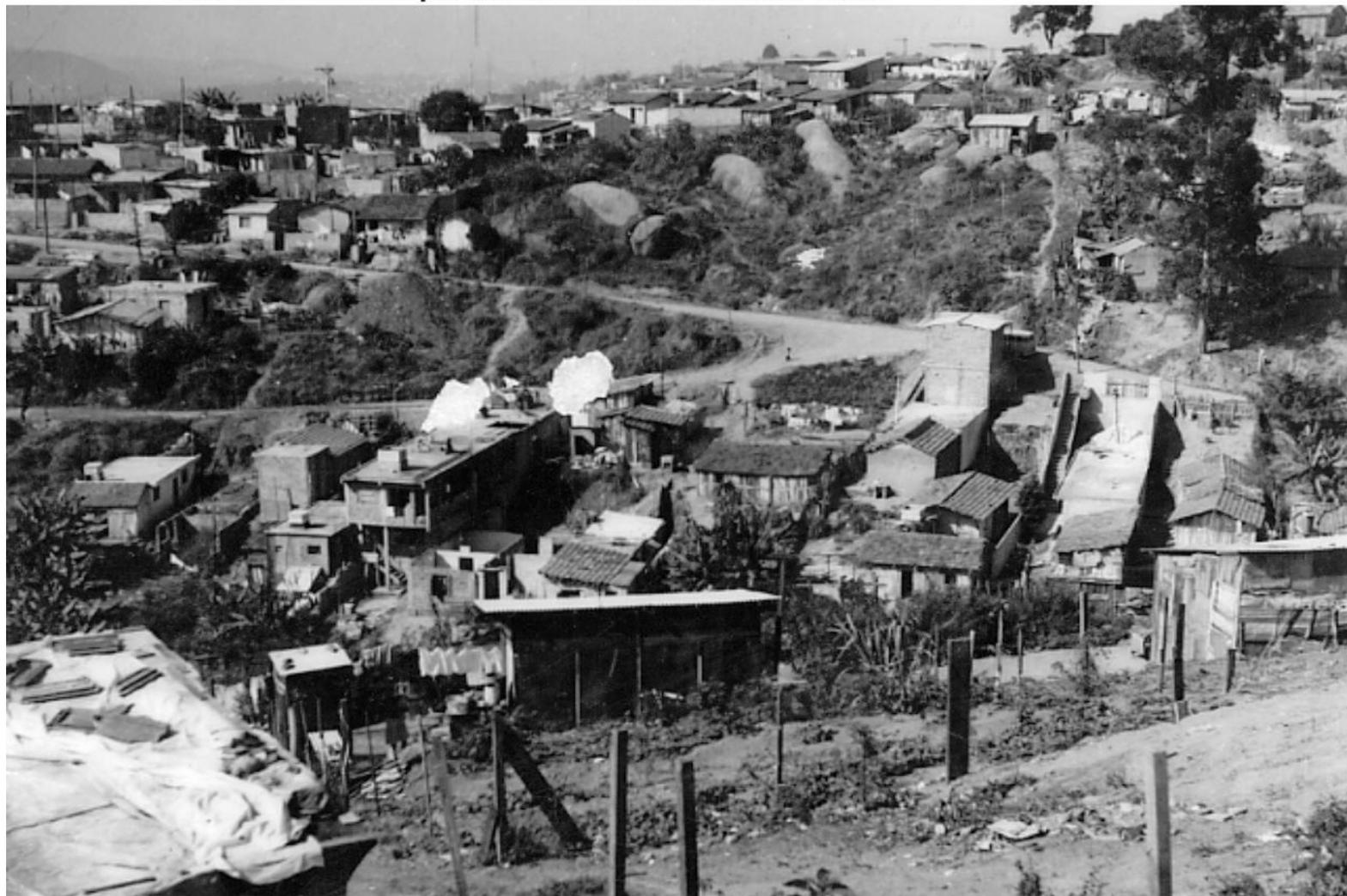
Fonte: Maria Bonfim, moradora da região disponibilizou fotos de sua chegada no distrito.

Jardim Damasceno década de 1980



Fonte: retirada do álbum de fotos elaborado pelo Padre Ivo na década de 1970. Este Padre fazia parte da comunidade católica do Jardim Damasceno, loteamento localizado junto a Serra da Cantareira.

Vista Jardim Carumbé pré-Serra da Cantareira década de 1980



Fonte: Disponibilizado pela Associação Cantareira que levantou junto a moradores da região fotos do início da ocupação do distrito

2.5 Ocupação do Distrito de Brasilândia a partir de 1990

Aspectos Gerais do Período

“O decênio de 90 apresenta-se, em muitos aspectos, ainda mais tenebroso: desemprego de 16% na RMSP, queda do rendimento médio real de 35%, entre 1989 e 1997, enquanto, no mesmo período, aumenta em 20% o número de empregados com jornada de trabalho acima da legal e a taxa de ocupação declina 25%: desrespeito, sentimento de derrota, medo ...” (KOWARICK, 2000:45).

Na década de 90, intensificam-se as ocupações em áreas de interesse ambiental, em regiões periféricas do município, ao mesmo tempo, há um aumento de pessoas encortiçadas, sendo este de 76,4% em relação à década de 80 (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 de outubro de 1991 apud SANTOS, L. 1992).

Esse retorno de parte da população pobre para cortiços na região central de São Paulo, ocorre, principalmente, nos bairros da Aclimação, Barra Funda, Belenzinho, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim América, Jardim Paulista, Moóca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana. Com o desemprego e os baixos salários, os trabalhadores têm dificuldades em adquirir lotes nas regiões periféricas (mesmo sendo irregulares), dificuldade essa, fortalecida pelo alto custo do transporte (SANTOS, L.1992).

Isto não significa uma redução na expansão horizontal da cidade. Somente na década de 90, o município amplia sua área em mais de 30%, principalmente na periferia (ATLAS AMBIENTAL, 2002). Segundo

MARCONDES (1999), só no ano de 1991 foram ocupados irregularmente 11 milhões de metros quadrados nessas regiões.

A rápida ocupação periférica resultou na perda de parte dos remanescentes florestais da cidade que, no início dessa década, já significavam apenas 10% da superfície territorial metropolitana recoberta por matas. Nesse período também, intensificou-se a ocupação por favelas de áreas públicas remanescentes, destinadas a novos equipamentos públicos e implantação de áreas verdes (MARCONDES, 1999).

Ocupações na pré-Serra e na Serra da Cantareira a partir de 1990

No distrito de Brasilândia, esse período é marcado pelo surgimento de loteamentos clandestinos sobre a pré-Serra e na Serra da Cantareira. Tal processo é resultado de ocupações organizadas de terras, que criam um novo padrão de ocupação para a região¹⁷, representando uma ameaça efetiva à faixa de proteção da unidade de conservação, já que as ocupações resultam na supressão dessa vegetação.

O poder público reforça essa degradação com ações contraditórias, implantando equipamentos em áreas de importância ambiental. De maneira imediatista, “soluciona” a falta de áreas livres para a implantação dos equipamentos, ocupando a própria Serra da Cantareira.

Na década anterior, o poder público já havia implantado equipamentos sociais, como escolas e um posto de saúde, às margens do córrego Bananal. Porém, o maior impacto ambiental desse tipo de ação, ocorreu em 2004, com a implantação do CEU PAZ - Centro de Educação Unificado, em loteamento (em processo de regularização) localizado na Serra da Cantareira, o Jardim Paraná.

¹⁷ Até então, na Serra da Cantareira, no trecho pertencente ao distrito de Brasilândia, havia apenas um loteamento irregular, chamado Jardim Damasceno.

De um lado, as diversas reivindicações da população local por escolas e creches, e de outro, o poder público com a “dificuldade” de encontrar grandes áreas para a implantação dessa grande obra, e precisando atender a uma de suas “promessas” de campanha¹⁸.

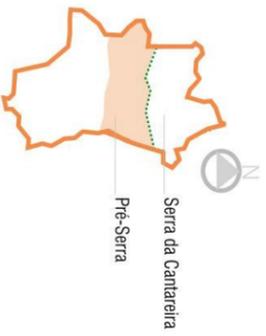
Assim, um antigo campo de futebol, denominado campo da PAZ, localizado na Serra da Cantareira, deu lugar ao CEU. O equipamento ajudou a atender à demanda por creche e escola, na região, além de proporcionar outras atividades socioeducativas para a população. Porém, estimulou as ocupações sobre a Serra da Cantareira, o que contraria diversas diretrizes apresentadas pelos planos: Plano Diretor Estratégico, Plano Diretor Regional e Plano de Ação Habitacional e Urbana da região. Assim, o Estado, com seu discurso controlador e práticas permissivas, mesmo com um aparato legal¹⁹ que visa a recuperação e a preservação ambiental, reforça a ocupação irregular dessas áreas de importância ambiental.

Para a realização de análises a respeito da expansão urbana sobre a Serra da Cantareira, nesse período, realizou-se um levantamento de fotos

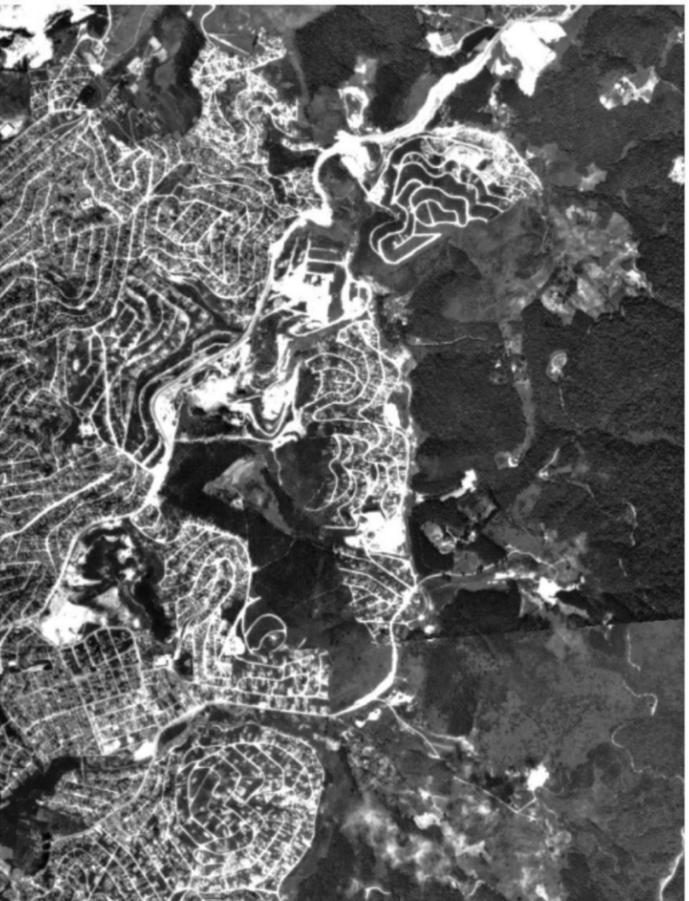
18 “(...)alguns grupos e lideranças mantêm a sua autonomia, inclusive, atuando de forma efetiva e independente da tutela do Estado e dos partidos políticos... porém é verdade que muitas entidades seguem o modelo assistencialista, sobrevivem de doações de políticos que utilizam as mesmas, com finalidade eleitoral, onde constroem suas bases, ou melhor, verdadeiros currais eleitorais que inviabilizam a politização da população” (GTA, 2003:276) .

19 Além desses planos, é possível referenciar outros instrumentos normativos, como o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 aprovado em 2001), e a nova Lei de Proteção e Recuperação dos Mananciais, a Lei de Preservação da Mata Atlântica (de 1993), a Lei de Crimes ambientais (de 1998), o Decreto 750/93, que proíbe o corte, a exploração e a supressão de vegetação de Mata Atlântica e a criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (instituídas pela UNESCO em 2004).

áreas e imagens de satélite, nos anos de 1986, 1994, 2000 e 2005, destacando o processo de supressão da vegetação. As análises são apresentadas a seguir.



Pré-Serra e Serra da Cantareira em 1972



Fonte: Foto Aérea IBC, GERCA, 1972 sem escala, em HERLING(2002)

107

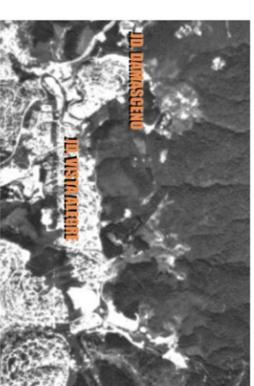
Pré-Serra e Serra da Cantareira em 2007



Fonte: Imagem de Satélite Digital Goble, 2007 sem escala, em Google Maps (2007)

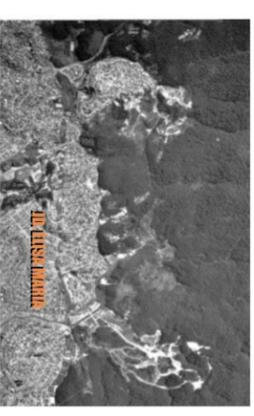
107

Pré-Serra e Serra - 1986



Fonte: Foto Aérea SMM EMP/LASA, 1980 sem escala Em HERLING (2002)

Pré-Serra e Serra - 1994

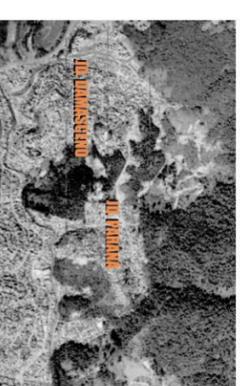


Fonte: Foto Aérea SMM EMP/LASA, 1990 sem escala Em HERLING (2002)

Até o início da década de 1980 as ocupações na Serra da Cantareira (no perímetro do distrito de Brasilândia), restringia-se ao loteamento Jardim Damasceno e na pré-Serra ao Jardim Vista Alegre.

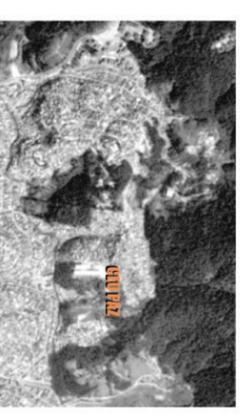
A segunda metade desta década é marcada por novas ocupações e adensamento dos loteamentos localizados na pré-Serra da Cantareira. Tendo destaque a ocupação da região hoje denominada Jardim Elisa Maria, uma ocupação que teve início com a implantação de um mutirão denominado Conjunto Promorar Estrada da Parada e que devido sua implantação parcial pelo poder público, as áreas verdes remanescentes foram ocupadas rapidamente pela população.

Serra da Cantareira em 2000



Fonte: Foto Aérea BASE, 2000 sem escala Em HERLING (2002)

Serra da Cantareira em 2005



Fonte: Imagem de Satélite Digital Goble, 2007 sem escala, em Google Maps (2005)

A partir da década de 1990 inicia-se um espraiamento das ocupações leste do Jardim Damasceno. Processo fortalecido com a ocupação do Jardim Paraná em 1995.

Com a implantação do CEU PAZ no loteamento Jardim Paraná em 2004, intensifica-se a ocupação da região. Isto porque o loteamento recebe juntamente com o equipamento algumas obras de infra-estrutura e serviços além da pavimentação de algumas ruas e linhas de ônibus.

O avanço das ocupações sobre a Serra, materializa também um processo contínuo de expulsão dos moradores mais pobres, para áreas ainda mais pobres e ainda mais distantes - as periferias da periferia. Assim, moradores que pagam aluguel em áreas regulares do distrito ou mesmo em favelas, encontram nessas ocupações, a oportunidade de “sair do aluguel”.

Depoimento

Esses loteamentos também surgem como alternativa para os “novos migrantes” que chegam no distrito, vindos de outros estados. Como narra Rosa Maria da Silva Araújo, uma pernambucana que vem morar no distrito, na década de 90.

“Eu sou nordestina. Nascida e criada em uma cidade muito pequena, no interior de Pernambuco, chamada Afogados da Ingazeira; é bem no sertão de Pernambuco. Eu casei muito nova, aos 17 anos e fui morar em outra cidade: Vitória da Conquista, e lá tive meus primeiros três filhos. Meu casamento não deu certo, me separei e vim para São Paulo, em 1985. Vim para cá, vendi meus móveis, saí do emprego para viver longe do meu ex-marido, que me ameaçava. Quando cheguei aqui, foi muito difícil. Em Vitória, eu era funcionária pública, tinha uma estabilidade. Quando vim para cá, pedi uma licença de dois anos. Quando cheguei, até tinha o dinheiro para alugar uma casa, tinha um troco para passar alguns dias até conseguir um trabalho, mas foi muito difícil. Eu tive que morar no quintal da casa de uma conhecida, que tinha uma pequena cobertura. Fiquei lá por quinze dias, saía todo dia para procurar casa para alugar e ninguém alugava, porque era mulher

sozinha, sem marido; além disso, não tinha uma comprovação de renda. Até que um dia, Deus colocou um senhor na minha vida, um japonês que todo mundo dizia que ele era muito ruim, mas comigo não foi. Eu fui conversar com ele e ele disse: “ Olha, minha filha, eu vou alugar a casa para você só que ali é muito pequeno você precisa procurar coisa melhor”. Eu pensei, melhor do que na rua já é. Eu morei perto do Terminal Cachoeirinha durante seis anos. Nessa casa já podia deixar meus filhos e sair para procurar um emprego. Graças a Deus, arrumei bons vizinhos, um bom emprego e escola para meus filhos. Arrumei um outro casamento, tive mais três filhos e novamente não deu certo. E foi quando eu voltei para o nordeste, no início do ano de 1994. Aí foi ainda mais difícil: saí com três filhos e voltei com seis, sendo que minha filha de quinze anos estava grávida; saí de São Paulo sem saber disso. Minha família não morava mais no mesmo lugar. Fui para outra cidade, chamada Sobradinho, na Bahia. Quando cheguei em Sobradinho, foi difícil demais, foi um aprendizado. Até me casar, meus pais me sustentaram, eu não sabia como era difícil manter uma família, principalmente ali que não tinha emprego. Só tinha salário quem trabalhava, ou na prefeitura ou na única firma do município. Comecei a trabalhar então e ganhava R\$10,00,R\$ 15,00 por mês e mesmo quem trabalhava em casa de família, o salário era isso. Apareceu então uma oportunidade de trabalhar na casa do prefeito da cidade, como governanta e lá trabalhei por seis meses e ele me pagava R\$ 30,00 por mês. Enquanto isso, meus filhos ficavam em casa, minha filha de quinze anos cuidava deles. Aí, depois apareceu um homem que ofereceu os mesmos serviços que eu fazia para o prefeito, por R\$15,00 e eu fiquei novamente

desempregada. No mesmo período meu neto nasceu. Eu tinha três crianças com mamadeira ainda, para sustentar. Meus dois filhos mais velhos, para me ajudar, vendiam sorvete. E eu fui trabalhar na roça, para ganhar R\$ 1,00 por dia, enquanto os homens ganhavam R\$1,50. Nunca tinha trabalhado na roça, sempre fui protegida, filha caçula de 13 irmãos. Até que quando fez 10 meses que estava lá, esse mesmo prefeito foi conversar comigo e falou: “ olha, Dona Rosa, aqui não é lugar para a senhora , volta para São Paulo, a senhora vai se dar muito melhor, mesmo que passe dificuldade, não é como aqui”, e eu disse que não tinha mais como voltar, minha família muito pobre, meus pais já tinham morrido e eu não tinha dinheiro para as passagens. Aí ele me disse: “ o dia em que você resolver voltar para São Paulo, te dou as passagens”. Aí uma amiga de São Paulo, dona Maria Bonfim, me ligou. Eu não tinha telefone, ela ligou para uma cabine que fica na rua e o mensageiro chama a pessoa ou passa o recado. Eu estava passando na rua perto da cabine, estava voltando da igreja e o telefone tocou, o mensageiro atendeu e me chamou: “ Rosa, telefone para você”. Para minha surpresa, ela estava me convidando para vir para São Paulo. Ela ia separar um lugar na casa dela para me receber com meus filhos. Aí eu vim para a Brasilândia, cheguei no dia 17 de novembro de 1994 , eu já conhecia aqui, passava por aqui para ir na mata. Mas agora tinham novas ocupações , era o início da ocupação do Jardim Paraná. Era muita briga , todo mundo queria muita terra. Os únicos homens da minha casa tinham 13 e 15 anos. Não tinha como lutar por um pedaço de terra. Então decidi não ocupar nenhum espaço aqui e fiquei na casa da Maria Bonfim. Então, no início de 1995, o pessoal começou a vender os lotes que

tinham ocupado, uma amiga que tinha conseguido um pedaço de terra, me emprestou um barraco para morar, porque ela tinha ocupado, mas já tinha casa, não estava precisando. O barraco ficava na beira do rio, ela me emprestou por 90 dias, para dar tempo de construir um para mim, ela me disse: “você tem que deixar de ser mole, vai em qualquer lugar e construa um pra você”. Mas eu não queria chegar aqui e conseguir um espaço brigando, tinha certeza que um dia tudo isso aqui seria um sucesso, um bairro, queria comprar um terreno, não queria de graça. Sabia também que esse terreno era de alguém que poderia ter batalhado para tê-lo, não queria pegar um pedaço à força. Aí surgiu a possibilidade de comprar esse pedaço de terra aqui, o rapaz que era dono disse que venderia para mim por R\$1.500,00. Eu trabalhava e ganhava R\$110,00 por mês, mas era pouco, só era eu trabalhando. Então disse a ele: “ eu te dou R\$300,00 e vou te pagando R\$50,00 por mês. Porque preciso comprar comida para as crianças”. Ele aceitou, mas pediu também a minha televisão. Aí disse que não, meus filhos ficavam sozinhos em casa, enquanto eu trabalhava e a única coisa que tinham era a televisão. Fechamos a venda e ele estava indo embora e, no meio do caminho, parou, diz ele que pensou: “estou tirando R\$300,00 de alguém que não tem nada”. Foi então quando ele voltou, devolveu meu dinheiro e deixou eu ficar com o pedaço de terra. E ainda disse que, com esse dinheiro, era para eu fazer meu barraco, que não era justo vender uma terra que nem era dele. Meus filhos fizeram o barraco, mas como o terreno era muito grande, fui dando também partes do terreno para outras pessoas que precisavam. Cederam para mim e eu cedi para os outros. Logo depois chegou uma notificação para sermos

despejados, eu chamei os vizinhos e fomos em quinze pessoas para o Fórum da Lapa. Chegando lá, falamos ao juiz dos nossos desejos de comprar a terra e ele disse para nós nos organizarmos para termos alguma chance. Montamos, então, uma comissão de moradores, fazíamos reuniões, íamos aos órgãos públicos atrás de vereadores, para alguém nos ajudar. Foi quando conhecemos um engenheiro chamado Salim, que fez uma negociação com os donos do terreno, para nos despejar. Entramos em um acordo e começamos a pagar os terrenos para ele, mas ele não pagou os donos do terreno. Ele vinha, fazia reunião, dizia que estava pagando, abriu algumas ruas, mas era tudo mentira. Foi quando os donos deram outra ordem de despejo. Mas agora nós éramos uma comunidade organizada, participávamos da reunião dos Sem Terra. Aumentamos a comissão de moradores e formamos a Associação de Moradores, fizemos um grande barraco. Mas nos deparamos com alguns problemas, íamos atrás dos moradores para fazermos abaixo assinado e as pessoas não sabiam ler e escrever. Muitos não tinham documentos. Em 1999, o Salim foi desmascarado, nesse meu ano, eu e a irmã Marluce, resolvemos abrir uma escola para alfabetizar os adultos. Começamos a alfabetizar os adultos, tínhamos cerca de 40 alunos. Em 2000, ampliamos o barraco, chegaram novas pessoas para alfabetizar e eu não sabia o que fazer com os que já tinham sido alfabetizados. Então fui até a Escola João Amós e conversei com Dona Angelina e ela me disse que iria fazer uma prova com esses alunos e que tentaria encaixá-los em alguma série. Para minha felicidade, quase todos passaram para a quarta e para a terceira série. Tinham alunos que já sabiam mais do que eu, porque depois que aprendiam a ler, ficavam lendo tudo. Na nossa escola,

passamos a atender crianças também que ficavam conosco durante o dia, à noite fazíamos a alfabetização dos adultos; com o tempo, decidimos fechar a escola. Depois continuei o trabalho de outra forma: com crianças, idosos, deficientes. Foi quando conheci a Sandra e ela me apresentou pessoas maravilhosas como você. A Sandra visitava um senhor idoso, que eu também visitava. Ele morava em um cômodo e o dono do cômodo jogou ele na rua. Eu trouxe ele para casa, ele não andava, ficou dois anos na nossa casa. Em 2004, ele teve um derrame, precisava usar fraldas , precisava de medicamentos, então precisei pedir ajuda. Ele foi internado em um abrigo para pessoas idosas, não tive mais contato e não sei se ele morreu ou não. E aqui tô eu. Vim duas vezes para São Paulo, sempre consegui emprego. Mas hoje está mais difícil, naquela época, a gente sem instrução conseguia emprego. Hoje você estuda e não consegue. Minha filha se matou para concluir o colegial, muitas vezes foi para a escola a pé, com o tênis já furando, fez cursos, mas hoje, com 18 anos, não consegue emprego. Na minha época era mais fácil. Essa é parte da minha história, a gente nunca conta tudo, mas gostaria de falar do meu sonho de ajudar idosos e crianças deficientes. Têm duas crianças que moram no meu coração, são irmãos que nasceram com insuficiência encefálica. Um se chama Natan e o outro, Guilherme. Um deles está internado em Mogi das Cruzes, precisava receber oxigênio direto e não tinha condições de ficar aqui. A mãe deles é maravilhosa, essa merece o título de mãe, têm quatro filhos dois são normais e dois especiais. Nesses dias, ela teve um grave problema de pressão e disse a mim: “Dona Rosa, eu não vou morrer , não posso deixar meus filhos”. E eu disse: “é isso mesmo, quem tem vontade de sobreviver,

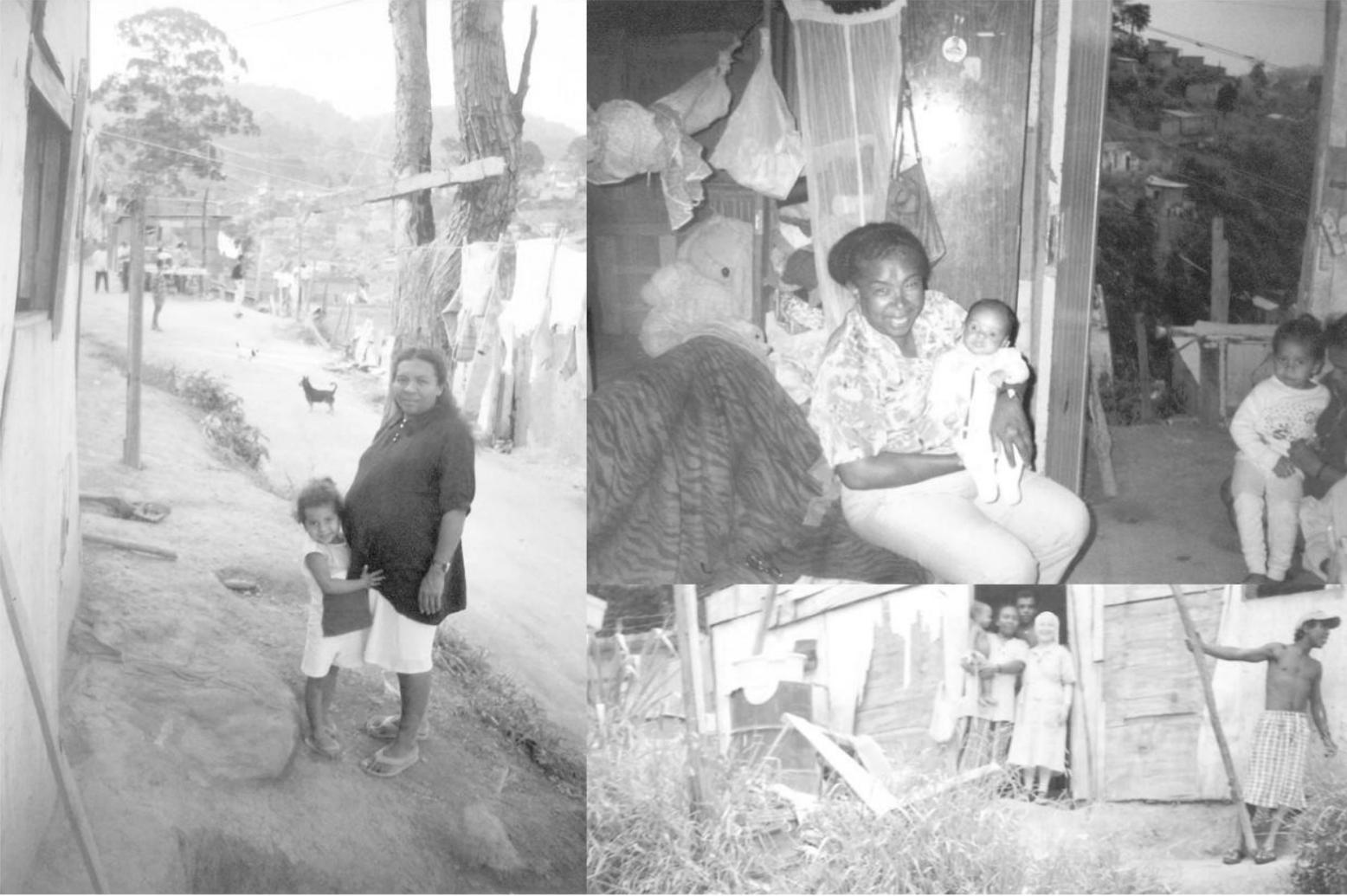
sobrevive". Hoje, o Jardim Paraná, tem um CÉU , tem escola, mas ainda vai ter um lugar para essas pessoas que ainda não são atendidas. Para essas pessoas, sobreviver aqui é muito difícil, nem vou visitá-los, porque não posso ajudar e só sofro. Ainda terei meu sonho realizado, para acolhê-los, um dia Deus vai mandar alguém aqui para fazer algo. Espero que os governantes olhem para os mais pobres e que venham dias melhores. Meu sonho também é a minha história, nada é impossível para Deus."

A casa de Rosa hoje, família e amigos



Fonte: Cecília Machado 2006, fotos feitas durante a narrativa de dona Rosa.

Rosa em seu barraco no início da ocupação do Jd. Parana



Fonte: Rosa Maria da Silva Araújo, moradora do distrito disponibilizou estas fotos para a pesquisa

Vista do Distrito em 2003



Fonte: Marta Baião 2003

Tecido Urbano



Fonte: Marta Baião 2003

Loteamento na Serra – Jardim Paraná



Fonte: Marta Baião, 2003

Ocupações na pré-Serra da Cantareira



Fonte: Cecília Machado 2006, percurso pela região do Jardim Damasceno (baixo)

Moradias em situação de risco pré-Serra da Cantareira

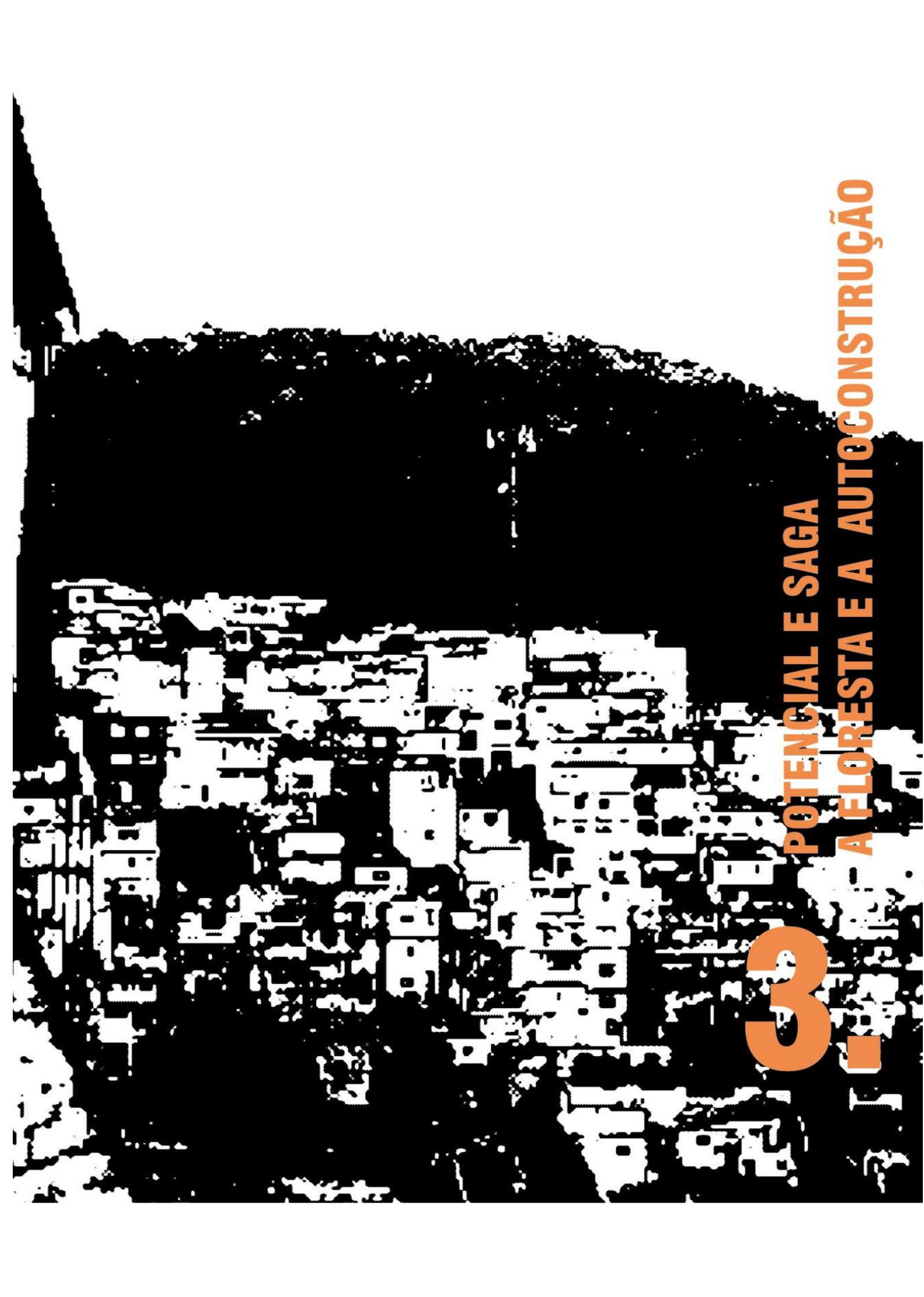


Fonte: Associação de Moradores do Jardim Paraná, disponibilizou esta foto para pesquisa.

Todo esse histórico mostra como antigas áreas rurais foram substituídas por ocupações irregulares, que se deram em tempos e espaços diferentes, produzindo inúmeras paisagens que têm em comum, o grande contraste constituído pela exuberância da Serra e as autoconstruções, um grande mosaico de concreto, por vezes colorido, que cresce sobre a manta verde da Serra.

A associação de estudos, fontes primárias e secundárias, permitiu uma série de análises dos processos urbanos, especialmente da região do distrito, e mostraram-se fundamentais para compreender a ocupação do território. A periodização, que sempre é relativa, permitiu organizar esse processo histórico. Porém, esses estudos, sem as narrativas de vida, dificilmente ultrapassariam uma visão estrutural e distanciada da realidade.

Assim, os dramas individuais, bem como as fotos do cotidiano dos moradores, em vários períodos, foram informações que possibilitaram conhecer realmente o processo local, a construção e a significação dessa paisagem. Outros olhares ainda são possíveis e necessários.



3

**POTENCIAL E SAGA
A FLORESTA E A AUTOCONSTRUÇÃO**

Este Capítulo está organizado em cinco módulos:

- 3- Potencial e Saga. A Floresta e a Autoconstrução (pág.127 a pág.129). Introduz ao estudo desta paisagem um de seus principais contrastes.
- 3.1- A Floresta (pág.130 a pág.140) Apresenta o histórico processo de apropriação da Serra.
- 3.2 – A Autoconstrução (pág.140 a pág.157). Trata das formas espontâneas de apropriação e produção do espaço.
- 3.3 – Situações de confronto, encontro e negociação, estabelecidas entre a floresta e a cidade (pág.158 a pág.177).
- 3.4 – Um loteamento na Serra Jardim Paraná (pág.178 a pág.214). Apresenta as diferentes formas de apropriação e valoração dos espaços e da paisagem, pelos moradores deste loteamento.

Protagonistas:

Marluce Batista, Lucélia, Antonio Calisto, Maria Bonfim, Firmino, Larissa Fernando dos Santos, Juliane Bastos de Souza, Eduardo, Raul Siqueira, Black Gero, Gisele de Oliveira Mendonça, Ana Lucia e Waldir dos Santos.

POTENCIAL E SAGA

A Floresta e a Autoconstrução

Sinto a Serra, e não a vejo. Crescem sobre meus olhos adensados castelos de concreto. Contraste da paisagem.

A Serra da Cantareira é uma referência na paisagem do distrito. Para os moradores, um elemento que não é só observado, é vivido, já que o relevo acidentado incide diretamente em atividades de seu cotidiano. Mesmo os que não moram em loteamentos na Serra, ao chegarem ao distrito, depararam-se com alguma dificuldade resultante da particularidade desse sítio natural, como a de implantar casas em topografias acidentadas, em solos frágeis, suscetíveis a erosões, com muitos matacões e minas de água.

Embora seja uma referência à paisagem, esta se restringe à sua morfologia e não ao seu significado. Muitos moradores não a conhecem como “Serra da Cantareira”, ou mesmo sabem de sua importância ambiental; referem-se a ela como “mata”, que hoje está mais distante para alguns. Porém, não deixa de ser referência na história de vida desses moradores, quando a mata ainda era “logo ali”.

“ Moro no distrito desde 1972. Eu pagava aluguel e era muito difícil, então vim para o Jardim Vista Alegre, porque aqui teria a chance de ter a casa própria. Mesmo do lado do córrego e junto à mata, a paisagem aqui era muito linda.” MARIA BONFIM, moradora da margem esquerda do córrego Bananal, desde 1972.

“Cheguei aqui no final da década de 1970. Naquela época, nós, as crianças, ficávamos em casa. Aqui parecia uma cidadezinha do interior, com muita vegetação, não tinham tantas favelas, essa é a grande diferença desse novo período.” WALDIR DOS SANTOS, jornalista e morador do distrito, desde 1978 .

“Cheguei nos primeiros dias da ocupação, no ano de 1995, nunca tinha imaginado que poderia invadir um lugar, mas vim e marquei este terreno aqui. Sozinha, com uma prima, cortei árvores e montei meu barraco.” MARLUCE BATISTA, moradora de um loteamento na Serra da Cantareira, do qual participou da ocupação, em 1995. (depoimento completo na página 204).

A paisagem, na região consolidada do distrito, nas décadas de 40 e 50, caracterizava-se pela proximidade com a mata, bem como a paisagem da pré-Serra, até a década de 90. Nessas regiões, a imagem da mata que precede a Serra verde e exuberante, foi substituída por grandes muralhas de concreto, compostas pelo vermelho do tijolo baiano, o cinza dos rebocos, e os amarelos e azuis das moradias já pintadas. Hoje, quem tem essa relação direta com a mata, está em loteamentos e favelas implantados **sobre** a Serra.

As muralhas do então chamado “Castelo de Águas” foram vencidas pela autoconstrução, que seguiu rumo ao extremo norte do distrito. Hoje aqueles que já tiveram a mata “ao lado” por vezes a contemplam (agora ao longe) ao subir em uma laje.



Foto das casas mais próximas da divisa com o Parque da Cantareira no loteamento Jardim Paraná.

Fonte: Associação de Moradores Jardim Paraná

3.1 A Floresta da Cidade

A Serra da Cantareira recebeu este nome no século XVI, pelo seu potencial hídrico, chegando até a ser chamada de “Castelo de Águas”. *“Naquela época armazenava-se água em jarros, chamados cântaros. Cantareiras eram as prateleiras onde os cântaros eram guardados”* pelos tropeiros que faziam comércio entre São Paulo e outras províncias (SILVA, D. 2000:44).

Dentro do quadro da divisão geomorfológica do estado de São Paulo, a Serra da Cantareira faz parte das Zonas de Planalto Paulistano e Serrania de São Roque da Província do Planalto Atlântico. O Planalto Atlântico caracteriza-se por uma região de terras altas, diferente do Planalto Paulistano, que se constitui em morros altos e médios. As cotas mais baixas têm entorno de 740 metros e são localizadas na região do Mandaqui. O ponto culminante alcança 1.213 metros e localiza-se no Parque Estadual da Cantareira, na área denominada Morro do Pavão (SILVA, D. 2000:44).

De acordo com ÁVILA (1985) e FERNANDES (1990), apud SILVA, D. (2000), a compartimentação morfológica da área, dá-se por planícies aluviais (terrenos baixos e planos junto a cursos d’água), morrotes (de relevo ondulado, nos quais predominam amplitudes de 60 a 90 metros), morros baixos (de relevo também ondulado, em que predominam amplitudes de 90 a 110 metros), morros altos (nos quais predominam amplitudes de 140 a 160 metros, podendo atingir 200 metros) e serras escarpas (nas quais predominam amplitudes de 300 metros, podendo chegar a 400 metros).

As características climáticas da região estão associadas à sua localização no planalto, à pluviosidade média ao ano, superior a 1500mm (com temperatura média de 18,2° à 22°), influenciada pela vegetação e

altitude.

A vegetação é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa, com Formação Montana. Desenvolve-se na área tropical mais úmida e ocupa altitudes de 500 a 1500m. Porém, de acordo com NEGREIROS (1974), apud SILVA, D. (2000:68), é possível que ocorram variações de tipos de vegetação da Floresta Latifoliada Tropical Úmida de Encosta e da Floresta Latifoliada Subtropical de Altitude, isso devido à sua localização, entre a Serra do Mar e Serra da Mantiqueira.

“(...) os levantamentos florísticos realizados em alguns trechos do Parque Estadual da Cantareira, revelam a presença de espécies exclusivas de Mata Atlântica, aliadas a elementos da Mata Semicadudifólia de Planalto. Tal fato confere à Serra da Cantareira o caráter de vegetação de transição, entre Mata Atlântica e Mata de Planalto.”

A hidrografia da Serra, é constituída por um grande número de nascentes, sendo sua drenagem de alta densidade. É uma região de formação e dispersão da rede de drenagem, que abriga, “na face sul, afluentes da margem direita do Rio Tietê e na face Norte, afluentes da margem esquerda do Rio Juqueri”. (SILVA, D. 2000:72).

Nessa região, os solos são considerados por NAKAZAWA(1994), apud SILVA, D. (2000), como áreas de alta suscetibilidade a movimentos de massa, principalmente se estiverem expostos. O material de origem desse solo é o granito, rocha dura e de difícil composição, porém a ocupação urbana sobre esse solo pode resultar em erosões, escorregamentos em taludes de corte, quedas de matações por descalçamentos, dificuldade de cravação de estacas e escavação, devido a matações imersos (SVMA, 2000:5-

6).

“(...)no contexto geológico/geomorfológico da região, os solos originados dessas rochas em situação de encosta, são pouco profundos e sujeitos a rápida erosão ou deslizamentos, quando ocorre supressão de vegetação, independentemente da classificação do estágio de regeneração da mesma. Isto significa que mesmo a vegetação sendo rasteira, de pequeno porte ou graminóide, ela desenvolve o papel fundamental de proteção ao solo, nos episódios de chuva”. MAZZEI (1999:92).

Quanto à fauna, o Parque Estadual da Cantareira abriga diversas espécies animais ameaçadas de extinção, como: bugio, gato-do-mato, jacaguaçu e o bacurau-tesoura-grande (SILVA, D. 2000).

*“São encontrados na região, desde médios carnívoros, Suçuarana (*Felis concolor*), Jaguatirica (*Felis pardalis*); como morcegos frugívoros, endentados, e uma grande diversidade de répteis, anfíbios, aves e insetos” (MAZZEI, 1999:94).*

Em meio a seus morros e serras escarpas, entrelaçam trechos favelizados e ocupações regulares, nos quais revela-se uma possibilidade de interpretação da paisagem do distrito, e que orienta essa dissertação. A Serra é estudada, então, a partir da apreensão de sua trama riquíssima, na qual se materializam diferentes formas de apropriação e valorização da Serra, em sua trajetória histórica.

Por quatro séculos, a Serra foi explorada predatoriamente, principalmente nas encostas da vertente sul, localizadas no cinturão verde.

Este caracterizava-se por diversas propriedades rurais de cultivo de cana-de-açúcar e café, atividades pecuárias, além de estabelecimentos extrativistas, como os de minerais e de madeira. Essas eram atividades igualmente predatórias, pois baseavam-se na queima e derrubada da floresta; *"acredita-se que até fins do séc. XIX, a Serra da Cantareira teve quase toda sua cobertura vegetal primária destruída"* (HERLING, 2002:14).

No início do séc. XX, com o intenso crescimento demográfico na cidade de São Paulo, para a transformação da vila Paulistana em cidade industrial, foram necessários investimentos em toda a rede de infraestrutura da cidade, principalmente investimentos no sistema de abastecimento de água potável (HERLING, 2002).

Tabela - Explosão demográfica no município de São Paulo.

1871	1886	1900	1910	1922
28.000	47.697	240.000	375.000	637.000

Fonte: HERLING, 2002

Até então, o sistema de abastecimento de água era composto por quatro chafarizes de águas, captadas dos córregos, na própria área urbana, o que era insuficiente (MARCONDES,1999).

Para resolver esse problema, em 1877, foi criada, pela iniciativa privada, Capitais Ingleses, a Companhia Cantareira de Águas e Esgoto, recebendo a concessão para cuidar do abastecimento público de água de São Paulo, que, na época, era responsabilidade do Estado (HERLING, 2002). Porém, mesmo com o problema da falta de água, a população continuou a utilizar-se de fontes naturais na área urbana, até a destruição dos chafarizes, pela Companhia Cantareira, como forma de obrigar as ligações de água (MARCONDES, 1999).

A Companhia Cantareira, além de beneficiar-se com a valorização gerada pelos serviços prestados, começa a demonstrar-se incapaz de

acompanhar a demanda por água potável, devido à grande expansão urbana da cidade. No mesmo momento, passam a surgir problemas de ordem sanitária, em decorrência do intenso fluxo de trabalhadores e da precariedade dos alojamentos e de habitações populares. O governo, então, rescinde o contrato com a Companhia Canteira e cria um setor de administração pública, para coordenar o abastecimento de água (HERLING, 2002).

Em 1892, é criada a Repartição Pública de Águas e Esgotos. Segundo SILVA(2004), a participação do Estado nos planos de saneamento representou uma grande melhora nos problemas de ordem sanitária e no atendimento de novas demandas.

Com o objetivo de proteger recursos hídricos, o governo adota, do início do século XX, até a década de 30, a preservação desses mananciais, através do afastamento da área urbana. Segundo a *“ótica sanitarista, a água potável só seria possível com a captação de mananciais puros, protegidos por florestas, situadas principalmente em regiões Serranas”* (SILVA, 2004), o que levou o governo a investir em desapropriações de terras ,em todas as bacias hidrográficas contribuintes do manancial da vertente sul da Serra da Cantareira (HERLING, 2002).

A partir da aquisição dessas terras, teve início o processo de regeneração da floresta. Essas áreas, que até então eram desmatadas, foram gradualmente tomadas pela vegetação nativa (HERLING, 2002). As desapropriações ocorreram entre 1893 e 1911, e representaram, no futuro, 48%¹ da área total do Parque Estadual da Cantareira².

Outros fatores contribuíram para a regeneração da floresta, como a

1 Este cálculo foi feito a partir de dados fundiários levantados sobre as áreas desapropriadas entre 1893 e 1911, disponível em MANENTE (2001).

2 Nas décadas seguintes, as desapropriações tornaram-se inviáveis “devido aos altos preços da terra, e da extensão das áreas a serem protegidas, para suprir demandas crescentes da metrópole” (MARCONDES, 1999).

rica drenagem da Serra, bem como a criação do Horto Botânico, em 1896, tendo como base a produção de conhecimentos sobre o meio, produção de mudas e sementes para o reflorestamento de áreas devastadas (SILVA, 2004). Após o período de regeneração da floresta, na década 60, a Serra começa a perder sua importância, enquanto elemento de infra-estrutura urbana da cidade. Essa mudança acontece, porque aumenta, nesse período, a demanda por água; e as vazões, até então suficientes, não conseguem atender ao novo incremento demográfico da cidade e à expansão das indústrias (HERLING, 2002).

É criada, então, pelo governo, uma comissão que começa a avaliar as potencialidades hídricas do entorno do município de São Paulo. Essa comissão, sob a coordenação do Engenheiro Paulo de Paiva e Castro, recomenda uma série de medidas, sendo a principal proposta, as reversões de nascentes do Rio Piracicaba e de diversas bacias da vertente marítima da Serra do Mar.

A criação desse Novo Sistema Produtor da Cantareira³, teve grandes impactos ambientais, já que *“as águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas começam a se dissociar de suas respectivas bacias”* (HERLING, 2002:37), resultando em um dos principais problemas ambientais da Bacia do Alto Tietê⁴, já que se torna desproporcional o volume de água para os sistemas de drenagem e esgotamento da cidade, além de gerar conflitos entre as bacias produtoras e consumidoras, isto porque as bacias produtoras deixam de atender as demandas internas por água, para servir as bacias consumidoras.

3 Esses investimentos em grandes obras, fazem parte do Projeto de Desenvolvimento Nacional, realizado a partir do “(...)Golpe Militar de 1964, estabelecendo novos investimentos em infra-estrutura, para desenvolvimento das regiões metropolitanas” (HERLING, 2002:37)

4 A Bacia do Alto Tietê corresponde à área drenada pelo Rio Tietê, compreendendo uma área de 5.900km² e incidindo sobre 35 municípios (HERLING, 2002).

De 1920 a 1980, passaram a compor o sistema de abastecimento de água da cidade de São Paulo, as seguintes bacias: Cotia (1920), Guarapiranga e Rio Claro (1950), Rio Grande (1960), além da ampliação da captação do Sistema Cantareira, em 1970 e 1980. Assim, a captação de água no Antigo Sistema Cantareira, em 1900, que era de 0,30/m³s, passou a 39,10m³/s, em 1980 ⁵.

Além da reversão de bacias, a introdução de novas técnicas, como o tratamento químico da água, acaba por desvincular a proteção da floresta, para garantir a qualidade da água (HERLING, 2002).

Mesmo com esse sentimento de abandono das áreas que até então protegiam a Serra, a administração pública do estado de São Paulo, acreditava ser possível proteger os mananciais do mercado imobiliário, em seu entorno, com a Lei de Proteção dos Mananciais. Entretanto, ao contrário da política anterior, na qual as áreas envoltórias eram desapropriadas, essa lei mantém a propriedade privada e passa a admitir outros usos. Com isso, a lei acaba por fracassar, principalmente nas áreas intermediárias, entre a malha urbana e a área de preservação, pois a lei previa uma compensação financeira para os donos das glebas e municípios, onde boa parte do território era área de proteção aos mananciais, o que não ocorreu (HERLING, 2002)⁶.

Sem a função de elemento de infra-estrutura, para a cidade de São Paulo (valor atribuído à Serra e responsável por sua regeneração), a floresta passa a ter sua exploração restrita ao lazer e à recreação, além de pesquisas científicas. Isso porque a Reserva Florestal foi elevada à categoria de parque, em 1963⁷.

⁵ Análise baseada no mapeamento sobre a substituição do Sistema Cantareira, em SILVA, L. (2004).

⁶ Esse processo se agrava, de acordo com HERLING (2002), devido à estrutura administrativa dos recursos hídricos que se descentraliza, sendo dividida em DAEE, SABESP E SEMA, o que ocasionou políticas conflitantes.

⁷ O Parque faz parte dos municípios de São Paulo, Caieiras, Guarulhos e Mairiporã, com uma área total de 7.900ha.

Na década de 90, com o agravamento da crise ambiental, e com o novo ideário de apropriação dos recursos naturais (vinculado à sustentabilidade ecológica)⁸, a Serra passa a ter um outro valor para a população e para o poder público; ela passa também a ser valorizada como “*elemento regulador ambiental da paisagem natural de grande importância no metabolismo urbano global*”⁹. Valorização que resultou em uma campanha para a criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo¹⁰. Esse foi um movimento popular, para o qual a população mobilizou-se, a fim de reagir às ameaças ao patrimônio natural da cidade, na época em que se discutia o projeto da Via Perimetral Metropolitana (JORNAL DA SERRA, 2002), conquistando, em 1994, a declaração da UNESCO.

O reconhecimento do valor ambiental dessa região não afastou a degradação ambiental da Serra da Cantareira, que nesse período, sofreu impactos ambientais no meio físico e biótico, dentro e no entorno do Parque Cantareira. Esses impactos estão relacionados a atividades como: reflorestamento, atividades hortifrutigranjeiras, indústria, mineração, implantação de linhas transmissoras de energia, implantação de sistema viário, aterros sanitários, implantação de torres de transmissão e, principalmente, a expansão urbana (SILVA, 2000).

A expansão urbana em direção à Serra, dá-se a partir da década de 60, e intensifica-se nas décadas de 80 e 90 (ver capítulo 2). Essas ocupações

Enquanto era reserva, tinha uma área inferior, com um total de 5.600ha (MAZZEI, 1999).

⁸ Desde a década de 70, o tema ambiental passa a fazer parte das formulações urbanísticas, porém, é na década de 90 que essa discussão se aprimora com o projeto de cidades sustentáveis, tema decorrente a partir da Agenda 21. Essa é uma agenda global para o século 21, elaborada em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

⁹ Nesse momento, surgem novas propostas de macro-drenagem para a Bacia do Alto Tietê, através da redução da velocidade do escoamento, bem como propostas complementares, envolvendo aspectos culturais que permeiam a relação entre a população e os rios (HERLING, 2002).

¹⁰ A região abrangida pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo compreende 73 municípios, com uma área total de 1.600.000ha e 19 milhões de habitantes. (JORNAL DA SERRA, 2002)

populares, se dão na região denominada zona de fronteira (área de transição entre a Floresta da Cantareira e a área urbana), nos distritos de Tremembé, Brasilândia, Mandaqui, Cachoeirinha e Jaraguá. De acordo com o relatório da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura do Município de São Paulo (2000), as ocupações deram-se de maneiras distintas em cada distrito.

O distrito de Tremembé, caracterizado por áreas rurais sem uso, além de grandes porções de vegetação, sofreu com a expansão urbana, principalmente com a implantação do loteamento Jardim Flor de Maio (em 1996), quando foram derrubadas cerca de 200.000m² de mata, mesmo sendo esta protegida por lei. Porém, no distrito, ainda existe uma área de 9Km² de vegetação significativa, a ser protegida (SVMA, 2000).

Diferente do distrito de Tremembé, os distritos de Brasilândia e Cachoeirinha, têm como característica, loteamentos clandestinos e irregulares, concentrados em área rural, sendo que 22% dessa área faz parte do Parque da Cantareira. São loteamentos que foram implantados em áreas com declividade alta, que fazem limite com o parque. As áreas que representam maior perigo para a preservação do parque, estão localizadas no distrito de Brasilândia, sendo estas os loteamentos Jardim Paraná e Jardim Damasceno (SVMA, 2000).

O distrito de Mandaqui possui somente 14% de sua área denominada rural; destes, cerca de 10% são pertencentes ao Parque da Cantareira, e nos outros 4% está implantada a Estação de Tratamento de Água Guaraú, e não há loteamentos clandestinos na área rural (SVMA, 2000).

O distrito de Jaraguá, limita-se, a leste, com o parque, e observa-se, na região, um grande avanço da mancha urbana, em direção a Reserva, principalmente na região denominada Parque de Taipas. São ocupações

precárias, que foram implantadas em regiões com declividade alta, “*em relevos de morros altos e entrando nos relevos de serras e escarpas*” (SVMA,2000:18).

O relatório da Secretaria do Verde e Meio Ambiente conclui que mesmo o distrito de Tremembé apresentando a maior quantidade de desmatamento em km², o maior impacto ambiental dá-se no Distrito de Brasilândia, pelo fato da área desmatada para a implantação de loteamentos irregulares estar mais próxima do parque.

Esses impactos ambientais podem ser divididos em duas dimensões: uma local e uma regional. Os impactos locais são caracterizados pela erosão, principalmente em loteamentos em início de ocupação; pelo escorregamento, resultante de ocupações em região de alta declividade, nas quais são feitos grandes cortes e aterros, que tornam-se instáveis no período de chuvas; pela queda de matacões, um impacto que pode causar prejuízo material e morte; pelo assoreamento de cursos d’água, por agravar as enchentes; pelo despejo de efluentes, nos córregos; pela disposição de resíduos inertes, formados por materiais de construção, entre outros; e pela falta de saneamento de resíduos sólidos domésticos (SVMA,2000).

Os impactos ambientais de dimensão regional são resultantes desmatamento; agravando o problema das enchentes em toda a bacia hidrográfica(SVMA,2000), em alterações climáticas, como o aumento da temperatura na região metropolitana e no aumento da poluição atmosférica, devido à supressão de parte da vegetação da floresta, já que esta é responsável pela retenção desses poluentes, uma vez que seus contrafortes atuam como barreira física aos ventos vindos da Bacia de São Paulo (HERLING,2002). Assim, os problemas ambientais e urbanos mostram-se como fenômenos associados.

“A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza e ser projetada de acordo com isso” (SPIRN, 1995:21).

3.2 Autoconstrução

Nesse estudo, não nos interessa reconhecer ou não um padrão nessas construções. Entendemos que, ao identificar as tipologias habitacionais, estaríamos imobilizando esse tipo de produção, que é dinâmica. A contribuição dessa pesquisa está em procurar revelar algumas das peculiaridades desses espaços.

Nessa forma de produzir a paisagem, a moradia é o elemento que se destaca dentro de uma organização espontânea. Isso porque, mais que um abrigo, ela representa a *“realização de um projeto individual de existência – a segurança real e simbólica da propriedade”* (KOWARICK, 2000:10). Mesmo irregulares e precárias, mostram-se, por vezes, criativas, sendo o resultado de anos de esforço e luta.

A autoconstrução, ou a forma de produzir estas moradias, é uma estratégia de sobrevivência nas regiões periféricas da cidade, em atender as necessidades habitacionais. O contato direto do morador e sua casa, estabelecido nesta forma particular de produção, dão a este espaço um caráter de auto-expressão. Isto porque, mesmo havendo um padrão de construção, a cada moradia particularidades são reveladas. A reconstrução de um repertório de formas, que segundo BRANCO (1981), tem contribuições diversas inclusive indígena, negra e moçarabe.

As referências de arquitetura da cidade dita formal, nesses territórios são, por vezes, desconstruídas em seus significados e formas. Algumas varandas deixam de ser *“lugar de estar na residência”* e tornam-se

fragmentos de jardim, devido à sua pequena dimensão e a seu uso como abrigo para plantas. Lajes deixam de ser coberturas e passam a ser o lugar do lazer ou quintal, ou ainda, quem sabe, a casa do filho, quando crescer, ou a futura renda da família, já que esta é valorizada no mercado imobiliário informal, podendo ser alugada ou vendida.

Não há uma linearidade nas formas, bem como de usos. Adaptações são feitas a todo o momento. Construções consolidadas misturam-se à precariedade das moradias de quem está só de passagem. As casas moldam-se as características e as possibilidades de construção das áreas que ainda estão livres. Assim desenham-se ocupações em beiras de córregos, em calçadas; e paralelamente a arquitetura possível, desenham-se problemas de ordem urbana e ambiental.

Favela Cidade Alta, implantada na calçada da Av. Deputado Cantídio Sampaio



Fonte: Levantamento fotográfico Cecília Machado 2003

Algumas construções do distrito também misturam-se aos elementos naturais da paisagem, como os matacões, muito presentes na região, o que gera alguns riscos às moradias. As casas são construídas sobre eles, muitas vezes por falta de opção, porém este não é encoberto pela construção, e acaba sendo valorizado pelo morador, sendo comum encontrar parte dessas rochas à mostra, em algum cômodo da casa.

São adaptações da arquitetura, do tempo e do acaso, como denomina JACQUES (2003:25), que fala desse tipo de construção como uma

“bricolagem”.

“(...) é uma reciclagem arquitetural sobretudo aleatória, que nasce da fragmentação de antigas arquiteturas. A recomposição desses fragmentos, restos e pedaços, misturados com muitos outros, tem sempre como resultado uma forma completamente diferente daquela de onde eles provêm.”

Sem projeto ou uma forma final estabelecida, a dinâmica dessa construção fragmentada é interminável, absorvendo, por anos, boa parte da renda das famílias. Por vezes, começa-se a construir a casa com restos de materiais de construção; caso esta seja valorizada enquanto moradia, vai havendo uma substituição desses materiais, por outros melhores. Porém, se a casa for valorizada somente como abrigo, como lugar provisório, mas ainda assim, de proteção, esta mantém-se estática (JACQUES, 2003).

A relação temporal com o espaço, em querer ficar e consolidar a moradia ou estar de maneira provisória, não muda a principal potencialidade da autoconstrução: a solidariedade (que não é forçada). A ajuda mútua na produção desses espaços acontece, principalmente, nos fins de semana, quando a necessidade de força de trabalho reforça a troca de favores entre a família e os amigos (MARICATO, 1978:73). Com isso, a autoconstrução fortalece uma rede social de cooperação, essencial no cotidiano da periferia.

Essa é uma cooperação que se estabelece, não só no momento da construção, enquanto força de trabalho, mas que se mantém nas tarefas do dia-a-dia. e nas situações de risco que estão submetidas muitas destas moradias. A arquitetura da realidade, as vezes impossível, mas espontânea e coletiva.

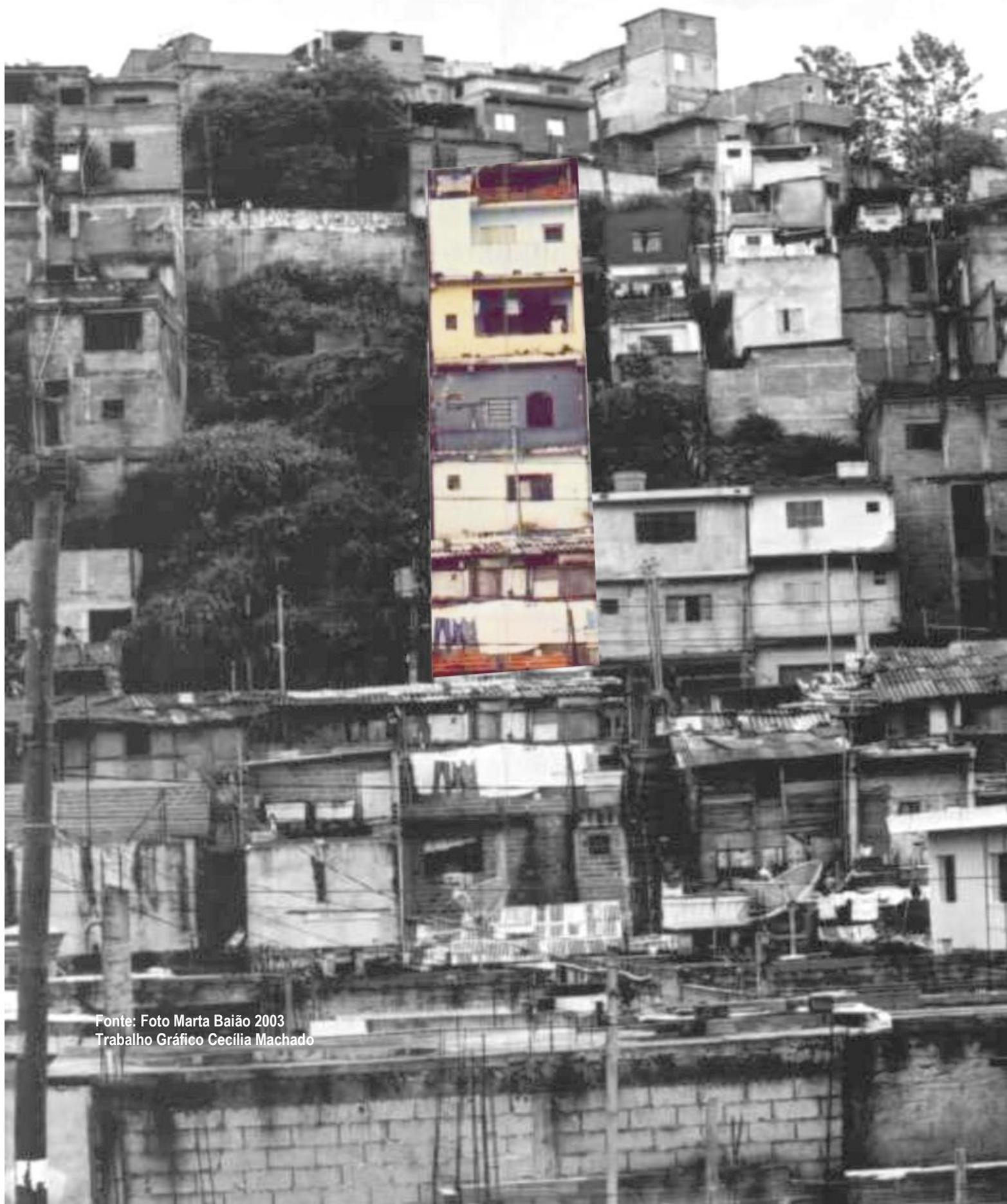
A privacidade - um dos significados simbólicos da moradia, não existe necessariamente nestes lugares (KOWARICK,2000:91), nas favelas e loteamentos clandestinos em meio ao adensamento se dá uma constante transição entre espaço público e privado (SANDEVILLE e ANGILELI)¹¹. Usos e valores que se confrontam na cidade formal mas que neste contexto se relacionam.

Mesmo sendo a primeira necessidade a ser suprida a de morar, as outras necessidades urbanas de caráter coletivo como equipamentos ou mesmo áreas de lazer também serão supridas, mas após a ocupação constituída, através das adaptações feitas por essa população.

Nem sempre estas adaptações darão conta das demandas sociais, isto porque essa forma espontânea de conceber o espaço de maneira livre, sem limites pré-determinados, formas finais, pode resultar na falta de espaços livres para a implantação de equipamentos e serviços, ao mesmo tempo que desenvolve espaços ricos em sociabilidade e criatividade.

¹¹ Neste artigo, demonstramos que as categorias público e privado tal como sempre pensado para a cidade formal contemporânea, ou não se aplica, ou deve ser redefinida para interpretar as relações que se estabelecem. O que permite questionar como hipótese futura, como um processo de intervenção ou regularização poderia tentar impor padrões tradicionais de outros trechos da cidade sobre padrões de sociabilidade e experiência que desconheça.

Verticalização



Fonte: Foto Marta Baião 2003
Trabalho Gráfico Cecília Machado

Adaptações Criativas



Fonte: Levantamento Fotográfico 2006 Cecília Machado

Autoconstrução junto aos córregos



Fonte: Levantamento Fotográfico Cecilia Machado, 2003

Essas potencialidades podem ser atribuídas principalmente aos espaços adaptados ao lazer, que contribuem para o fortalecimento das redes sociais, principalmente em áreas consideradas de grande vulnerabilidade social¹², como o distrito de Brasilândia.

É preciso atentar que a busca de novas formas de uso dos espaços e objetos para o lazer pode também resultar em alguns riscos. Isso porque muitos dos espaços adaptados são ruas, vielas, lajes e linhas de alta tensão. Porém, é esse lazer que surgiu da falta de outros espaços, como praças e parques, que hoje faz parte do desenho e do cotidiano desses assentamentos. Assim, os riscos por atropelamentos, por quedas ou descargas elétricas não diminuí a apropriação da população por muitos desses espaços. Torna-se mais fácil transferir o perigo para praças implantadas pelo poder público que, segundo moradores da região, muitas delas são lugares de medo e violência.

É preciso dizer também que não há a intenção neste estudo de valorizar essas adaptações em áreas de risco como “como soltar pipa” nas linhas de alta tensão, atividade mais difundida nesta região. Porém, é necessário alertar para a importância de reconhecermos as escolhas feitas pela população, possibilitando novas formas de intervir nesses ambientes, sem querer impor o lazer estruturado da cidade formal, valorizando os espaços próprios dos assentamentos espontâneos, bem como a dimensão social desses espaços, que é fragmentada e em constante evolução.

Há uma dificuldade da arquitetura, em se adaptar a essa

12 Segundo o Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo, o distrito possui uma das piores colocações no Índice de Qualidade de Vida, entre os 96 distritos da cidade de São Paulo. A escala que varia entre 1,00 e -1,00, ao distrito é dado o valor de -0,72. É importante observar que o Mapa da Exclusão/Inclusão Social analisa diversos fatores que influenciam na qualidade de vida da população, mas nessas análises, as informações referentes às áreas de lazer não são consideradas (SPOSATI, 2000 apud SILVA. M., 2002).

espontaneidade, a essa “falta de projeto”, de formas rígidas. Principalmente, porque os espaços de lazer, na periferia, não são planejados para isso; o lazer, por vezes, é a segunda opção de uso para um espaço. Tal aspecto não tira a característica de lazer, visto que na acepção dessa palavra, já existe o significado de diversidade de opções:

“lazer vem do latim licere, ser permitido, isto é, ser lícito escolher a maneira de aproveitar o tempo disponível”
(MEDEIROS, 1975:4)

O lazer, assim adaptado, não deixa de ser lazer, porém reflete diferenças sociais, nas quais cada grupo, de acordo com seu modo e possibilidades, preenche o seu tempo livre.

Assim, esses espaços, de maneira orgânica, vão enraizando-se nos assentamentos, até transformarem-se em referências na paisagem. Potencialidades que, por vezes, não são compreendidas por arquitetos e planejadores, que tentam integrar ao cotidiano desses moradores, em projetos de urbanização, praças que podem não ser apropriadas, por estarem alheias aos processos históricos, sociais e culturais, que deram origem à sua estrutura urbana própria.

Assim, os espaços de lazer elaborados nos projetos de urbanização, por vezes, parecem bem menos criativos dos que os criados pela população. Limitam-se a formas urbanas determinadas por uma arquitetura que está de acordo com uma linha de pensamento formal.

“O fato importante é que nas faixas sociais consideradas do ponto de vista da minoria privilegiada – marginalizada, existe sem dúvida, mais compreensão do fenômeno de comunidade do

que nas faixas mais elevadas, que habitam os bairros caros. É significativa, para a “arquitetura popular” brasileira, a expressão visual desta sensibilidade de coletividade. E mais ainda: dentro de um conceito coletivo bem definido nas suas condições sócio-culturais e sócio-econômicas, garante enorme individualidade de expressão arquitetônica e de uso das construções. Estas oferecem, automaticamente, uma flexibilidade ilimitada, adaptando-se constantemente às mudanças e às exigências. Essas construções são, na realidade, muito mais modernas do que a arquitetura proclamada oficial e academicamente como tal. Esta arquitetura oficialmente moderna está negligenciando o vocabulário criado pelos pioneiros deste século, Wright, Gropius, Mies, Corbusier, e restringindo-se à expressão formal, deformando e ignorando perigosamente, do ponto de vista sócio-cultural, de convivência social, e de modo de vida individual, as exigências destes arquitetos a respeito do espaço construído e do modo de usá-lo, que eram a flexibilidade de construção, a adaptação a diversos tipos de uso, etc” (Harmut Thimel apud BRANCO, 1981).

Como diz BRANCO (1981), esses lugares “*não são simplesmente um estado de construção, mas fundamentalmente um estado de gente*”. Ou seja, não há como atender as necessidades desses espaços com projetos que não valorizam ou entendam sua complexidade ; projetos que vejam como alternativa às problemáticas habitacionais, a produção de casas em série e, para a “*melhoria da qualidade urbana*”, a padronização de vias e de

espaços de lazer.

Não se faz apologia a “espaços periféricos sem praças”, ou mesmo “às crianças nas ruas”, mas “às ruas com crianças”. Faz-se um desejo de projeto de urbanização que contemple esses potenciais, mesmo sabendo das suas restrições.

Alguns espaços de lazer, mesmo sendo agregadores (independente se promovidos pelo poder público ou pelos moradores), têm uma estreita relação com a violência. Porém, mais do que nas ruas, o tráfico de drogas no distrito de Brasilândia, dá-se nos espaços públicos, como as praças, fazendo com que boa parte da população evite os poucos lugares de encontro e lazer existentes na região, promovidos pelo poder público, incluindo nesses espaços, as quadras das escolas, que também mostram-se na realidade dessa região como áreas controladas e assim, perigosas. Isso porque, segundo moradores, as quadras são usadas nos fins de semana por um grupo de moradores específico, não sendo aberta para a comunidade em geral.

Segundo Ana Lucia, 34 anos, moradora do distrito, *seus filhos não freqüentam as praças por causa dos tiroteios*, mas podem brincar na rua perto de sua casa. Esse não é um caso particular; segundo pesquisas de campo que elaborei junto aos moradores da região, percebi que as praças são pouco freqüentadas pela população, mesmo quando possuem equipamentos em bom estado, resultado da violência atribuída a esses espaços.

O potencial da rua também é revelado no resultado de um grupo focal, realizado com 20 crianças do projeto socioeducativo Arte na Rua, com idades entre 6 e 12 anos, às quais perguntei o que faziam para se divertir. Eis o resultado:

Jogo futebol na rua	5
Brinquedos em casa	1
Jogo Queimada na rua	8
Jogo vôlei na rua	1
Pulo corda	1
Solto pipa no campo	2
Brinco de casinha	2

Nessas regiões mais pobres da cidade, as brincadeiras coletivas na rua são muito comuns, dando à rua um significado de lugar de encontro e não só de passagem. Diferente de outros bairros da cidade, mais consolidados, onde essas brincadeiras de rua não existem mais, e onde as ruas têm a única função de garantir a continuidade do tráfego. Na periferia devido às restrições múltiplas, as ruas acabam polarizando o interesse comum dos moradores, sendo valorizadas como locais de encontro, diferentemente da cidade formal na qual os moradores tem uma grande possibilidade de acesso a outros equipamentos.

Um exemplo muito criativo das formas de encontro, nesses lugares, é o chamado “Beco dos Poetas”, localizado no Jardim Carombé. Há um sarau que acontece uma vez por semana, no qual os moradores da viela escrevem poesias e prendem nas portas de suas casas, sendo lidas para todos que participam do encontro. Segundo um morador da região *“lá se fala de tudo: de amor, do nosso dia-a-dia, de molecada e pé descalço”*.

Um outro lazer adaptado, muito comum da região e que se caracteriza por ser criativo, e em alguns casos perigoso, é o lazer nas lajes. Por um lado, o risco de queda, uma das principais causas de morte externa entre crianças e adolescentes de 1 a 14 anos, na periferia (SILVA, M.,2002) ,

por outro lado, um uso intenso como lazer, e como quintal , onde são cultivados, inclusive, muitos jardins.

Segundo o morador Black Gero, a laje é um dos principais pontos de lazer das favelas.

“Aqui ter parede com parede não é ruim, assim, dá para rolar uma festa, laje com laje...., Na verdade chamamos de dia da laje. Por exemplo, eu faço uma festa na minha laje, aí eu coloco o som, eu gosto de rap e reggae, depois de duas horas começa a festa na outra laje, com outro som, e assim vai... cada um tem sua duas horas para curtir, isso aqui é tranquilo, um dia por semana a laje é pública”

Gisela, coordenadora do Projeto Arte na Rua, afirma que *“as praças feitas pelo governo, que vem de cima, não são boas; se forem feitas pela população, são respeitadas pelos traficantes. A praça tem que estar ligada a algum projeto sócio-educativo local”*.

Isto não quer dizer que nas ruas, vielas, lajes e outros espaços adaptados pela população para o lazer, não se estabeleçam também formas de controle. Segundo SILVA, M. (2002), em algumas favelas, muitas vezes o acesso e as entradas são vigiados. Os locais com boa visualização, como as lajes, são apropriados para o tráfico de drogas, desenhando um território fechado, com regras próprias de convivência, onde os moradores identificam facilmente quem não é morador.

Isso revela que entrar em muitas favelas é uma questão de permissão dos residentes e, em lugares onde existem favelas sobrepostas a loteamentos clandestinos, essa fronteira é ainda mais reforçada. O território torna-se um grande enclave privado.

A linha de alta tensão, no distrito, é um desses espaços controlados pelo tráfico de drogas, por permitir uma melhor visão da região. Mesmo assim, diferente das praças, que deixam de ser freqüentadas, essas áreas, mesmo controladas, continuam sendo freqüentadas pela população.

É preciso atentar que há um movimento particular de moradores que buscam apropriar-se de áreas de lazer implantadas pelo poder público no distrito, porém estas, em sua maioria, já eram usadas como lazer pela população, ou seja, a intervenção do poder público acabou por legitimar somente um uso que já existia.

Assim, muitos moradores querem transformar esses espaços em lugares democráticos e, principalmente, de paz, tendo como primeira ação, a alteração do nome desses lugares, de forma a representar seus desejos por mudança.

Um exemplo é a Praça do Sossego, que aparentemente é um local de lazer e de fácil acesso. Possui jardins bem cuidados, diferente das outras praças do distrito que em sua maioria não têm manutenção. Porém, essa sensação de espaço aberto a todos não é real. Ao percorrer essa área, mesmo acompanhada por uma agente comunitária, fui forçada a sair, pelos traficantes, que começaram a atirar para o alto. No mesmo momento, os moradores entraram para suas casas, como se entendessem o aviso. Essas situações demonstram que grupos escolhem quem deve usar os espaços públicos; provavelmente o acesso e uso dessa área sejam permitidos somente para a população do entorno imediato. Um outro exemplo, é a Praça da Paz, localizada na Avenida Inajar de Souza, que já foi um lugar onde se deram várias mortes.

Mesmo algumas praças sendo apropriadas pela população, em sua maioria, mostram-se como locais de conflito entre o lazer e a marginalidade, e mesmo tendo algumas ruas, vielas, lajes (e outros espaços adaptados pela

população), esse tipo de controle, estas se destacam e sobrevivem a esse processo¹³, já que fazem parte de sua estrutura dinâmica e adaptabilidade, característica desses espaços periféricos. De acordo com Black Gero, morador da região, *“deveriam ter ruas de lazer e não praças. As praças, muitas vezes, se tornam lugares perigosos. Na rua você pinta uma quadra, joga bolinha de gude, taco, queimada, solta pipa...., você consegue adaptar para várias atividades, além disso não fica abandonada, todos os moradores se sentem responsáveis pelo espaço.”*

¹³ Sem a possibilidade de generalização para a cidade, é preciso entender que a valorização dos espaços adaptados resultam de diferentes formas de sociabilidade, sem querer recusar a necessidade de praças, que seguramente neste contexto não pode se tratar de qualquer praça.

Rua e Viela como espaço de lazer e encontro



Fonte: Levantamento fotográfico durante percurso pelo Jardim Paraná. Cecília Machado 2006.

A laje como quintal



Fonte: Marta Baião 2003

A laje como espaço de lazer _ Jovem tomando banho de sol



Fonte: Marta Baião 2003

3.3 As relações de confronto, negociação e encontro estabelecidas entre a Cidade e a Floresta

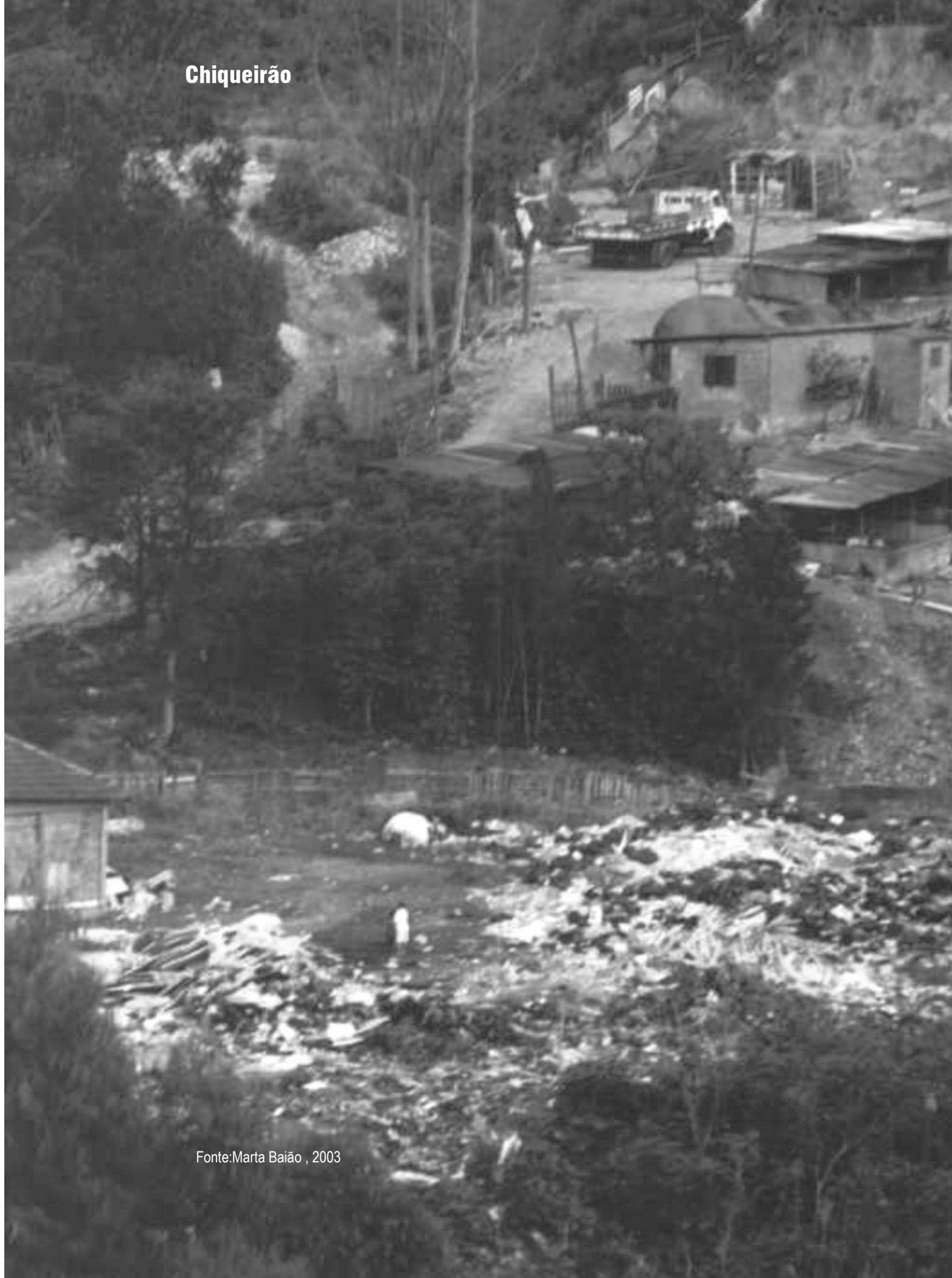
O processo de expansão urbana sobre a Serra da Cantareira, a condição de provisoriedade de alguns moradores, bem como de ilegalidade e carência de equipamentos e serviços, põe em evidências situações de confronto, negociação, e encontro.

A situação de **confronto** dá-se com a apropriação de antigas chácaras, localizadas na área de transição ou pré-Serra da Cantareira, pelo tráfico de drogas e por donos de aterros clandestinos de lixo e entulho. Um confronto com a ordem institucional, com o cotidiano dos moradores e com a preservação da vegetação.

O tráfico de drogas estabelece situações de confronto, principalmente com a população, por restringir o acesso dos moradores às trilhas que dão acesso às cachoeiras, impedindo os moradores de terem uma relação com a Serra, enquanto área de importância ambiental e de lazer. Esse afastamento acaba por caracterizar a região como lugar violento, onde, segundo moradores você pode ser morto ou tropeçar em alguém morto.

Os pontos de tráfico na pré-Serra da Cantareira estão localizados nos loteamentos Jd. Paraná e Jd. Damasceno, principalmente na área denominada “Chiqueirão”. É uma região perigosa e de extrema exclusão, onde é comum encontrar caminhões com lixo e restos de alimentos para os porcos - que são criados nesta região - sendo aguardados pela população, para consumo próprio (GTA, 2003). Segundo moradores, essa criação de porcos é uma fachada para o tráfico de drogas. Além disso, o “Chiqueirão”, como outros pontos da pré-Serra da Cantareira, passou também a receber, clandestinamente, entulho e lixo.

Chiqueirão



Fonte: Marta Baião, 2003

Em 2005, segundo informações de fiscais da subprefeitura da Freguesia do Ó, a prefeitura tentou conter a atividade dos aterros clandestinos, em parceria com a Guarda Civil Metropolitana, a Polícia Militar e uma equipe de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente.

O objetivo, segundo a subprefeitura, foi o de paralisar imediatamente as atividades no local, inclusive, colocando barreiras de concreto para impedir o acesso de caminhões de entulho e lixo. Entretanto, mesmo com toda essa ação conjunta, não foi possível a identificação dos responsáveis pela atividade irregular, o que impediu somente de maneira temporária essas ações sobre a Serra.

Outros pontos clandestinos de despejo de entulho nessa região são motivo de reclamação de muitos moradores, e alguns funcionam há mais de dez anos. De acordo com o Jornal Cantareira (Agosto de 2005:4), o medo, por causa das ameaças de perseguição, dificulta a articulação da comunidade para pôr fim a essa situação.

Esse jornal, produzido pela Associação Cantareira (localizada no distrito de Brasilândia), fez diversas denúncias sobre o aterro irregular localizado no Jardim Damasceno. Este funciona desde 1989, já foi multado pela prefeitura em abril de 2005, em R\$ 47.479,60, e, além disso, foram apreendidos diversos caminhões no local. Entretanto, essas ações não foram capazes de interditar o aterro de maneira definitiva. Atualmente, cerca de 300 caminhões despejam entulho na região, diariamente (JORNAL CANTAREIRA, Agosto 2005).

Aterro Clandestino na Serra



Fonte: Levantamento de matérias publicadas em jornais locais sobre a degradação ambiental da Serra, Cecília 2006.
Fotografia disponibilizada por Jornal Cantareira, 2005

Atualmente, a Associação Cantareira, diante do descaso das autoridades, está preparando, juntamente com outras entidades ambientais, um dossiê com informações e denúncias sobre o aterro. Apenas a possível elaboração de um dossiê, informação que foi publicada em agosto de 2005, gerou diversas ameaças de morte, por parte dos donos das áreas de aterro, aos integrantes da Associação Cantareira, que hoje são proibidos de circular próximos às áreas da pré-Serra.

Esse tipo de ação faz do território um lugar cada vez mais evitado pela população, afastando muita gente do distrito que estabelecia uma relação com a Serra, enquanto espaço de lazer. Para chegar até a Serra, é preciso passar dentro de loteamentos como Jd. Damasceno, Jardim Paraná, Novo Vista Alegre, e Sítio Bananal, mas algumas destas áreas têm acesso restrito.

Alguns moradores superam o medo e buscam caminhos alternativos para chegar até as “cachoeiras” da Serra da Cantareira, que em dias de sol, transformam-se em lugar de lazer e **encontro** da população.

A principal trilha utilizada pelos moradores é a do Sítio Bananal. Essa região é considerada mais segura, por não ser necessário atravessar nenhuma favela ou loteamento. Esse espaço também diferencia-se por preservar as características rurais que predominaram em outras décadas, na região.

Trilhas alternativas da população de acesso à Serra da Cantareira



LEGENDA



Trilhas para a Serra - caminho alternativo



Trilhas para moradores do Jardim Paraná



Áreas com acesso restrito

Fonte: Imagem de Satélite GOOGLE 2005
Levantamento das informações e mapeamento Cecília Machado

Lazer na Serra



Fonte: Sandra Regina, 2006

Fonte: Sandra Regina, em percurso com a família na Serra da Cantareira

Lazer na Serra



Fonte: Sandra Regina, em percurso com a família na Serra da Cantareira, sendo esta foto de uma das piscinas naturais visitadas pelos moradores

Entretanto, hoje, a área está suja e abandonada, isso porque, em 1999, a prefeitura implantou nessa região, o piscinão do Córrego Bananal. A obra do piscinão restringiu-se à construção de uma barreira, para conter os resíduos ao chegar no córrego Itaguaçu, usando a área de inundação natural do córrego, localizada no sítio Bananal, para conter as cheias.

Além da falta de manutenção, são constantes os caminhões que despejam lixo e entulho no piscinão, alguns, inclusive, da própria prefeitura. Com a implantação do piscinão, essa área tornou-se um grande foco de pressão ambiental. Segundo os moradores, a obra não reduziu o número de enchentes e degradou uma área de lazer da população.

Percebi a importância dessa área para a população, na primeira vistoria que fiz junto ao córrego Bananal, em 2003, quando um morador chamado Eduardo trouxe uma proposta de recuperação do piscinão, como área de lazer. Em seu desenho, a área do piscinão é reduzida, para dar lugar a quadras e a um playground. Ele não propõe um novo uso para o lugar, mas sim resgata a história do lugar, que já foi espaço para criar cavalos, há trinta anos e depois tornou-se campo de futebol - espaço de encontro da população.

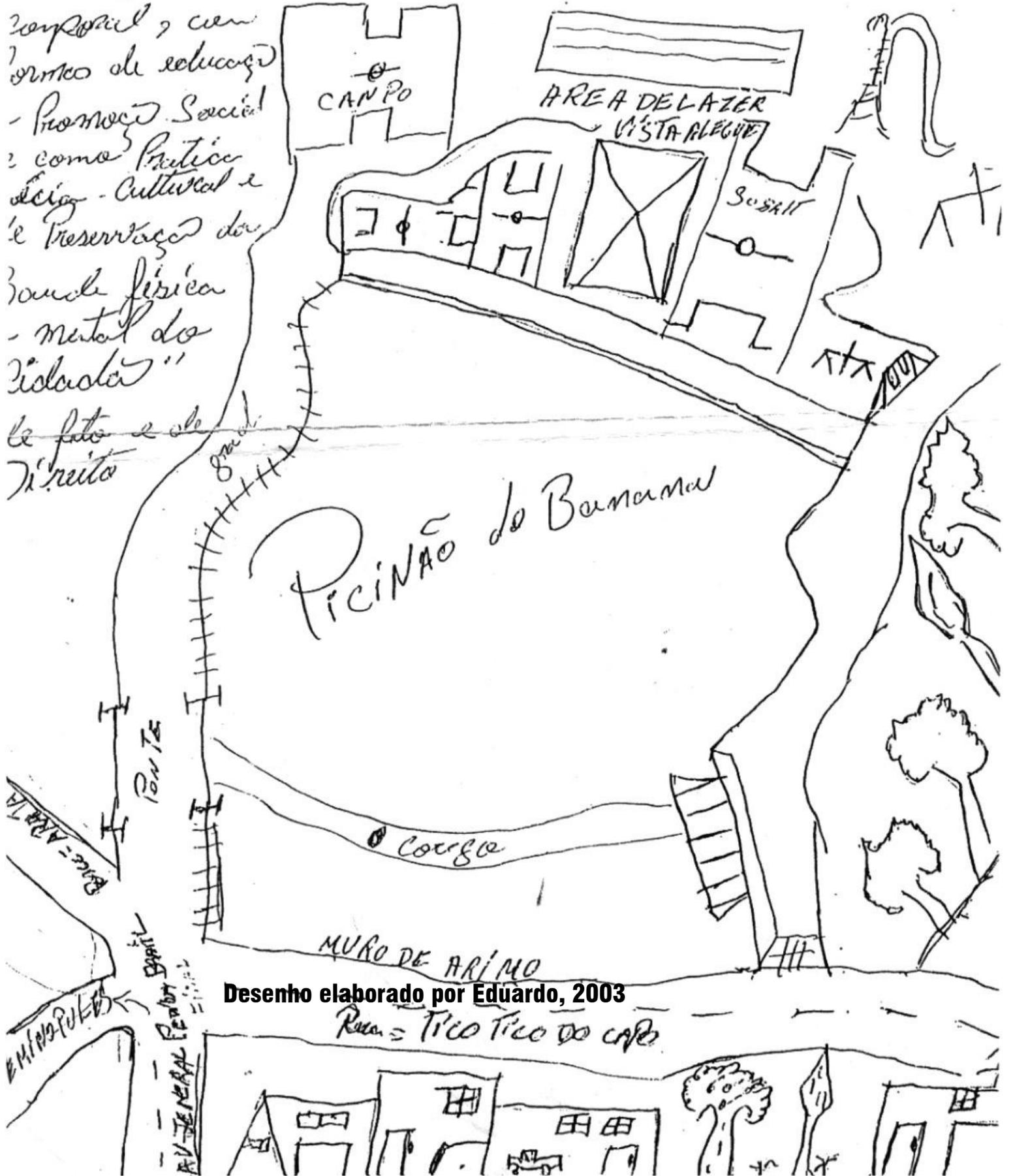
“Antes dessa área ser vendida para a prefeitura, ela era muito linda. Aqui era muito bom, o Velho Prado, dono deste sítio, antes de falecer, criava cavalos de corrida aqui, onde é o piscinão. Ele era sócio do Jóquei Clube. Você veja bem, ele tinha uma base de 16 cocheiras aqui em cima e lá em baixo. Tudo(sic) animal de raça. As éguas davam cria e com um ano e meio iam para o Jóquei. Nós tínhamos cavalos bons que ganhavam corrida do Jóquei Clube. Depois foi fracassando e aí ele acabou ficando doente e morreu. Hoje mudou muito e cada vez vai ficando pior.”

Por exemplo, esse piscinão que foi feito aqui, neste nível aqui até lá longe era um gramado, tinha uma quadra de futebol aqui, dia de sábado e domingo você precisava ver o movimento do pessoal aqui. Essa mudança veio há oito anos e é triste. No tempo da chuva você precisa ver que nojeira isso fica, um monte de rato do tamanho de uma lebre. Quando o rio enche é plástico, garrafa, sofá, cadeira velha, vem tudo de lá de cima. Aqueles moradores que ficam ali beirando o rio sofrem demais. Já chegou a entrar água na casa deles. Dizem que o piscinão só melhorou para as pessoas que moram na Av. Inajar , depois do piscinão; para quem mora antes, não mudou nada.”. Sr. Raul morador do antigo Sítio Bananal, há 33 anos

A proposta de Eduardo foi ouvida e incorporada ao Plano de Ação Urbana e Habitacional para o Distrito. Porém, com a mudança de gestão municipal, as ações do plano não foram implantadas.

ART. 230 É dever do município proporcionar e incentivar, com base nos fundamentos da educação física; o esporte, a recreação, o lazer, e expressões

corporal, com o fim de educação - Promoção Social e como prática pedagógica - Cultural e preservação da saúde física - mental do cidadão "o fato é de direito"



Desenho elaborado por Eduardo, 2003

Rua = Tico Tico do café

Piscinão do Córrego Bananal



Fonte: Levantamento Fotográfico Cecília Machado, 2006

Trilha do Sítio Bananal 2003



Fonte: Marta Baião 2003

Trilha do Sítio Bananal 2006



Fonte: Levantamento fotográfico, Cecília Machado 2006

Nesse território, também são estabelecidas diversas formas de **negociação**: da população com o poder público, dos loteadores com a população e do poder público com os loteadores. Sendo as práticas permissivas entre o poder público e os loteadores são uma das maiores ameaças à conservação da Serra.

No decorrer das últimas décadas, parte da floresta e os usos rurais, foram substituídos não só por loteamentos irregulares e favelas, mas também por ações do poder público que construiu equipamentos públicos, em áreas *non-aedificandi* de córregos e áreas de importância ambiental. Como o Centro de Educação Unificada - CEU Jd. Paraná¹⁴, implantado na Serra da Cantareira.

Mesmo sendo um importante equipamento, sua implantação na Serra da Cantareira, foi uma promessa da ex-prefeita Marta Suplicy, aos moradores do loteamento. A prefeitura, ao implantar esse equipamento na região, negligenciou sua aptidão física, e induziu novas ocupações em uma área que deveria estar sendo conservada, segundo as diretrizes do próprio poder público, no Plano Diretor Estratégico, Plano Diretor Regional e no Plano de Ação Habitacional e Urbano.

Desse modo, o poder público, com seu discurso controlador e sua prática permissiva, “negocia” com diferentes agentes essa expansão, negligenciando continuamente as leis ambientais e os objetivos sustentados pelas duas Reservas da Biosfera, que incidem nessa região (HERLING, 2002).

14 A inclusão social por meio da educação e da cultura, não demanda grandes edificações, inclusive este tipo de equipamento tende a ser “sucateado” pelo alto custo de manutenção. Equipamentos de menor porte, e adequados as condições ambientais e as expectativas sociais não seriam alheios a paisagem, e seriam apropriados pela população, que poderia participar da gestão destes equipamentos. Para o poder público é mais importante deixar sua marca do que dar autonomia a estes territórios (Reginaldo Ronconi, 2006 no exame de qualificação, comunicação pessoal).

As ações dos loteadores também têm grande impacto na região. Um dos principais nomes deste tipo de negócio, é a Imobiliária Plaven (GTA, 2003). Esta, incentiva a ocupação das glebas, e depois de ocupadas, estabelecem uma cobrança de venda do terreno para os moradores.

As ocupações dão-se de maneira rápida, porém é possível controlá-las. Fica clara a demora da atuação dos órgãos responsáveis pela prefeitura, que só chegam à ocupação depois da área estar totalmente desmatada. São ações privadas entre movimentos de moradia, loteadores e proprietários, mas que mostram a falta de controle público sobre as transformações dessa paisagem, ou mesmo sua anuência.

Outras ações contraditórias do poder público acabaram por beneficiar alguns loteadores da região e construtoras. Uma dessas ações, foi a proposta de implantação de moradias populares, para abrigar moradores da Favela Cabuçu de Baixo (apresentada no Capítulo 2 dessa dissertação). A implantação dessas moradias seria viabilizada pela contrapartida da Empresa Sul América Participações Ltda, para a Prefeitura Municipal de São Paulo, referente à Operação Interligada nº09, de 1988 (MANENTE, 2001).

Nessa intervenção, além da provisão de moradias, estava prevista a canalização do córrego Cabuçu de Baixo e o prolongamento da Av. Inajar de Souza. De acordo com MANENTE (2001:106), *“(...)a canalização pode ter vindo do risco sofrido pelos moradores pobres, onde o Estado é chamado a intervir, ou da empresa construtora interessada em fazê-la; que além de conseguir um trabalho, viabilizaria o acesso a uma propriedade sua”*.

A propriedade dessa construtora, chamada Imobel, hoje está localizada no final da Av. Inajar de Souza, um loteamento de alto padrão, que ainda não foi ocupado. A empresa, além de viabilizar o acesso a esse loteamento, também influenciou o zoneamento de sua propriedade, para

que esta tivesse um maior valor imobiliário (MANENTE, 2001).

Essa propriedade junto à Serra da Cantareira, que na Lei Geral do Zoneamento, de 1972, foi considerada como Z2, ou seja *“uso predominantemente residencial, de densidade demográfica baixa”*; foi, segundo MANENTE (2001:106), *“alterada para Z9, com o fundamento de permitir uma gradação de maior densidade na direção da Serra da Cantareira, com característica residencial de baixa densidade. Posteriormente, foi alterada para Z18-040, onde seriam permitidos usos comerciais, institucionais, de serviços e residenciais R1, R2, e R3, ou seja, em uma área frágil, de importância ambiental, seria possível a construção de conjunto residencial vertical e horizontal de maior densidade, um benefício privado, com o apoio da PMSP”*.

Quanto à Operação Interligada, era previsto que a Empresa Sul América Participações S.A., pagasse o valor do terreno para a implantação das moradias, e isso não aconteceu; o mesmo foi pago pelo FUNAPS. Assim, 76 unidades foram construídas e outras 38 foram feitas sobre área institucional (MANENTE, 2001).

Uma das últimas negociações mais polêmicas do distrito está sendo feita entre moradores e a prefeitura de São Paulo. Está sendo discutida a remoção de parte da população moradora junto aos córregos da Bacia do Córrego Bananal, para a implantação do Parque Linear do Córrego Bananal. Com isso, e aliado a outras ações, espera-se recuperar a rede hídrica estrutural da Freguesia do Ó e da Brasilândia.

Atualmente, as margens do córrego Bananal e de alguns de seus afluentes estão densamente ocupadas e abrigam uma população de cerca de 3500 habitantes, dividida em sete favelas. Mesmo sofrendo com as freqüentes inundações, os moradores, em diversos trechos, consolidaram as construções. Com isso, para a implantação do Parque Linear, seria necessária a remoção de pelo menos cinco destas favelas, num total de 2500

habitantes (GTA, 2003).

De acordo com um estudo que faz parte do Projeto Plano de Bacia Urbana, elaborado pelo Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP, em 2005, as remoções para a implantação do Parque Linear do córrego Bananal podem ser reduzidas a 1600 habitantes, o que ainda é muito.

O grande número de remoções dificulta a possibilidade de implantação do projeto, principalmente com a posição contraditória do poder público que além de não conter as novas ocupações nos córregos, através da Lei Municipal nº 13.514, de janeiro de 2003, desafetou algumas favelas junto ao córrego Bananal, o que acabou por incentivar a consolidação das moradias. Ações estas, promovidas por Programas de Regularização Urbanística e Fundiária.

Ainda que de grande importância ambiental e para o lazer dos moradores, esse projeto tem efeito negativo junto à população, porque não são feitas discussões com os moradores. Assim, hoje para estes, o Parque significa somente “remoção”.

Os moradores da comunidade Hugo Ítalo Merigo, localizada junto ao córrego Canivete (afluente do córrego Bananal, no Jardim Damasceno), no mês de novembro de 2006, receberam uma notificação da prefeitura, de que estariam sendo removidos em 20 dias, para o início da implantação do Parque Linear.

A proposta da prefeitura é que 230 moradias, fossem removidas até o final do mês de novembro. Os moradores estariam recebendo R\$5.000.00, parcelados em duas vezes. Ou seja, os moradores seriam removidos de uma área de importância ambiental, porém com esse recurso mínimo, estariam ocupando outras áreas do distrito, também de importância ambiental ou

mesmo de risco¹⁵.

Não se questiona a necessidade de remoção desses moradores, já que vivem em uma situação de extrema precariedade, porém os moradores desconheciam esse projeto e a importância ambiental dele. A situação foi agravada com a posição da prefeitura, que só estabeleceu um canal de negociação com os moradores, depois de várias pressões e manifestações populares.

As situações identificadas nesse estudo não permitem anteceder qualquer conclusão. Porém, mostram que, ao planejar a recuperação ambiental e urbana, é preciso ter como um dos instrumentos de trabalho, a sensibilidade, para reconhecer quais são os agentes que permeiam as situações e que também produzem paisagens e, principalmente, quais as relações estabelecidas entre a população e seu meio, qual o vínculo e expectativa com o lugar. Reconhecendo o olhar de quem veio para morar. Estudos que são valorizados a seguir.

15 Não se questiona a importância da implantação desse Parque, bem como a necessidade de remoção das famílias, mas sim o atual projeto de remoção, que está alheio às diretrizes estabelecidas no Plano de Ação Urbana e Habitacional, elaborado para o distrito em 2003.

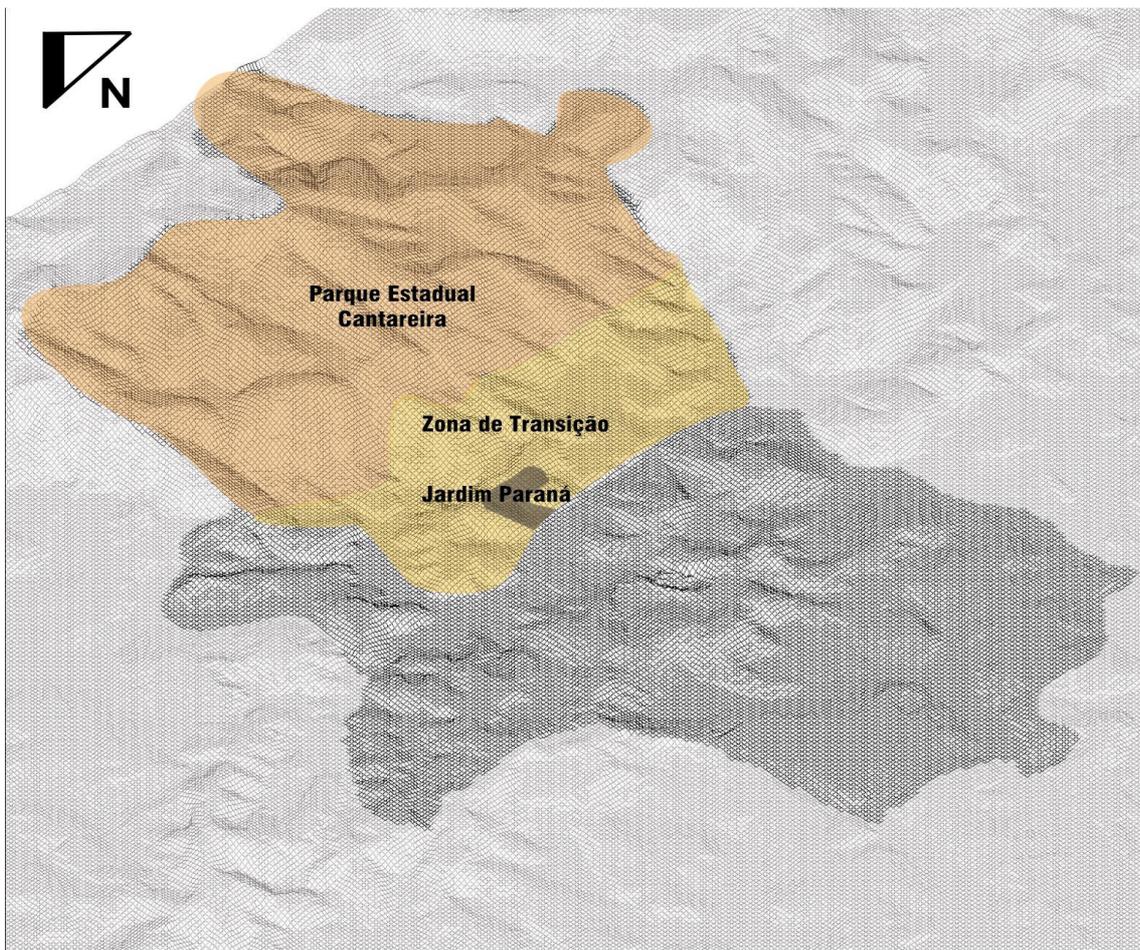
Centro de Educação Unificado - CEU da Paz



Fonte: Levantamento de campo Cecilia Machado, 2006

3.4 Um loteamento na Serra _ Jardim Paraná

O loteamento Jardim Paraná está localizado em uma zona de transição (também denominada zona de fronteira), entre a área urbana consolidada do distrito e o Parque Estadual da Cantareira. Seu estudo é de grande importância nessa dissertação, pela possibilidade de aproximação das possíveis relações, tensões e conflitos, que possam se estabelecer entre a cidade e a floresta.



Fonte: Maquete Digital do Distrito GTA, 2003.
Mapeamento de Cecília Machado, 2005.

Sua ocupação deu-se de maneira muito rápida, sendo organizada por um grupo de moradores da região. Nos primeiros anos de ocupação, caracterizou-se como um loteamento clandestino e hoje é considerado um loteamento em processo de regularização.

“(...) a invasão foi comandada por Rita de Cássia Maviel, futura presidente da Associação de Moradores do Jardim Vista Alegre, e resultou em 2 boletins de ocorrência e uma ação de reintegração de posse, movida contra a Associação, julgada procedente, sem que a decisão tenha sido executada”(CARVALHO, 2002:176).

A gleba foi comprada pela empresa Extynplucky Comércio e construtora Ltda, em junho de 1995. Nesse mesmo ano, a prefeitura, após vistoria no local, identificando que 25% da área ocupada e desmatada pertencia ao Parque Estadual da Cantareira, deu início a uma ação civil pública, contra a Associação Democrata dos Sem Terra, com mandato de desocupação da área, o que não ocorreu (CARVALHO, 2002).

“Em 1995, veio a primeira reintegração de posse. Na época, trabalhava como motorista e não me preocupei, pensei: se me tirarem daqui, posso pagar aluguel. Quando vimos a polícia aqui, com aquela estrela em cima do ombro, dizendo que tínhamos que sair, mudei meu comportamento. Não queria mais sair dali, e perguntei ao policial se era definitivo. Ele disse que poderíamos entrar com um mandato de segurança, em até 30 dias; com isso, a comunidade foi obrigada a se organizar, o que

Festa da Sociedade Amigos do Jardim Paraná



Fonte: Levantamento de fotos históricas do loteamento, Cecília Machado, 2006. Disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

não tinha acontecido até então. Em 1997, fundamos a Associação dos Moradores do Jardim Paraná, fundamos na intenção de regularizar nossa situação. Apresentávamos projetos ao poder público municipal, estadual e federal, e não conseguimos nada. Em 1999, foi determinada a reintegração de posse; nós recorremos e nos organizamos, junto à promotoria da Secretaria de Habitação e do Resolo e também com a própria família do dono do terreno. Em Abril de 2000, compramos o terreno por 2.000.000 milhões". (ANTONIO CALISTO, atual presidente da associação de moradores).

A luta pela compra do terreno foi só uma das muitas que fizeram parte da história do loteamento, como narra Antonio Calisto.

A luta pela rede de energia elétrica

"Fizemos um pedido de ligação de luz em 1994, logo quando ocupamos aqui. Nós tínhamos o pedido mas não tínhamos a autorização dos proprietários aqui da área. A área tinha uma reintegração de posse contra nós então eles não instalavam. Quando compramos aqui em 2000, a primeira coisa que fizemos foi ir até a Eletropaulo, Sabesp, Ministério Público informando a nova situação do loteamento. Com isso começaram a fazer o projeto do Jardim Paraná inteiro o que poderia não acontecer. A luz viria mas poderiam ainda continuar as gambiarras. Isto

Instalação da Rede Elétrica



EXIBIÇÃO DE FOTOGRAFIAS - EXIBIÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Fonte: Levantamento de fotos históricas do loteamento, Cecília Machado 2006. Acervo disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

porque um poste padrão, que na época custava uma média de R\$120,00 era muito caro para as nossas condições. Então fizemos uma proposta: como é um bairro carente, a Eletropaulo estaria cobrando R\$5,00 mensais, na conta de cada morador, e no período de 24 meses, todos pagariam seus postes. A princípio, eles disseram que não tinham dinheiro para investir, depois de bastante conversa, eles aceitaram. Em outubro de 2000, foi instalada a rede elétrica aqui.”

A luta pela água

“A água, no começo do loteamento nós usávamos da bica. Devido a contaminação, algumas pessoas chegaram a morrer. Denunciamos e fizemos pressão no poder público. Conseguimos então um ofício autorizando a SABESP a implantar a rede de água, o que não resolveu de imediato a situação. O projeto ficou parado em CONVIAS depois passou pelo RESOLO, e só então em março de 2002 veio a autorização definitiva. Depois recebi um telefonema do superentendente da SABESP que disse que já tinham o dinheiro para o obra, já tinha a empresa contratada, material já havia sido comprado , mas faltava eu pedir para Deus, o “dono da região”. Um político que se intitulava dono da região. Ou seja, ou eu pedia para DEUS ou a obra não seria autorizada. Eu achei um absurdo tão grande, um desrespeito tão grande com as pessoas, e disse pode falar com DEUS que eu vou

Região da Bica onde os moradores buscavam água



Fonte: Levantamento de fotos históricas do loteamento, Cecília Machado 2006. Acervo disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

pedir para ele. Depois liguei para outras lideranças comunitárias que conhecia, e pedi a eles que me informassem sobre a agenda do Governador, da Freguesia do Ó até Pirituba, porque eu precisava falar com ele. Todos me disseram que ele não iria me receber, mas isso não me interessava. Eu só queria mostrar para ele o que estava acontecendo. Eu mandei fazer três faixas de um metro, para estar preparado para a reivindicação, porque quando você vai nestes lugares, você não precisa bater em ninguém para chamar a atenção, você só precisa se organizar. É preciso chamar uma equipe de reportagem junto, um cinegrafista ,e tudo isso nós temos. Nas faixas escrevemos “estamos morrendo no Jardim Paraná, há 40 minutos do centro da cidade de São Paulo” – “houveram várias mortes no Jardim Paraná”. Quando foi em uma quinta-feira à noite, um colega me ligou disse que o Governador estaria no Pronto Socorro Infantil do Hospital Cachoeirinha, para inaugurar o início de uma obra lá. Liguei para os outros integrantes da associação e fomos lá. Nossa estratégia foi ficar no fundo do salão que ele estava. Nós sabíamos que quando ele chegasse, a imprensa estaria focalizando ele e depois estaria filmando o salão. Com isso, seguramos as faixas até ele entrar e só depois então, levantamos. Quando levantamos nossas faixas, o governador Geraldo Alckimin falou com seu assessor, que logo veio nos pedir para abaixar as faixas, dizendo que o governador iria nos atender. Eu então disse que nossa manifestação era pacífica, que

nós estávamos ali só para mostrar ao governador, que é da área de saúde, que tem gente morrendo devido à água contaminada. Ele nos recebeu e viu toda a documentação do projeto de implantação da rede de água e disse: “estamos aqui hoje também recebendo a comunidade do Jardim Paraná, que desde 1997, estas pessoas vêm pedindo que seja colocada a água; saibam que a prefeitura demorou seis anos para responder à solicitação desta população, mas eu estou respondendo para este povo que está aí: dentro de 30 dias eu vou estar no Jardim Paraná, dando início às obras. Me arrepio quando lembro. Ele cumpriu a promessa. Como percorreu a pé o loteamento, os seguranças dele ficaram doidos. Em setembro de 2002, foi inaugurada a rede de água do Jardim Paraná. Neste dia, eu peguei um relógio de água e disse ao povo: isso é cidadania.”

Pavimentação

“Essas ruas que foram asfaltadas fazem parte da obra do CEU - Centro de Educação Unificado, em 2004. Esta obra de pavimentação ficou em R\$3.500.000,00, e seriam asfaltadas a Av. Ayrton Senna, a Rua dos Trabalhadores e a Rua da Paz. Este não era o acesso mais fácil para a população chegar ao CEU, mas era o mais barato, por isso foi aprovado. O CEU ficou pronto antes da conclusão da pavimentação, e foi inaugurada mesmo com a pavimentação implantada

parcialmente. No outro ano, quando seria concluída a obra, a Marta Suplicy perdeu a eleição, aí a verba que estava aprovada para a conclusão da pavimentação foi para outro lugar, não deram continuidade ao projeto. Não tiveram interesse."

Endereço

"Nós lutamos muito pelo nosso endereço, e começou tudo nomeando as ruas. Por exemplo, a Rua Ayrton Senna, recebeu este nome porque, no mesmo dia em que o Ayrton Senna morreu, iniciamos a ocupação. Rua Trabalhadores, foi dado este nome porque aqui só tem trabalhador. Rua da Paz, porque ali era o famoso matadouro da região, se tropeçava em cadáver. Mas nós acreditávamos que ali, um dia, seria o chocolate da região, como é hoje (área onde está implantado o CEU da Paz). Rua João Meira, em homenagem a um batalhador que ajudou a fundar este bairro e que já faleceu. Escadão José Domingos, esse foi o primeiro fundador de uma associação aqui do Bairro. Escadão Mar da Galiléia, porque tem muitos evangélicos no loteamento. Vielas Jaqueira, Pitanga, Floresta, Jardim, todos nomes dados em homenagem à Serra. Rua Migrantes do Norte, porque tem muitos migrantes do norte. Rua Boa Vista, porque, segundo antigos moradores da região, esta área se chamava Boa Vista. . Nós queríamos o endereço, nós queríamos o Jardim Paraná no Guia de Ruas. E conseguimos isso em 2005. Sabe o

que é na Bahia conhecerem o Minhocão, em São Paulo, e na própria Brasilândia não conhecem o Jardim Paraná. Eu podia sair daqui, ir na Bahia e dizer que moro no minhocão e todo mundo sabia onde era. Por isso, lutamos para estarmos no mapa, termos número nas casas e nomes nas ruas. Hoje nós temos caixa postal comunitária dos correios, mas nós não queremos só isso, queremos que o correio entre aqui e entregue as cartas na porta de cada casa. Eu acompanhava todos os anos o guia mapograph, para ver se o Jd. Paraná aparecia. Quando saiu, eu comprei cinco guias para poder distribuir, e saí dizendo : O Jardim Paraná existe.”

Educação e Cultura

“A primeira vez que nós nos organizamos para buscar melhorias , foi uma escola para o bairro. Nós alugamos uma perua e fomos em uma obra, aqui na Brasilândia, que a Marta estava inaugurando. Fizemos faixas e ela nos atendeu, dizendo: – Nós temos aqueles projetos grandes, de escolas com teatro, piscina, mas precisamos de grandes terrenos para implantá-los. Se vocês tiverem um terreno, nos levamos até lá. Eu fiquei arrepiado quando ela disse. Nunca tinha ido a um teatro, só passei na frente várias vezes, no centro de São Paulo, mas achava que não era lugar para mim. Eu fale: nós vamos arrumar o terreno. Ela me colocou em contato com o pessoal da prefeitura

e quando foi em 2002, saiu o edital, declarando de utilidade pública a área então indicada pelos moradores e que hoje é o Céu Paraná. Nós festejamos, quando foi no final de 2002, o projeto estava pronto, mas os donos do terreno não autorizavam a construção devido às pendências de pagamento. A população se organizou novamente e convenceram os donos do terreno a permitirem a construção e que as pendências de pagamento fossem resolvidas na justiça. Dali em diante começou a obra, em 2004 foi inaugurada a escola. Pra nós trouxe o chocolate, o paraíso da Brasilândia está com a gente do Jardim Paraná. A Regina Duarte veio aqui para atuar em uma peça. Isso significou muito para nós. As pessoas, até então, tinham muito medo de entrar aqui, as pessoas dos loteamentos vizinhos diziam: cuidado, lá o acesso é controlado. E hoje, com o CEU, o acesso é livre e ainda com ônibus.”

Passando a Limpo

Jornal Mensal distribuído na Zona Norte da Cidade de São Paulo

R\$ 1,00

Jun de 2004 - Ano:II - Edição Nº: 05 - Tiragem: 3.000 - Tel./Fax:(xx11) 3982-8842-E-mail: passando-alimpo@ibest.com.br

Marta Suplicy inaugura o CEU-PAZ no Jardim Paraná, onde foi recebida por mais de 4.000 pessoas.



...ados, Marta Suplicy, Vera-Gestora e Elza-Coordenadora

feita Marta Suplicy ia mais uma banna luta pela "Inclu-ocial"; e no último 5 de maio de 2004 urou o CEU-PAZ no n Paraná, o evento

todos que ali se encontravam. Na ocasião a Prefeita Marta Suplicy salientou que esta bandeira é apenas mais uma entre tantas que ainda virão, e que os CEU's não beneficiam a população



Fonte: Levantamento de notícias locais sobre o evento, Cecília Machado 2006. Jornal disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

CEU - Centro de Educação Unificado



Fonte: Levantamento de fotos históricas do loteamento, Cecília Machado, 2006. Disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

De todas as lutas por melhorias no loteamento, esta foi a mais polêmica, já que resultou em muitos impactos ambientais. Por um lado, um equipamento de grande porte, que disponibiliza para toda a população do loteamento um lazer em período integral, com piscinas, teatro, espaços de dança; por outro, um “mega projeto”, implantado na Serra da Cantareira, que induz novas ocupações (já que leva com sua implantação, mais infraestrutura para o local), que é alheio a paisagem local e que, necessariamente, não resulta em inclusão social, por meio da educação e da cultura, como é proposto.

As crianças de outras regiões do distrito têm dificuldade de acesso a este equipamento. Têm que percorrer longas escadarias mal dimensionadas, para poder chegar à escola. Além disso, com uma manutenção cara, em dois anos, esse equipamento já apresenta muitos problemas, como por exemplo, a falta de recursos para reposição dos equipamentos contra incêndio.

Na fala de crianças estudantes do CEU, entrevistadas por SANTIAGO (2006), é possível perceber as diferentes percepções que os alunos têm do equipamento.

SANTIAGO: “Qual a diferença das escolas em que você estudou antes para esta escola?”

*JULIANE BASTOS CORREA DE SOUZA TENHO 11 anos:
“Eu gosto do Céu... mas de vez em quando, a gente vai entrar na piscina e está suja, tem algum bicho, acho que deveriam limpar mais. Minha mãe quase não deixa eu entrar, porque está suja a piscina.”*

LARISSA FERNANDO DOS SANTOS TENHO 10 ANOS E MORO JD. PARANA 10 anos.: Lá onde eu estudava, não tinha nada, não tinha educação física, o pátio era menor e era tudo quebrado e pichado. Quando chovia, a escola enchia de água e a gente ficava melada; para sair, a gente esperava a água secar ou a perua vinha buscar.

Com os muitos problemas, principalmente de caráter ambiental, gerados por essa equivocada implantação, e de caráter social, já que os moradores estão distanciados dos mecanismos de gestão desse equipamento, o CEU significa para esses moradores, mais do que “acesso” à educação e à cultura. Este equipamento trouxe a auto-estima, a esses moradores que orgulham-se de dizer que moram ao lado do CEU. É como se sentissem “olhados”, pelo poder público - “*fomos escolhidos, não somos clandestinos*”.

“A escola rica, inaugurada em maio último, causa impacto na região. As casas estão valorizadas. Parentes de moradores se mudam para o local para poder estudar no centro escolar municipal. Em um local de desemprego alto, moradores são recrutados para trabalhar em tarefas de limpeza e de cozinha do CEU. Há um posto da Guarda Civil Metropolitana e nota-se uma presença mais constante da Polícia Militar. Um outro acesso ao Jardim Paraná, que leva à escola da prefeitura, foi asfaltado. A estigmatização territorial vai se desfazendo. Moradores do vizinho Jardim Vista Alegre perderam o medo de subir ao Jardim Paraná. Professores de

*classe média passaram a trabalhar na área, antes mal vista”
(FOLHA DE SÃO PAULO, 27/06/2004).*

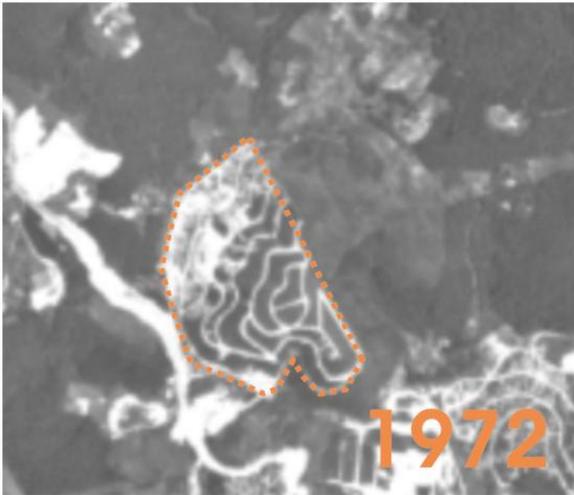
Aspectos de sua composição urbana

As ocupações no Jardim Paraná deram-se de maneira muito rápida, uma característica desse tipo de ocupação que inicialmente se deu de maneira clandestina. Como nas favelas, os loteamentos clandestinos não obedecem a um padrão de parcelamento. Não há a prévia destinação de áreas para a implantação de equipamentos e áreas livres, necessidades que serão adaptadas em espaços residuais (como exposto anteriormente), após a ocupação consolidada.

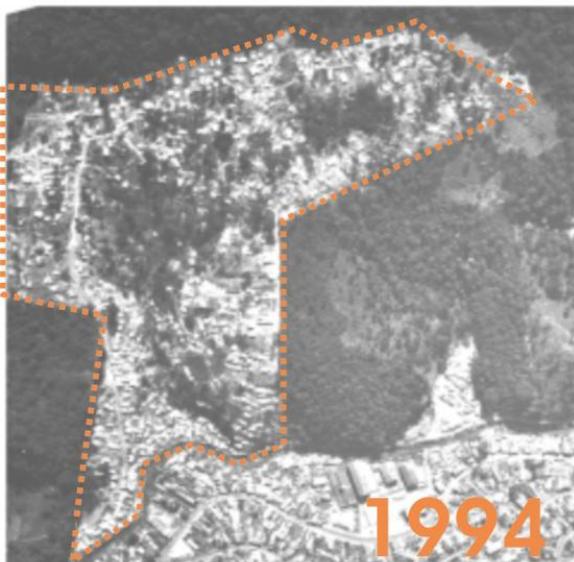
Para CARVALHO (2002:140), os loteamentos clandestinos diferenciam-se bastante dos irregulares, em seu desenho, “(...) *as ruas são sinuosas, os caminhos são estreitos, abertos, logo após a derrubada das árvores, e as casas são rapidamente construídas, como uma forma de evitar a reintegração de posse*”. São bem diferentes dos loteamentos irregulares, implantados na região nos anos 60 e 70, que, mesmo não atendendo todas as exigências das legislações urbanas, possui um traçado viário e uma delimitação de lotes.

A desordem existe, pelo olhar de arquitetos, engenheiros e planejadores, mas é uma das características desses espaços, que se dão de maneira livre e pelo acaso. O que é discutível, então, não são suas formas, mas a combinação dessa forma de construção com terrenos de solos frágeis e de importância ambiental.

Diferentes formas de ocupação entre loteamentos irregulares e loteamentos clandestinos



Loteamento Irregular Jd Damasceno implantado na década de 1970 na pré-Serra da Cantareira. Sistema viário definido, mesmo que acompanhando as curvas de nível do morrotes, causando dificuldades à circulação de veículos e pedestres.



Loteamento Jardim Paraná. Mesmo hoje estando em processo de regularização teve seu desenho definido com as primeiras ocupações, quando ainda era considerado clandestino. Sendo as características: falta de definição de sistema viário para toda gleba e parcelamento dos lotes sem um padrão.

Fonte: Organização e análise de Cecília Machado, 2005.
Imagens Aéreas disponibilizadas por HERLING (2002).

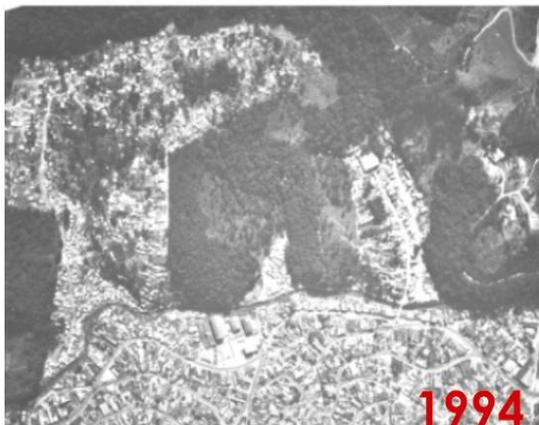
A degradação ambiental das regiões que em um passado não tão distante, já formaram um cinturão de proteção a Serra da Cantareira, resultam principalmente de ações especulativas, do que propriamente da forma de produção do espaço autoconstruído. Ocupar esta região, foi a única opção de boa parte desta população, que também sofre por estar em uma área frágil, e suscetível a processos erosivos.

O mercado imobiliário informal (alternativa mais econômica de acesso à terra) estrutura a formação desses espaços. No Jardim Paraná, com lotes que variam de R\$ 120,00 a R\$ 10,00 o metro quadrado, sendo a área média de 125m² (GTA, 2003), o adensamento é constante e já ultrapassa os limites da gleba. De acordo com o CEM (Centro de Estudos da Metrópole apud Folha de São Paulo 27/06/2004), a taxa de crescimento populacional do loteamento foi de 10%, na década de 90, ou seja, dez vezes mais que a média da capital. Hoje, segundo a Associação Amigos do Jardim Paraná, existem 1187 casas, em 1100 lotes, com um total de 6.800.

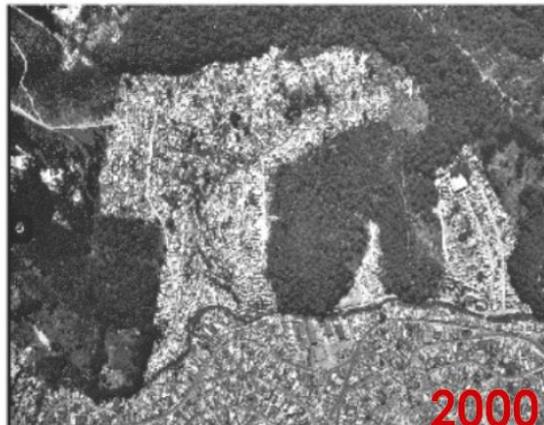
No loteamento há um grande número de áreas de risco, devido às características físicas da região, e são comuns encostas íngremes, com espessa camada de material terroso, que nos períodos de fortes chuvas, podem iniciar um processo erosivo, principalmente se estiverem expostas (PMSP, 2005).

Segundo Relatório de Vistoria de Campo, realizado no loteamento, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em 2005, a erosão característica desse tipo de solo é do tipo laminar, e pode ser controlada com a presença de vegetação, porém, no loteamento, essa erosão transformou-se em linear, principalmente nas regiões com grande presença de matacões.

Evolução da Ocupação do Jd. Paraná



Início da Ocupação



Adensamento da área interna do Loteamento



Fonte: Organização e Análise de Cecília Machado, 2005.

Fonte: Foto Aérea SNM EMPLASA, 1990, sem escala, em HERLING (2002).

Fonte: Foto Aérea BASE, 2000, sem escala, em HERLING (2002).

Fonte: Imagem de Satélite Digital Goble, 2005, sem escala, em Google Maps (2005).

Ainda segundo o relatório da prefeitura, as formas de ocupação da região, para a implantação de moradias, sem técnicas adequadas para esse tipo de solo, aumentam o risco de acidentes. Principalmente referentes à instabilidade dos matacões (sendo que alguns já mostram evidências de que sofreram movimentações) e ao possível escorregamento de massa de terreno sobre casas. Essa situação é agravada com a implantação das vielas e escadarias, que acabam concentrando grandes fluxos de águas pluviais, provocando novas erosões .

Num levantamento realizado pela FUNDONESP, em 2003, sobre áreas de risco em todo o distrito, foram identificados, no loteamento, cinco grandes setores de risco, sendo que quatro estão localizados em encostas.

Setores de Risco



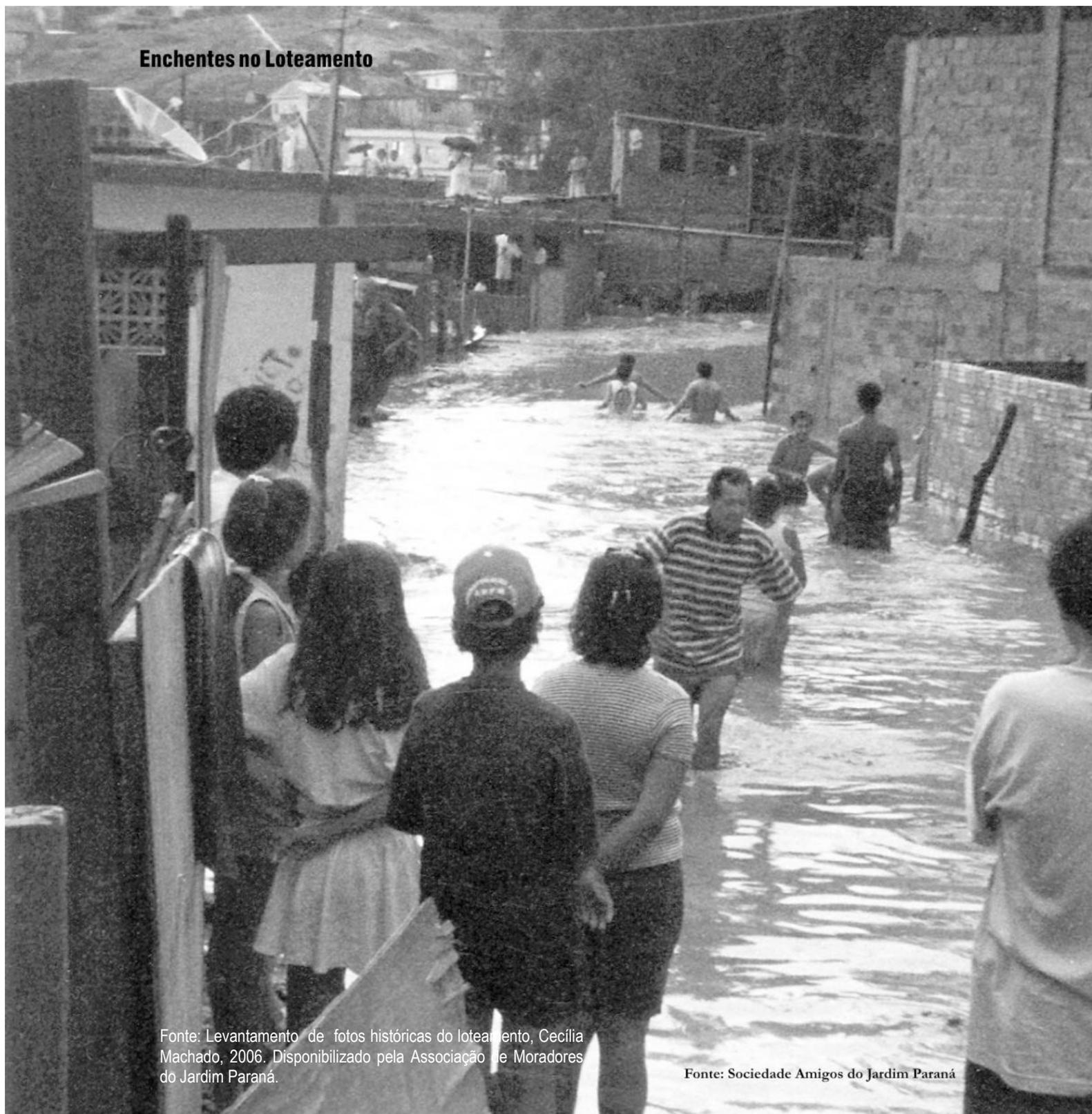
Fonte: Organização Cecília Machado, 2005.
Fotos das regiões de risco ,FUNDONESP, 2003.

A topografia local que, associada a essa forma de ocupação, resulta em áreas inúmeras de risco, também reforça a característica do Jardim Paraná, como um enclave. Para chegar ao loteamento Jardim Paraná é preciso cruzar o Córrego Bananal, podendo ser feito esse acesso somente por duas pontes. Uma fica no Jardim Damasceno, e é a mais usada por ônibus e lotações; a outra fica no Jardim Vista Alegre, e é mais usada pela população que chega a pé ao loteamento.

Essa restrição de acesso permite um maior controle pela população, de quem chega ao loteamento, por outro lado, em dias de chuva, essas pontes desaparecem sob as águas do Córrego Bananal, isolando a população. A Serra não se mostra como barreira física para as ocupações, porém as cheias do Córrego Bananal lembra a essa população, que são muitas as restrições físicas da região, para a implantação de moradias.

Existe também uma dificuldade de mobilidade interna, no loteamento, devido às altas declividades e, por vezes, a precariedades dos acessos. São poucas as ruas que permitem a transição de carros, pois não tem dimensão para isso. No interior do loteamento, na região de fundo de vale, o acesso é possível somente a pé, por grandes escadarias, com até 80m de comprimento, e de largura variada, já que muitas vezes a escada compõe parte de uma casa ou de um quintal. Não é fácil a mobilidade desses moradores, para tarefas cotidianas, como ir à escola, fazer compras, chegar com materiais de construção, comprar gás ou levar o lixo, principalmente porque a maior parte das escadarias estão implantadas em declividades maiores que 30%, e tem seus degraus mal dimensionados, quando os têm.

Enchentes no Loteamento



Fonte: Levantamento de fotos históricas do loteamento, Cecília Machado, 2006. Disponibilizado pela Associação de Moradores do Jardim Paraná.

Fonte: Sociedade Amigos do Jardim Paraná

Em meio aos labirintos que formam a estrutura desse espaço, surgem outros espaços de bastante criatividade e riqueza, devido a seu potencial para a sociabilidade dos moradores. Assim, em meio a estreitos caminhos, abrem-se clareiras com jardins, cultivados pela população. A cada alargamento de viela, os poucos degraus tornam-se bancos e lugares de encontros e conversas. Para quem não conhece sua estrutura urbana particular, entrar em seus labirintos é muito mais difícil do que sair. As vielas parecem, por vezes, becos sem saída; sem o acompanhamento dos moradores, é muito fácil perder-se, ou mesmo entrar em uma área particular, achando que é pública. Sair é muito mais fácil, já que as clareiras, possibilitam a visualização de algumas escadarias.

Alargamentos nas vielas, lugares de encontro da população



Fonte: Cecília Machado 2006

Clareira localizada na região central do loteamento



Fonte: Cecília Machado, 2006.

Entrando no Labirinto



Brincadeiras nos Alargamentos das vielas



Adaptações_ escadas improvisadas

Saindo do Labirinto



Dificuldade para chegar às áreas consolidadas do loteamento, na região mais alta



Dificuldade de acesso, de crianças que vêm de outras regiões do distrito para estudar no CEU



Vielas estreitas, que inibem a entrada de quem não é morador



Clareira, no centro do loteamento



Crianças descansam, antes de continuar a caminhada



Territorialidades

Muitos moradores do loteamento são migrantes, vindos principalmente da região nordeste do país. Muitos já moravam no distrito, em outras regiões, porém pagavam aluguel. A possibilidade de morar na Serra foi a alternativa encontrada para muitos desses moradores, que em média têm uma renda mensal baixa, de cerca de R\$ 300,00 (IBGE, 2000)¹⁶, ou mesmo não têm renda.

“Cheguei no terceiro dia da ocupação e ajudei a derrubar as árvores. Isso foi no dia primeiro de maio de 1994, o dia em que o Ayrton Senna morreu. Eu vi a primeira estaca ser fincada no solo, o primeiro pau para fazer o primeiro barraco e que hoje é o depósito de materiais de construção do seu José. Hoje ele tem um prédio enorme. Eu não fui o primeiro, mas fui um dos primeiros. Eu morava no Jd. Damasceno, e antes disso, eu morava na Casa Verde. Paguei aluguel durante 15 anos, e na época estava doente e desempregado, fui obrigado a entregar a casa. Então fui morar de favor. Quando percebi que estavam invadindo aqui, vim tentar a sorte. Eu gosto daqui, na verdade gostar é pouco, eu adoro aqui. Falo que moro em um sítio dentro da capital de São Paulo. Eu respiro ar puro. Antes era mais difícil, sem água e esgoto e, acima de tudo, com a violência que

¹⁶ É uma das regiões com a renda mais baixa do Distrito de Brasilândia (renda média mensal, de R\$ 663,00, e que também é baixa, principalmente se compararmos com a renda média mensal dos chefes de família da cidade de São Paulo, que é de R\$ 1.310,00). Além disso, a escolaridade dos chefes de família no loteamento também é baixa, dificultando o acesso a melhores oportunidades de emprego.

*existia aqui no começo. Aqui a gente tropeçava em defunto”
Firmino, de 60 anos, mora há nove, no Jardim Paraná.*

São diversas as situações que se estabelecem no loteamento. Por um lado, há uma constante luta popular por melhorias, um grande sentimento de solidariedade que compõe uma complexa estrutura urbana; e por outro lado, as situações de confronto, violência, ilegalidade e precariedade.

São situações que definem territorialidades, que se diferenciam pelos quadros de vida, e assim, pelas diferentes valorações que se tem dessa paisagem. Assim, há uma grande divisão no loteamento, entre os moradores que participaram do processo de ocupação da gleba, em 1994, e os “novos moradores”, que chegaram ao loteamento a partir de 1996, dois anos depois da invasão.

A situação da moradia dos “novos moradores”, em sua maioria, é mais precária, sendo difícil sua consolidação, já que estes tiveram, por falta de alternativas, que implantar suas casas nas regiões mais frágeis do loteamento, principalmente na região central, o fundo de vale. A maior parte desses moradores não quer estar ali e assim, não estabelece vínculo com o lugar, não por falta de conhecimento do espaço (uma possível desterritorialização, já que muitos são migrantes¹⁷), mas pelo seu quadro de vida.

Assim, para muitos desses moradores, estar em São Paulo, e principalmente no Jardim Paraná, é uma questão de necessidade. A maioria gostaria de mudar não só do loteamento, como do distrito de Brasilândia. Não conseguem estabelecer vínculo com o espaço, não atribuindo nenhuma expectativa a ele. Aceitam sua provisoriedade, mesmo que esta seja

17 Estes já aprenderam a viver ali, em meio a choques e descobertas a que estão sujeitos em seu processo de reterritorialização

permanente, e não fazem melhorias nesses espaços. Diferente dos primeiros moradores que participaram da ocupação, em 1994, e que lutam até hoje por melhorias, junto ao poder público. Por um lado, aqueles que não se reconhecem como moradores do distrito, e que se sentem esquecidos; e por outro, moradores que querem, a cada dia, estar mais incluídos no distrito, em sua malha urbana e em suas referências (positivas).

Não só a relação com o loteamento, com o distrito, mas também com a Serra, é diferente entre os moradores mais antigos, e os que chegaram há menos tempo na região. Os moradores mais antigos perceberam o impacto ambiental dessas ocupações sobre a Serra e sabem de sua responsabilidade nesse processo.

“Vim do nordeste em 1978 e morei, neste período, no Jardim Vista Alegre. Até então, esta região era mata fechada. Fui então para Brasília e fiquei lá até 1994. Morei em Parada de Taipas por 3 meses e quando voltei, não tinham mais árvores, eu fiquei chocado, vendo tudo aquilo destruído. A gente fica triste, pra mim uma árvore é uma vida: nasce, cresce e morre, como a gente, mas, como não tinha onde morar, decidi ocupar um lote também.” Antonio Calisto, atual presidente da Associação de Moradores.

Os novos moradores, que conheceram essa região depois da ocupação, não percebem o impacto delas sobre a Serra da Cantareira. Eles não viram a transformação da Floresta em Loteamento. Inclusive, muitos dos que entrevistei, não sabiam que a “mata” atrás de suas casas era a Serra

da Cantareira. Nas entrevistas feitas com a população¹⁸, quando perguntei a esses moradores sobre a Serra, a maioria respondeu que não conhecia este lugar, ou quando conhecia, era “de vista” e afirmavam que nunca tiveram interesse em passear pelas trilhas da Serra.

Essas são valorações que também definem (em meio a particularidades) as formas de implantação das casas. Os moradores mais antigos, quando possível, têm suas casas voltadas para a Serra - acredito que, como forma de contemplá-la¹⁹; os novos moradores têm casas mais precárias e, em sua maioria, voltadas para o interior da gleba ou para o distrito.

Ao perguntar aos novos moradores o que avistavam de suas janelas, eles responderam: “*esgoto, vielas, casas*”; diferente dos moradores mais antigos, que estão em áreas consolidadas e altas do loteamento, que responderam: “*Vejo a mata, vejo pessoas*”. Os mesmos moradores que avistam a Serra de suas casas e que são moradores mais antigos, já freqüentaram a Serra como espaço de lazer e têm projetos de recuperação e preservação da mata; diferente dos moradores que não têm como paisagem a Serra.

“(...) de toda área ocupada, nós temos a intenção de proteger a região entre o córrego Canivete e a estrada do Vista Alegre. Nós controlamos a ocupação nesta região, e também em outras áreas do loteamento. Inclusive pensamos em criar uma ONG para proteger essas áreas” Antonio Calisto, 2005.

18 As perguntas feitas para a população são apresentadas no anexo 1.

19 É preciso atentar que nem todos os antigos moradores têm a Serra como vista de sua janela, porém não deixam de contemplá-la, em meio aos percursos que fazem pelo loteamento.

Nesse contexto, no qual dois territórios definem diferentes formas de valorizar a Serra, também definem-se diferentes formas de morar. Assim, sem a intenção de estudar o desenho das moradias, apresento aspectos desses territórios, que possuem uma estética própria.

Na primeira área ocupada pelos moradores mais antigos, existem casas de alvenaria de até dois pavimentos. Também são encontrados diversos comércios e serviços. Nessa área, mesmo com poucas ruas pavimentadas, é possível o acesso de carro e ônibus, facilitando a mobilidade da população.

Diferente dessas moradias, as implantadas no interior do loteamento, em sua maioria, são precárias, e a necessidade e expectativa dos moradores, com relação ao lugar, é de se abrigar e não de habitar. Nessa forma particular de produzir o espaço, as casas se revelam enquanto fragmentos, algumas feitas de alvenaria, outras, de pedaços de madeira, restos da cidade, recolhidos pelo próprio morador e construtor.

Diferente dessas moradias, as implantadas no interior do loteamento em sua maioria são precárias, onde a necessidade e expectativa dos moradores com relação ao lugar é de se abrigar e não de habitar. Nesta forma particular de produzir o espaço, as casas se revelam enquanto fragmentos, algumas feitas de alvenaria, outras de pedaços de madeira, restos da cidade, recolhidos pelo próprio morador e então construtor. A história da moradora Lucélia, que mora na região de fundo de vale do loteamento ilustra essa situação.

“Vim de Minas Gerais, do município de Águas Vermelhas em 1994. Primeiro morei no distrito de Casa Verde com minha irmã. Depois viemos juntas para o Jd. Paraná em 1996. A minha família me ajudou muito...vim para salvar meu filho que

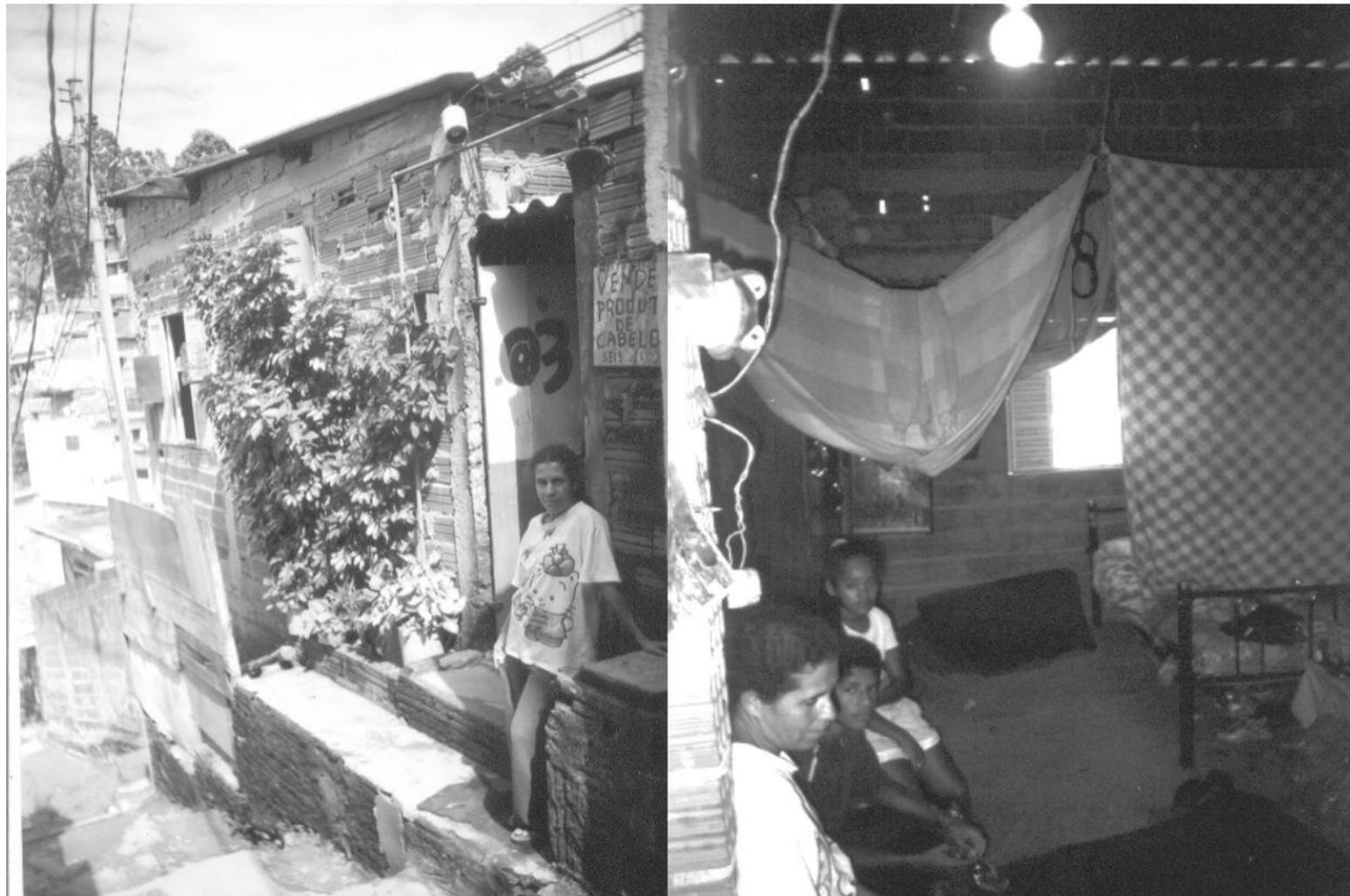
tinha problema no coração, ele só tinha três anos e precisava operar. Depois da operação ia voltar para Minas, mas meu pai que morava lá morreu, então decidi continuar aqui. Só posso contar com minha família em São Paulo três irmãs e um irmão”.

A história de Lucélia, ilustra o trajeto não só do “novo morador” do loteamento, mas do “novo migrante”, que pode estar em qualquer parte da cidade de São Paulo. Isto porque, o migrante ao chegar a cidade se apóia nas redes sociais, casas de parentes que vieram antes dele e que por algum tempo o acolhem. Depois, tentam morar de aluguel por vezes em cortiços e favelas próximas ao trabalho. Entretanto, os migrantes que chegaram na década de 1990, como Lucélia, encontraram condições ainda mais restritas de acesso ao trabalho. Impossibilitando, por vezes, deixar a casa de parentes e buscar seu próprio espaço. Levando este morador a um sentimento de provisoriedade, não promovendo melhoria no lugar onde mora, mesmo que viva nele durante muitos anos.

Marluce Batista, ilustra a outra forma de morar no loteamento, com vínculo. Assim, mesmo morando ao lado de um córrego que em épocas de cheia invade as casas, em um lugar que também é considerado muito violento, precário, com dificuldade de acesso, para ela hoje é muito bom estar ali. É neste lugar que realizou seus sonhos, conquistou sua casa de alvenaria, seu tapete na sala e seu banheiro com azulejo. Ela percebe a paisagem enquanto suas conquistas. Ela, que nunca havia “invadido” um lugar, e que quando invadiu se sentiu tão pequena, quis que aquela invasão na Serra se torna-se um bairro do Distrito e hoje mesmo não sendo regularizado o loteamento, ela o considera um bairro.

“Cheguei nos primeiros dias da ocupação no ano de 1995, têm 11 anos que moro aqui. Antes eu morava no Vista Alegre e na época eu pagava aluguel, e era muito difícil. Então fiquei sabendo dessa invasão, nunca tinha imaginado que poderia invadir um lugar, mas vim e marquei este terreno aqui, sozinha com uma prima, cortei árvores e montei o barraco. As mulheres faziam este papel enquanto os maridos trabalhavam. Eu também trabalhava em casa de família, mas para poder segurar o terreno perdi o emprego , e vinha todo dia com meu filho de sete anos para cá, foi uma luta muito grande. Eu fiz meu barraco sozinha, vivia queimada de sol. Era muito estranho, esta área parecia um outro mundo, não parecia que eu estava dentro da Brasilândia. A situação também era estranha para mim, nunca tinha invadido e morado em um barraco. Foi muito difícil, era eu, meu filho e uma garrafa de café debaixo de uma lona. Hoje tenho uma casa muito boa, nem parece que começou com um barraco, no primeiro dia da invasão tive vergonha e me senti muito pequena.....hoje não me sinto mais assim.”

Casas em estado de provisoriedade permanente



Casa da moradora Lucélia, que mora no loteamento desde 1996. Mãe de dois filhos, divide a casa com uma irmã e três sobrinhos. Mesmo de alvenaria, a parte interna da casa está inacabada e os cômodos são divididos por lençóis.

Fonte: Cecília Machado, durante percursos no distrito, 2006.

Atual casa de Marluce



Primeiro barraco



Casa da moradora Marluce, que atualmente mora em um sobrado de alvenaria, com seis cômodos.

Fonte: Cecília Machado, durante percursos no distrito, 2006

Essas informações sobre o loteamento, que são muito mais complexas do que apresentada nesta simples explanação, abrem outras possibilidades de ação sobre esse espaço, a partir do reconhecimento de suas particularidades e territorialidades.

Esse processo de conhecimento da paisagem, que colocou a luz os diferentes valores e formas de morar, só foi possível ao partilhar experiências com moradores, ao me aproximar de suas realidades, bem como de suas lutas, sonhos e frustrações. Assim, conhecer a paisagem através das pessoas e seus dramas de vida, permitiu um re-olhar sobre essa paisagem (que já pesquiso há muito tempo), informações que, após essa vivência, mostraram-se muito pouco.

Tem-se agora, a compreensão de questões que vão além de problemas fundiários ou de infra-estrutura; cada barraco, ou cada pedaço de um barraco, foi uma conquista. Poder ter um banheiro com azulejo, nesse lugar, para muitos, é um sonho, o maior deles talvez depois de ter a casa própria, mesmo que essa casa tenha sido fruto de uma ocupação, e que esteja em área de importância ambiental e até mesmo de risco.

Nas vivências, foram reveladas “Brasilândias”, divididas pelo sentimento de pertencimento de alguns e de provisoriedade de outros.



4. AS PAISAGENS E SUA GENTE

Este capítulo está organizado em quatro módulos:

4. A paisagem e sua gente (pág.217 a pág.220). Fala da importância de reconhecer a paisagem como mundo vivido.
 - 4.1 O valor da paisagem para um grupo de moradores militantes (pág.220 a pág.229). Apresenta a percepção desses moradores sobre a paisagem.
 - 4.2 Olhares de antigos moradores sobre o espaço - exercício de percepção sobre as transformações da paisagem (pág. 230 a pág. 242)
 - 4.3 Uma nova consciência - o olhar de crianças e jovens moradores da Serra da Cantareira (pág. 243 a pág. 259)

Protagonistas

Gisele de Oliveira Mendonça, Sandra Regina, Maria Bonfim, Raul Siqueira, Kelli Suzana A. da Silva, Zilda Moura, Waldir dos Santos, Joane Nunes da Silva, Felipe da Silva, Israel da Silva Vieira, Célia Cristina Fraga, Camila Bezerra do Nascimento, Flávia Cristina da Silva, Lucas Souza, Lincoln Augusto da Silva e Washington Luiz.

As paisagens e sua gente

“As paisagens se apresentam como ambientes sensíveis, palpáveis, têm conteúdo e substância e são cenários significantes das experiências, tanto diárias como excepcionais. São presenças constantes e inevitáveis e, conseqüentemente, não há experiência ambiental que seja, de algum sentido e grau, uma experiência de paisagem. A ligação interna que une os elementos da paisagem é a presença do homem, o seu envolvimento nela, numa interação incessante e dinâmica, onde a paisagem experienciada dá colorido à existência humana e é por ela colorida, o que se constitui em uma verdadeira mensagem que pode ser decifrada, apesar da grande dificuldade em como fazer isso, respeitando a riqueza e a complexidade dos significados. A paisagem pode, então, engendrar tantas respostas quantas forem as atitudes para com ela. Cada paisagem tem seu próprio conjunto de significados específicos, a tal ponto que a paisagem na qual uma pessoa vive não emoldura simplesmente a sua existência, não é algo externo a ela, pois a pessoa está dentro dela e se torna parte dela, quase que indissociavelmente” (MACHADO, 1988:34).

Para conhecer as paisagens é indispensável conhecer sua gente,

descobrir como experienciam tais paisagens e quais suas atitudes perante elas, dando-lhes significância enquanto mundo vivido. É uma aproximação da realidade (já que não é a própria realidade, mas uma interpretação possível) destes moradores, a partir da compreensão de como eles constroem sua percepção ambiental e assim, sua realidade.

A autoconstrução evidencia uma relação direta do morador com a produção de uma paisagem, através da construção da sua moradia, do sistema viário e das áreas de lazer. A autoconstrução mostra-se como uma auto-expressão, na qual as expressões de valor sobre uma paisagem, ou algum de seus elementos, podem significar sua conservação ou não. Um estudo da paisagem implica, então, em compreender essas diferentes valorações, em estudar como as pessoas que vivenciam esta paisagem a percebem¹.

DEL RIO e OLIVEIRA (1996) falam que a percepção ambiental é um importante instrumento para nortear ações públicas, já que, mesmo sendo particularizada cada percepção, ela pode ter recorrências comuns de grupos de pessoas e, possivelmente, levar a condutas comuns desses mesmos grupos, perante o espaço.

A percepção é altamente seletiva (MACHADO, 1988), é o significado que atribuímos aos sentidos, característica que dá à percepção, uma categoria de um conhecimento adquirido através do contato direto. Esse entendimento é que orienta essa fase da pesquisa, ou seja, está sendo estudada a percepção de uma paisagem vivida, na qual a percepção dos moradores mostram sua interação ou não, com o lugar.

A pesquisa visou estudar as percepções dos moradores, sem

¹ ARENDT (1992), apud CRITELLI (2002:43), em uma prévia compreensão fenomenológica do "ser", fala que "nada e ninguém existe neste mundo, cujo próprio ser não pressuponha um expectador"

prender-se a qual conceito de percepção nos aproxima mais da realidade, mas atentando ao compartilhar de experiências (um compartilhar que inclui contradições e confrontos), para então entender as visões de paisagem, bem como os interesses de determinados grupos e as possíveis disputas políticas que influenciam essa percepção.

É um estudo que nos leva a reconhecer a tensão entre o social (estrutural) e o individual. COLLOT (1986), apud SILVA (2002:151), tratando desse individual, aponta três caminhos a serem analisados. Um no campo da psicofisiologia, que *“caracteriza-se como um conjunto de processos que ocorrem no sub-consciente. Nele o ato de ver não se encontra sozinho na percepção de paisagens, o corpo inteiro está envolvido”*; o outro campo é o da fenomenologia e *“associa-se àqueles que agem no âmbito da pré-consciência: a percepção da paisagem está diretamente ligada à experiência humana e sua ação”*; e o último campo, o da psicanálise, que *“discute a maneira como o ser humano transfere inconscientemente para a paisagem, o desejo de reencontrar sua identidade.”*

Este capítulo foi redigido a partir de um conhecimento adquirido no contado direto com o morador e seu cotidiano, associado a estudos de percepção e representação, e narrativas de paisagem. A dificuldade na análise desse material dá-se em dois níveis: um na responsabilidade de um aprofundamento pela subjetividade dos moradores estudados, por via da psicanálise ou da psicologia. Outro, porque muitos desses métodos de representação, como o *“mapeamento mental”* é feito estritamente sobre o objeto produzido, ignorando a história de vida e seu contexto social.

Assim, apresentam-se análises feitas com alguns grupos de moradores dentro de uma lógica espacial e temporal (tempo de moradia no distrito e local da moradia). É preciso atentar que a cada possível aproximação da realidade, apresentam-se outras variáveis, não sendo

possível a compreensão dos fenômenos de maneira rígida, o que valoriza, inclusive, a complexidade destes fenômenos.

4.1 O valor da paisagem para um grupo de moradores militantes

O primeiro estudo dá-se sobre um grupo de moradores que compartilham experiências de comuns (políticas e sociais), em torno das questões da região. É um grupo que tem como característica, interferir no ambiente, através de lutas e mobilizações populares.

Mesmo que cada pessoa desse grupo tenha formas de compreensão particulares da paisagem do distrito, alguns aspectos são compreendidos de modo semelhante. São visões de paisagem que estão relacionadas às experiências comuns, em meio a problemas com enchentes, dificuldade de mobilidade, solidariedade, entre outras situações. Suas compreensões de paisagem são construídas além dos olhares que lançam sobre o espaço, é um constante exercício de adaptação à essas problemáticas, associado à construção de um conhecimento desse ambiente.

Para esse grupo, as escolhas de referências sobre a paisagem estão alicerçadas em interesses coletivos. Há uma intencionalidade em querer manifestar as coisas que afetam toda a comunidade. Assim, para eles, falar da paisagem, foi como uma bandeira política, “um grito”, através do qual fizeram suas reivindicações.

Esse grupo foi escolhido por representar uma das maiores influências que sofri em meu percurso inicial de campo, quando descobri a paisagem do distrito, em 2003, pelo olhar de alguns moradores e de modo especial, pelo de Sandra Regina. Ela havia sido contratada como Agente Comunitária, para me acompanhar durante as visitas no distrito, para a realização de um Plano de Ação Urbano e Habitacional. Eu, contratada do Grupo Técnico de Apoio, empresa responsável pela elaboração do plano, fui

encarregada de conhecer a região, para a elaboração inicial do diagnóstico.

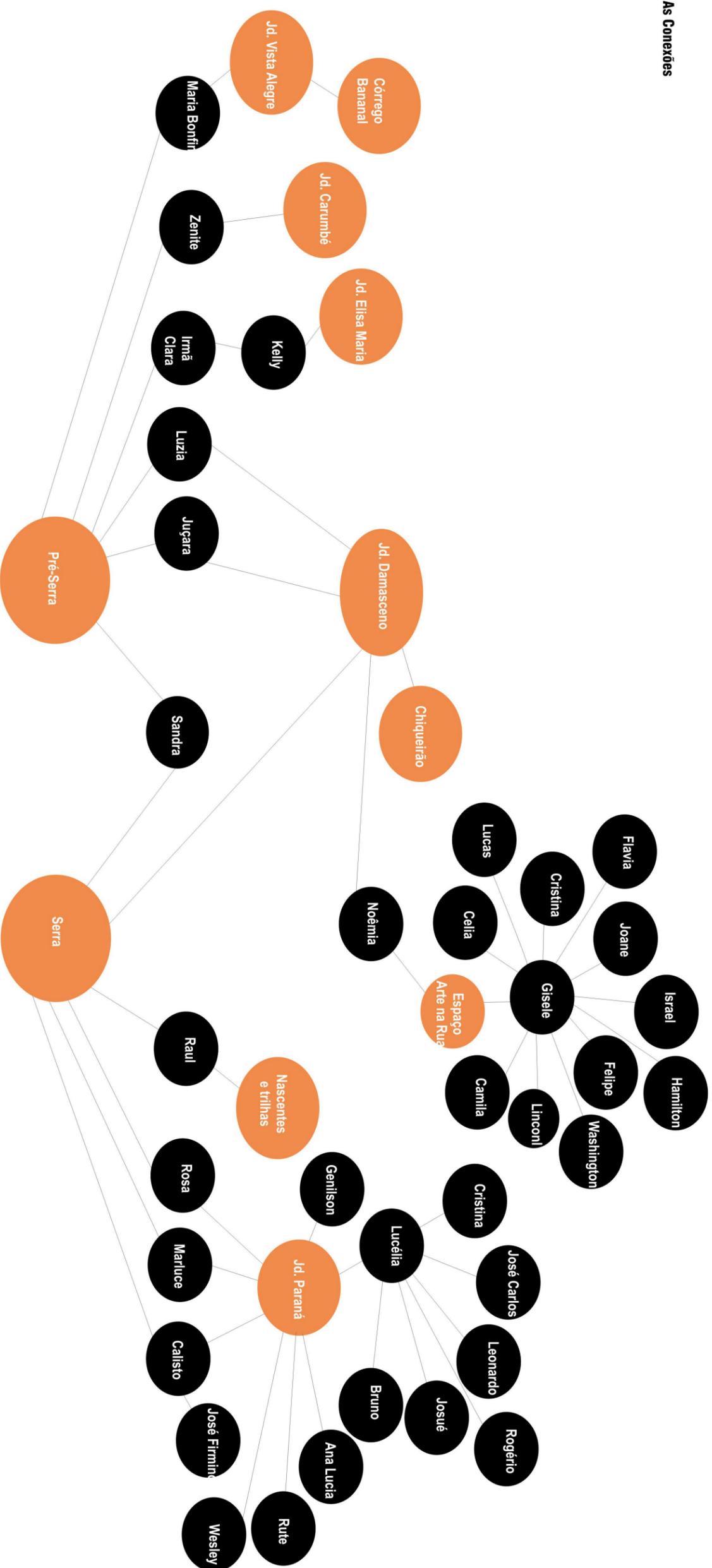
Conheci a Brasilândia pelo olhar de Sandra e do grupo no qual está inserida. Isso porque ela estava encarregada de me apresentar o distrito, mas não poderia apresentar todos os lugares e pessoas, ela fez escolhas. Estas foram determinadas por valores e intenções. Ofereceu-me um conhecimento local, baseado no que acreditava que era importante ser mostrado naquele momento. Algumas dessas escolhas foram feitas por vínculo ou por “plataforma” política, o que poderia mostrar-me que pudesse resultar em mudança naquela paisagem.

Depois desse trabalho, continuei, enquanto pesquisadora, a percorrer o distrito, e Sandra sempre me acompanhou, porém agora, como moradora. Ao ingressar no mestrado, o conhecimento que já tinha do distrito foi reconstruído. Os percursos deram-se de outra forma, com base em um conceito de paisagem que apontava para uma compreensão crítica e complexa da realidade.

Assim, conheci novos lugares e novas pessoas, que marcaram a história desses lugares, e estas me apresentaram outras pessoas e outros lugares, possibilitando-me descobrir novos sentidos para a paisagem. As conexões estabelecidas com esses lugares e essas pessoas deram-se como uma rede, ao mesmo tempo sem ordem ou hierarquia², resignificando, a cada momento, todos os pontos.

² Gilles Deleuze e Félix Guattari, em 1976, fazem da metáfora vegetal do rizoma, um conceito filosófico, opondo-se ao modelo arborescente e unitário do pensamento piramidal. O Rizoma desta forma é uma rede, contrária a idéia de ordem e hierarquia. Não há simetria, é constituído pela desordem. Seus pontos não são fixos e é descentralizado. (JACQUES, 2003:132).

As Conexões



Para compreender melhor a percepção do grupo de moradores que lutam por melhorias no distrito, propus a Sandra, fazer entrevistas com alguns desses moradores. Um exercício de re-olhar a paisagem através do outro, a partir de um procedimento que consistiu em entrevistas semi-estruturadas.

A entrevista tinha um roteiro de perguntas que focavam três temas: 1- As transformações na paisagem; 2- As expectativas em relação a essa paisagem; 3- Os valores atribuídos à Serra da Cantareira. Essas questões permitiram compreender como o grupo entende essa paisagem periférica (como a percebem), como a produzem e, principalmente, que expectativas têm em relação a ela, que paisagem desejam³.

Foi elaborado um roteiro de perguntas com oito questões, sendo elas⁴:

- 1- Sempre morou no distrito? Se não, qual a sua origem?
- 2- Como era o distrito antigamente ou como era, quando chegou?
- 3- Descreva a paisagem do distrito.
- 4- O que gosta na paisagem?
- 5- O que não gosta?
- 6- Qual paisagem deseja para o distrito?
- 7- Qual o futuro do distrito?
- 8- Como é a Serra da Cantareira?
- 9- Qual a importância da Serra?

3 Sente-se, agora, a necessidade de aprimorar o procedimento, a partir de uma construção conjunta desses procedimentos, com os moradores, verificando se há alteração significativa nos resultados.

4 A palavra paisagem foi inserida neste roteiro, inclusive, para poder identificar diferentes conceitos de paisagem entre os moradores.

NOME Pamela Rosny Santos Lopes

IDADE 21

SEXO F

BAIRRO ONDE MORA Cachab Brasilândia

1. Sempre morou aqui? Se não qual a sua origem?

não

2. Como era o distrito antigamente? Como era o distrito quando chegou?

era mais verde, tinha menos
capoeira

3. Descreva a paisagem do distrito?

rua

4. O que gosta na paisagem?

paisagem da Cantareira

5. O que não gosta?

desmatamento

6. Qual paisagem você deseja para o distrito?

mas fazer

7. Qual o futuro do distrito?

mulher

8. Como é a Serra da Cantareira?

Desmatada

9. Qual a importância da Serra?

~~ela~~ meio ambiente

Sandra escolheu doze pessoas para entrevistar (setembro, 2006), sendo elas moradoras do Jardim Guarani, Jardim Damasceno, Cohab Brasilândia, Jardim Elisa Maria, Vila Brasilândia, Freguesia do Ó, Jardim Vista Alegre e Jardim Princesa, do qual é moradora.

A maioria dos entrevistados são migrantes e moradores do distrito há mais de quinze anos e, segundo Sandra, são *“pessoas que vivem e trabalham aqui, que têm um história coletiva.”* . O que reforça a idéia de paisagem coletiva, ou um olhar coletivo sobre o espaço e não um particularizado, como veremos a seguir.

Ao serem questionados *como era a paisagem do distrito*, os moradores falaram de uma paisagem que gerava sentimentos contraditórios. De um lado, a precariedade da infra-estrutura e das casas da época, e por outro, a exuberância da Serra, de estar ao lado dela.

“Não tinham ruas asfaltadas, nem luz, nem água encanada, mas se tinha muito verde”. Maria Cícera de Salles

Os moradores entrevistados, ao descreverem a paisagem atual do distrito, revelaram o seu conceito de paisagem. A maioria falou da vista que tem do alto de suas casas, uma vista panorâmica. Poucos associaram a paisagem do distrito com o que vêem em seus percursos diários.

Porém, ao falarem do futuro dessa paisagem, trouxeram essa visão panorâmica para situações do cotidiano. Nesses recortes, o aumento da violência e da degradação ambiental foram as principais características levantadas.

NOME COSMO CARNEIRO DA COSTA

IDADE 30

SEXO MASCULINO

BAIRRO ONDE MORA JARDIM DAMASCENO

1. Sempre morou aqui? Se não qual a sua origem?

NÃO.

SÃO LUÍS

2. Como era o distrito antigamente? Como era o distrito quando chegou?

NÃO MUDOU NADA

3. Descreva a paisagem do distrito?

~~VISTA PARA A SERRA DA CANTAREIRA~~

A VISTA EM ALGUNS PONTOS PARA A REGIÃO OESTE, SITUADA NO ALTO

4. O que gosta na paisagem?

A VISTA PARA A CANTAREIRA, EM CERTO PONTO, O AGRUPAMENTO DE CASAS SOBRE OS MORROS.

5. O que não gosta?

A FALTA DE SEGURANÇA, SANEAMENTO BÁSICO, EDUCAÇÃO E GERAÇÃO DE RENDA.

6. Qual paisagem você deseja para o distrito?

URBANIZAÇÃO DA FAVELA.

7. Qual o futuro do distrito?

ALMENTO DA CRIMINALIDADE ETC.

8. Como é a Serra da Cantareira?

BONITA, MAIS OCUPADA POR RICOS E POBRES DE FORMA ILEGAL
O QUE CONTRIBUI PARA A DEVASTAÇÃO

9. Qual a importância da Serra?

É O PULMÃO DE SÃO PAULO

Mesmo descrevendo uma paisagem sem esperança, para o futuro, ao serem questionados sobre *a paisagem que desejam*, e que possivelmente tentarão construir, temos um outro modo de ver esse espaço: principalmente como um lugar regularizado, no qual as favelas são urbanizadas, os bairros terão áreas de lazer, segurança, novos equipamentos e muito verde. É importante ressaltar que, para eles, esta “legalização” é o reconhecimento pelo poder público, de sua existência e de suas necessidades e que, principalmente, prover melhorias urbanas não significa acabar com as favelas, e sim, levar referências urbanas a elas.

Nas entrevistas, as áreas verdes aparecem como um resgate do que já foi o distrito, inclusive todos falaram que *o que gostam na paisagem do distrito é a Serra é “poder olhá-la”*. E *o que não gostam na paisagem é, além da miséria, a degradação da mata*. O que mostra que os moradores não estão alheios a esse processo, inclusive, ao descreverem a Serra, falam das ocupações sobre ela.

“A mata está diminuindo a cada dia”. Francisco Vieira Brás

A Serra da Cantareira é o elemento presente e permanente na história dessa população. Parece, por vezes, como uma fuga, um descanso do olhar, um não querer ver as precariedades da área urbana.

“É o único espaço verde que temos para olhar”. Marlene Francisca da Silva, falando da importância da Serra.

Esse estudo, além de permitir a compreensão da percepção que o grupo tem sobre esse ambiente, permitiu entender o quanto a moradora Sandra seria influenciada pelos moradores (tirando a particularidade de sua percepção).

Por isso, foi solicitado à moradora que, antes de fazer as entrevistas, fizesse uma pequena redação sobre a paisagem do distrito de Brasilândia, para ter um registro inicial dos seus valores atribuídos à paisagem. Após as entrevistas, foi solicitado que, se necessário, refizesse sua redação, como forma de comparar a transformação ou não deste olhar.

A primeira redação não teve autorização de ser anexada ao trabalho. Na segunda, anexada a seguir, é possível perceber como em seu olhar sobre o distrito estão expressos condicionamentos socioculturais e valores de um grupo social que, cotidianamente, procura contribuir para a redução da degradação ambiental e da exclusão social dessa região.

Sandra apresenta a paisagem por um de seus contrastes, representados pela Serra e pela autoconstrução. Percebe os impactos ambientais à Serra, causados por essas ocupações, porém não reduz essa forma de construção a um problema social e ambiental. Lembra que são resultado de luta, e que fazem parte da história da população.

A paisagem do Distrito para Sandra

O Distrito da Brasilândia é uma Paisagem cheia de contraste, vejo com admiração a Serra Linda, a pedir socorro por conta das ocupações irregulares e as ditas regulares como Parque Itaguacu Cantareira, dentre outras...

A paisagem arquitetônica é audaciosa, traduz a luta do povo por moradia, o aproveitamento dos espaços.

A parte consolidada é estruturada, tendo mais espaços para o verde e equipamentos públicos.

A paisagem que mais me chama é Chiqueirão, a Av. Hugo Italo Merigo, o decaso do Poder Público.

Porém no conjunto vislumbro um potencial enorme, pelas lutas, penses que são referência por seus trabalhos, por investirem no Distrito.

4.2 Olhares de antigos moradores sobre o espaço - exercício de percepção sobre as transformações da paisagem

O segundo estudo dá-se com antigos moradores, tendo como objetivo, compreender as diferentes percepções sobre as transformações espaciais da paisagem do distrito. Diferente do grupo anteriormente estudado, esses moradores não foram escolhidos por partilharem experiências socioespaciais comuns (na forma de uma luta política); foram escolhidos por morarem há muito tempo na região, permitindo uma análise temporal mais longa.

Foram colhidas narrativas de paisagem, em entrevistas abertas, que tinham como recorte, a paisagem do distrito e suas transformações (como detalhado no capítulo 1). Aos moradores foram feitas três perguntas: 1- Como era a paisagem do distrito? Como é hoje essa paisagem ? Qual o futuro dessa paisagem?

Para esse estudo foram escolhidos cinco moradores, sendo dois da área consolidada do distrito, dois da pré-Serra e um da Serra da Cantareira. São moradores que conheci nos diversos percursos que fiz pela região.

Essas entrevistas não tiveram a intenção de registrar fatos históricos, e sim, perceber o que estava sendo escolhido para ser lembrado. Assim, as recordações deram maior complexidade a esse estudo, já que em sua manifestação, acabava por resignificar a percepção da paisagem atual e sua valoração. Foi um reencontro com o passado, que leva a uma nova leitura, na qual outros aspectos podem ser evidenciados.

“ Tudo se passa como se o objeto fosse visto sob um ângulo diferente e iluminado de outra forma: a distribuição nova das sombras e da luz muda a tal ponto os valores das partes que,

embora reconhecendo-as, não podemos dizer que elas tenham permanecido o que eram antes” (BERGSON, 1959:114 apud BOSI, 1994:57)

Narrativas de Paisagem

Maria Bonfim é moradora do distrito desde 1972, mãe de nove filhos, trinta netos e cinco bisnetos. Mora na margem esquerda do Córrego Bananal e percebeu toda a mudança da paisagem nesse período:

“Vim de Goiás e fui morar no centro da cidade no Largo do Arouche. Na década de 1960 minha família mudou-se para a Brasilândia e o transporte era feita apenas por um ônibus, o 68 Itaberaba e também o Pau-de-Arara - uma caminhonete que eles colocavam bancos para a gente sentar. No fim da década de 1960, eu vim morar na Brasilândia no Jardim Iracema. Do alto da Av. Itaberaba, dava para ver a Av. Pompéia, pra você ver que não tinha casa nenhuma. Eu pagava aluguel e era muito difícil. Então vim para o Jardim Vista Alegre, em novembro de 1972, porque aqui teria a chance de ter a casa própria. Não tinha, água, asfalto, e a condução era distante. O único ônibus que vinha para esta região era o chamado Paradão, e vinha só até metade da Av. Cantídio Sampaio. Naquela época, mesmo do lado do córrego a paisagem aqui era muito linda, era tudo mata. Deste córrego para cima até o Jardim Princesa eram aquelas releas. Mas hoje, está diferente, é como tudo no mundo, coisas

morrer, eu louvo a Deus pela vida dos meus filhos, principalmente porque eu trabalhava fora e eles ficavam sozinhos. E a outra coisa ruim é falta de espaço. As casas aumentaram muito, isso mudou muito a paisagem. Antes a gente tinha um ar gostoso.”

Dona Maria Bonfim fala também que só tem vontade de mudar do lugar onde mora porque tem vontade de plantar e voltar a ter uma criação de galinhas. Esse espaço não existe mais, porque foi cedido para a ampliação da casa que hoje abriga também alguns dos filhos que casaram e para a oficina de artesãos da família.

“Tô aqui no meu cantinho, e estou bem aqui. Quando começo a sentir falta de alguma coisa, tento pensar rápido em outra coisa. A felicidade está dentro da gente, você pode morar no céu, mas se você não se sente feliz ali, não adianta. Você pode morar em um quartinho como eu já morei com minha família toda, mas se você se sente feliz, está tudo bem. Gosto muito daqui, não só do lugar em si, mas das minhas conquistas.”

Se eu, enquanto pesquisadora, não conhecesse as dificuldades e até mesmo a precariedade de muitas das moradias localizadas as margens do córrego Bananal, como a de Dona Maria, e a ouvisse falar sobre o lugar onde mora, o imaginaria todo diferente. Em nenhum momento ela falou das constantes enchentes. Quando perguntei a ela sobre isso, ela só lembrou da solidariedade que há nesses momentos, entre os moradores, falando do

“ritual” das famílias da região, que após cada enchente, ajudam-se para lavar das casas e quintais todo o barro.

Kelli Suzana da Silva, de 27 anos, moradora do Jardim Elisa Maria, um bairro que começou a ser ocupado na década de 80, apresenta uma outra percepção da paisagem. Ela chegou ao distrito para morar em casas embrião construídas em sistema de mutirão.

“Viemos morar nas casas construídas pelo mutirão, nelas não tinha água e nem luz. Em compensação, os morros em volta eram verdes. Eu, quando criança, brincava entre as pedras que hoje sumiram no meio dos barracos. Lembro também, quando as árvores foram cortadas para dar lugar às casas, foi um momento de muita dor. Mas sei que as pessoas precisavam morar.”

Falar com Kelli foi diferente, a cada pergunta, ela olhava para a sua janela que tinha como vista um grande muro e ficava tentando lembrar o que já havia avistado dali um dia. Em seus relatos, mostrou que compreende as transformações da paisagem (a problemática social envolvida), mas que não gostou dessas mudanças, principalmente da substituição das áreas verdes por barracos.

O que nos outros depoimentos foi relatado como conquista, para ela é reflexo da exclusão social. As pessoas não escolhem morar em barracos nas favelas, moram porque não têm opção. Ela lembra também que as ocupações irregulares resultaram na falta de áreas de lazer e de espaços para a implantação de equipamentos públicos, como postos de saúde e escolas, mas acredita em um futuro melhor, razão que a mantém na comunidade.

“Muitos jovens na minha idade sumiram do bairro, uns estão trabalhando, outros estão na cadeia ou morreram e muitos foram embora. Mas acredito que aqui tenha muito potencial, eu fui para Pirajuí, no interior de São Paulo, para um convento e fiquei lá dois anos e não agüentei, senti falta da minha comunidade. Parecia que, indo embora, as pessoas que eu incentivo a lutar poderiam ficar desanimadas. Hoje sei, esse é o meu lugar.”

São várias as paisagens do distrito, e várias formas de perceber cada uma delas, e de viver em cada uma delas. Foi assim, buscando uma paisagem diferente dessa de ocupações irregulares ou sobre córregos, que conheci o Sr. Raul Siqueira, antigo morador do distrito. É um velho senhor de 78 anos, que mora no último sítio da região, o chamado Sítio Bananal do velho “Prado”, como ele mesmo chama seu antigo patrão, já falecido.

Ele foi para o distrito com um objetivo diferente da maioria dos moradores de lá, foi para trabalhar, cuidar de roça e de cavalos. Não foi para o distrito porque era a única alternativa de moradia, ou mesmo a mais barata. E isso faz com que ele conte um pouco de seu passado e de como era essa região e como ela está hoje, com tristeza.

Ele não sonhava em construir algo, e sim, em conservar a paisagem que, para ele, era *“a coisa mais linda”*. Hoje ainda existe sua velha casa, que destoa na paisagem ao fundo, de casas irregulares do Jardim Vista Alegre. O campo de que tanto fala, em suas memórias, e onde criava os cavalos, hoje foi substituído por um “piscinão”, construído pela prefeitura em 1999, como forma de conter as cheias do Córrego Bananal - uma obra com grandes impactos ambientais. Com a falta de manutenção, além de

acumular lixo e de contaminar nascentes que eram preservadas até então, o abandono do poder público fez com que a população também abandonasse uma área que foi lazer para muitos outros moradores durante décadas.

Hoje, para o Sr. Raul, a *“paisagem é triste”* e, com as mãos nos bolsos, fala emocionado e sem esperanças sobre o futuro.

“O futuro eu não sei como vai ser, alguma coisa pode acontecer, mas não sei. Acho que como nas outras áreas da Serra, isso tudo vai estar ocupado daqui uns 10 anos. E aí, pessoas como eu, que estão acostumados com essa paisagem e com a mata, vão embora. Gosto demais daqui, mas é triste como está hoje e parece que vai ficar pior. Antes a Serra era protegida por vários guardas, os guardas mata e os guardas água, eram várias guaritas e ninguém sujava aqui. Depois foi tudo acabando.”

O Sr. Raul fala da época em que a Serra da Cantareira era importante elemento de infra-estrutura para a cidade, na produção de água potável, e que o afastamento da área urbana, das áreas de mananciais, era importante para manter as mesmas puras (como detalhado no capítulo 3).

O Sr. Raul percebeu a drástica transformação da paisagem, e não se enxerga mais nela; ele não produziu essa nova paisagem. Esse é um processo diferente da paisagem comum da favela, do loteamento clandestino, que mesmo que represente precariedades, refletem também conquistas da população, suas lutas, sua identidade; suas escolhas, erradas ou não, estão materializadas na paisagem.

A conversa com Sr. Raul, e a possibilidade de imaginar através de suas memórias como era lindo o lugar em que morava e que hoje está completamente abandonado, reforçou o que já havia em estudos anteriores

levantado: que boa maior parte da população do distrito desconhece a importância ambiental da Serra, e até a desconhecem que estão morando na Serra da Cantareira ou ao lado dela, mesmo que o meio físico mostre isso a eles a todo momento, não só quando têm enchentes, mas ao caminhar pelos bairros e sentir a dificuldade de mobilidade, devido às características acidentadas do sítio.

Ao mesmo tempo, todos têm em comum a lembrança da mata chegando até as suas casas, ou como vista de suas janelas, mesmo morando em lugares diferentes do distrito ou mesmo tendo chegado ao distrito em períodos diferentes. Um exemplo é a dona Zilda Moura, de 53 anos, moradora do distrito há 41, viu o primeiro barraco ser construído da primeira favela do distrito, a favela Icaraí, e lembra como era bonita a vista de sua janela.

“Eu tinha 12 anos quando cheguei, quando minha mãe comprou aqui, não tinha água, não tinha luz, aqui era um barraco. De lá pra cá evoluiu bastante, agora temos água, asfalto, luz. Aqui tinha muito mato, não tinha essa favela, só tinha um barraquinho que era da Dona Zefa, que antes de ter seu barraco morou aqui com minha família. Ela tinha muitos filhos, e minha mãe, com dó dela, foi até a prefeitura e pediu um pedaço de terra para ela morar. Eles deram a permissão e ela montou seu barraquinho. Hoje é a favela do Icaraí, a primeira favela da região. Depois da Zefa, outras pessoas foram chegando, todo mundo ia na prefeitura pedir permissão para morar. Depois de algum tempo, começaram a invadir.”

De um modo geral, moradores antigos e novos percebem as mudanças da paisagem do distrito, isso porque elas ocorrem de maneira muito rápida, principalmente aquelas resultantes de ocupações irregulares e clandestinas. Como relata Waldir dos Santos, jornalista e morador do distrito de Brasilândia desde 1978, que lembra do distrito como uma pequena “*cidade do interior*”.

“Naquela época, nós que éramos crianças, ficávamos em casa. Aqui parecia uma cidadezinha do interior, com muita vegetação, não tinham favelas, essa é a grande diferença deste novo período. Antes tudo era comprado. A mudança foi rápida, as favelas apareceram do dia para a noite, eram pessoas de fora do distrito que chegavam. Nós que fazemos parte do bairro sentimos essa transformação, mas aceitamos. Quem ficou 30 anos fora e voltou, não reconhece essa paisagem, foram muitas as mudanças. Mas o que mais nos afeta são as ocupações no pé da Serra. Da minha casa vejo o CEU da Paz, à direita e o Jd. Damasceno, à esquerda, e com as novas ocupações, essas áreas que eram distantes, estão se tornando uma coisa só”.

Com relação ao futuro dessa paisagem, foram reveladas diferentes expectativas. Por um lado, os moradores da região consolidada falam do desenvolvimento do distrito, de sua verticalização, uma valorização do distrito a partir de intervenções urbanas. Por outro lado, os moradores da pré-Serra falam de novas lutas populares, de um maior comprometimento com o ambiente, principalmente dos jovens; uma possível valorização da paisagem determinada pelo potencial humano do distrito.

Mesmo sendo formas estanques de imaginar o futuro dessa paisagem, elas se assemelham em querer que, de alguma forma, esta seja valorizada. O único olhar sobre o futuro da paisagem, sem esperança, foi do único que mora na Serra, o Sr. Raul.

“O futuro eu não sei como vai ser. A gente espera que alguma coisa aconteça, mas não sei. Por exemplo, ali, no lado do Jardim Paraná, o pessoal já invadiu tudo, e dizem que hoje estão pagando o terreno que invadiram. Olha, eu calculo que será o mesmo futuro para essa região. E aí pessoas como eu, que estão acostumadas com essa paisagem, vão embora. Que nem eu, sou tão acostumado aqui que vou para a cidade na casa das minhas filhas, eu tenho três filhas casadas, e eu vou para lá e não vejo a hora de ir embora. Não me acostumo com o barulho da cidade. Eu gosto demais daqui, quantos anos eu trabalho aqui. Tenho muitos amigos...nossa amigos da minha idade são muitos, os que trabalhei juntos, que fizemos bagunça juntos. Gosto, gosto mesmo. Mas olha, não sei não, daqui uns anos, como falo para você, quem viver verá. Daqui uns dez anos parece que vai ficar pior.”

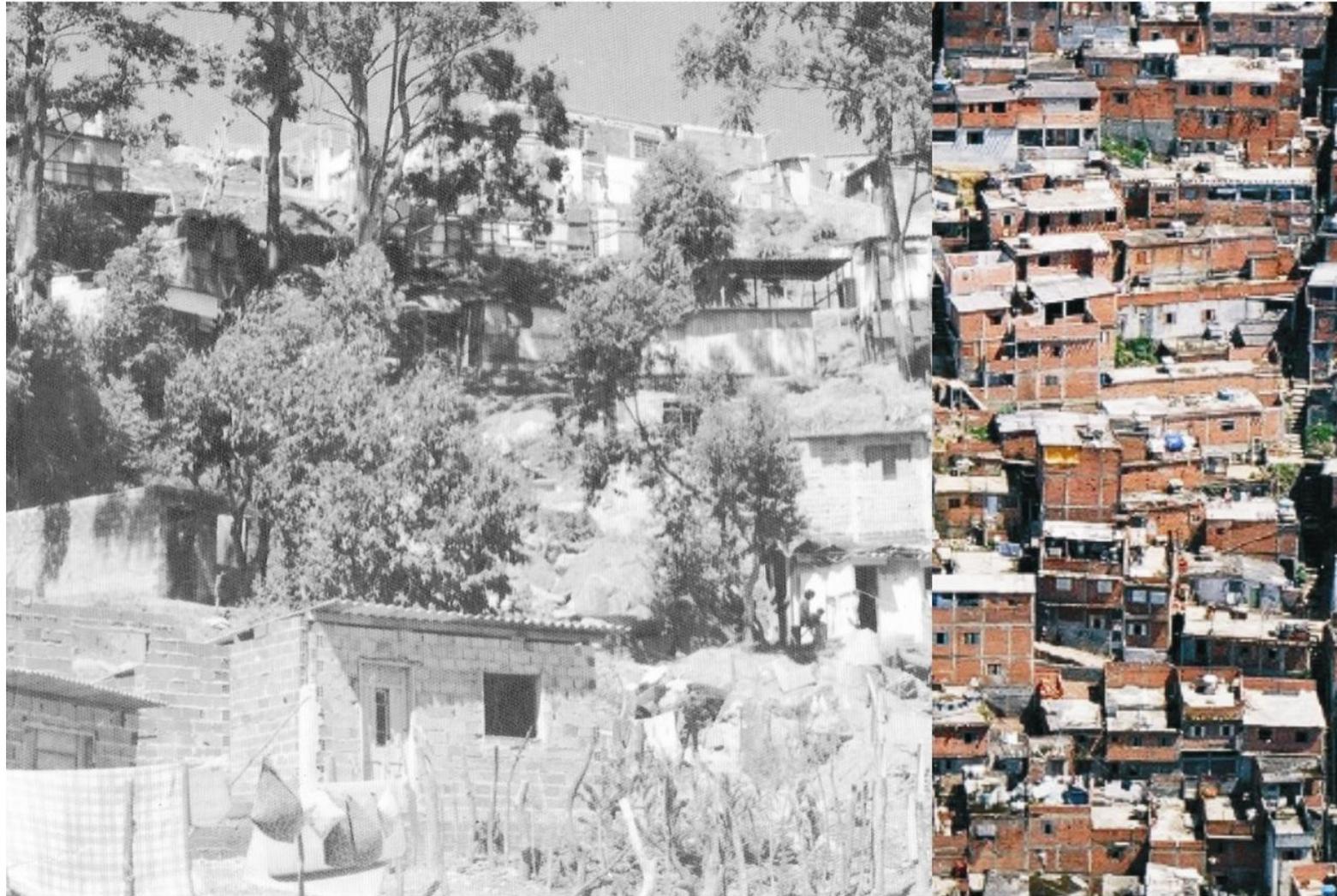
A Transformação da paisagem de Maria Bonfim



Maria Bonfim com família no início das ocupações do córrego Bananal e a Paisagem Atual da região

Fonte: Levantamento de fotos do cotidiano dos moradores em outros tempos, Cecília Machado. Foto à esquerda disponibilizada pela moradora, e foto à direita feita em um percurso de campo 2006.

A Transformação da paisagem de Kelli



Início da ocupação do morro em que Kelli brincava década de 1990. A paisagem atual.

Fonte: Levantamento de fotos do cotidiano dos moradores em outros tempos, Cecília Machado. Foto à esquerda disponibilizada pela moradora Kelli, e foto à direita retirada do levantamento de risco (FUNDONESP, 2003).

A Transformação da paisagem de Raul Siqueira



Foto de cima mostra a região do Sítio Bananal em 2003, na época já existia o piscinão porém eram feitas manutenções regularmente. A foto abaixo mostra a paisagem atual.

Fonte: Levantamento de fotos do cotidiano dos moradores em outros tempos, Cecília Machado Foto de cima, trilha do Sítio Bananal em 2003, foto abaixo piscinão do Bananal em 2006.

A Transformação da paisagem de Zilda e Waldir



Foto de cima mostra a região hoje consolidada do distrito na época em que não haviam ocupações irregulares. A foto abaixo mostra a paisagem atual.

Fonte: Levantamento de fotos do cotidiano dos moradores em outros tempos, Cecília Machado. Foto de cima, disponibilizada por Célio Pires, joranlista e morador da região, foto abaixo tirada da janela de Dona Zilda, em 2006.

4.3 Uma nova consciência - o olhar de crianças e jovens moradores da Serra da Cantareira

Nesse estudo foram feitos novos recortes para análise: espacial e etário. Com isso, foram escolhidas crianças e jovens moradores do Jardim Damasceno, localizado junto à Serra da Cantareira.

Esse estudo teve como objetivo, compreender o valor atribuído à Serra da Cantareira e a percepção dos problemas ambientais, por essas crianças e jovens do projeto socioeducativo. Esses recortes, permitiram associar a análise da percepção desses jovens e crianças, bem como avaliar o quanto o processo de formação, através da educação ambiental, promovido pelo espaço Arte na Rua, os sensibilizou para essa problemática.

A entidade é considerada de grande importância, já que é a primeira focada na educação ambiental da região, e que foi criada e organizada pelos próprios moradores. Surgiu no início da década de 90, após um grande deslizamento de terra, no qual alguns moradores morreram - um acidente que é um marco na história local.

“Em 1990, quando houve o deslizamento, a comunidade sentiu necessidade de se organizar para discutir a questão ambiental, já que se encontravam em uma área de Serra esquecida pelo poder público. A comunidade organizou primeiramente um Fórum, e depois de algumas reuniões, percebemos que tínhamos que ter um espaço que pensasse a questão ambiental, já que estávamos em uma área de importância ambiental e de risco. Então o Arte na Rua começou a desenvolver atividades educativas e pedagógicas sobre o meio ambiente, na rua. Fizemos mutirões de limpeza no bairro, plantamos mudas nas calçadas, entre outras coisas. Como as atividades eram feitas na rua, quando chovia,

tínhamos que parar tudo. Nesse momento, escrevemos um projeto e apresentamos para a prefeitura, solicitando um lugar para desenvolvermos o projeto. Tinha este espaço que estamos hoje, que na época estava sendo usado pela própria prefeitura, que estava fazendo algumas obras no bairro. Tivemos a permissão da prefeitura para ocupar este espaço, que foi construído pela comunidade. Algumas entidades doaram materiais para a construção. Depois de pronto, o barracão de madeira também começou a abrigar a Associação de Moradores do bairro, além das atividades das crianças e dos adolescentes. O Arte na Rua faz a diferença aqui na comunidade". Gisele de Oliveira Mendonça, coordenadora do espaço Arte na Rua e moradora do distrito.

Este estudo foi realizado em março de 2006, tendo a participação de 40 crianças de 06 a 13 de idade, e de 35 jovens, de 14 a 19 anos. Os procedimentos usados foram as entrevistas semi-estruturadas, os grupos focais e as representações de paisagem (apresentados no capítulo 1). Os grupos focais foram feitos com as crianças; as entrevistas semi-estruturadas, com os jovens. Nos dois procedimentos foram discutidas temáticas a partir de perguntas ,como: Como é o lugar onde mora? O que não gosta no lugar onde mora ? O que gosta?

Nas oficinas de representação da paisagem, foi solicitado que os jovens e as crianças, desenhassem a paisagem do lugar onde moram (procedimento detalhado no capítulo 1). Após esse exercício, foram feitas entrevistas abertas com cada criança e jovem, para que contassem o que haviam desenhado.

Quando desenharam ou falaram de aspectos da paisagem, apresentaram seu cotidiano, principalmente situações que desaprovam, entre elas, a violência. Os desenhos também reforçam a idéia de territórios, de diversidade de paisagens. Evidenciam os diferentes modos de morar, representados em barracos, conjuntos habitacionais e casas consolidadas.

Sobre o viés de desaprovação, aparece, por vezes, a natureza impactada, representada principalmente pelos rios poluídos e sujos. Falam das enchentes, situações a que muitos estão expostos. A Serra, por sua vez, é representada pela sua face ocupada. Assim, desenharam os morros altos, com ruas e ocupados em parte por casas.

A natureza conservada da Serra, é pouco evidenciada. Interpretação que não pode ser reduzida à da violência atribuída a essa região e às situações de confronto que existem, e que levam a um distanciamento da população. Essas situações estão presentes no cotidiano dos moradores, já que não se restringem à região conservada, sendo mais determinante, nesse processo, a falta de laços com a Serra, de reconhecê-la como um elemento que integra suas vidas, seu dia-a-dia.

O resultado desses estudos mostrou que tanto as crianças quanto os jovens percebem as transformações da paisagem, principalmente com o constante adensamento habitacional; também falam dos problemas ambientais, gerados por essas ocupações, como a poluição dos rios e assim as enchentes (uma percepção que resulta em ações coletivas dessas crianças e desses adolescentes, para resolver este problema). Porém, poucos associam esses aspectos à degradação da Serra, a maioria nem a menciona.

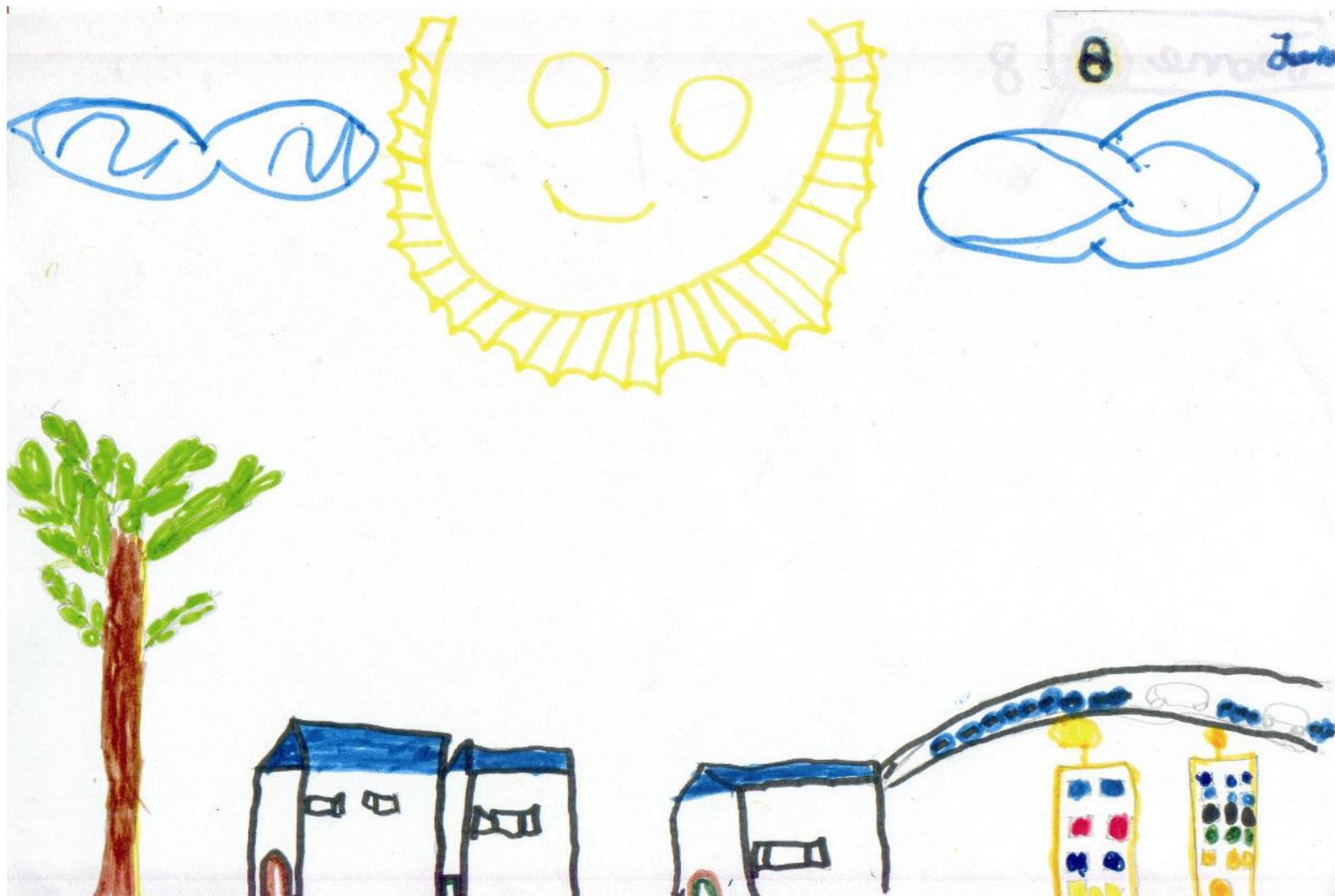
Com isso, questionei a eles: E a Serra da Cantareira? e alguns responderam:

- *Não freqüento, os outros falam que é bonito, só que lá tem estuprador.*
- *Não vou porque não tenho curiosidade.*
- *Não gosto.*
- *Muito desmatamento.*
- *Não, é chato.*
- *Só conheço de vista.*
- *Já passei por ela.*
- *Nada contra.*
- *Não sei.*
- *Bom.*
- *Eu uso como espaço de lazer.*

Mais do que um possível desconhecimento sobre a importância ambiental da Serra da Cantareira, as respostas mostraram um “distanciamento” desses moradores com a Serra, mesmo sabendo que não sendo alheios aos seus processos de degradação.

O distanciamento revelado nesses estudos (realizado em março de 2006), vem sendo reduzido com ações organizadas dos próprios alunos, que em dezembro de 2006, elaboraram um projeto visando sensibilizar a todos da importância de cuidar do ambiente em que se vive. Uma das primeiras propostas foi o plantio de mudas de árvores, em torno da entidade, sendo estas retiradas da mata (a Serra). Uma forma de atribuir valor a Serra, já que entenderam que, ao trazerem para a área ocupada fragmentos dessa mata ainda conservada, estariam melhorando o ambiente em que vivem.

Uma ação, que representa uma nova consciência. Na qual, se agrega, ao entendimento da problemática ambiental local, o reconhecimento de que também são responsáveis pela conservação da Serra.



JOANE NUNES DA SILVA 8 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

Lá tem lixo, favela, tem um caminho que vai para o campinho lá em cima, e tem uma avenida no morro lá em cima.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei a casa da minha mãe, minha irmã e da Maria a mãe do Israel meu amigo. Lá tem um monte de árvores, e prédios.

Felipe 10 anos



FELIPE DA SILVA 11 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

O lugar onde moro é bom, a gente brinca bastante lá e tenho muitos amigos. Lá tem prédios, campo de futebol, casas um monte de coisas

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei o rio, as casas do morro e os urubus e passarinhos.



ISRAEL DA SILVA VIEIRA 09 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

É ruim, os meninos batem na gente. Lá tem barraco e casa de bloco, também tem uma árvore.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei eu, a casa do meu pai, e o Arte na Rua.

Data - 22/03/06/ seu nome: ~~Célia Cristina~~ Cíntima Fraga Tenho 11 anos

Eu gostaria que os rios fossem mais limpos e não fizessem enchentes.



CÉLIA CRISTINA FRAGA 11 ANOS

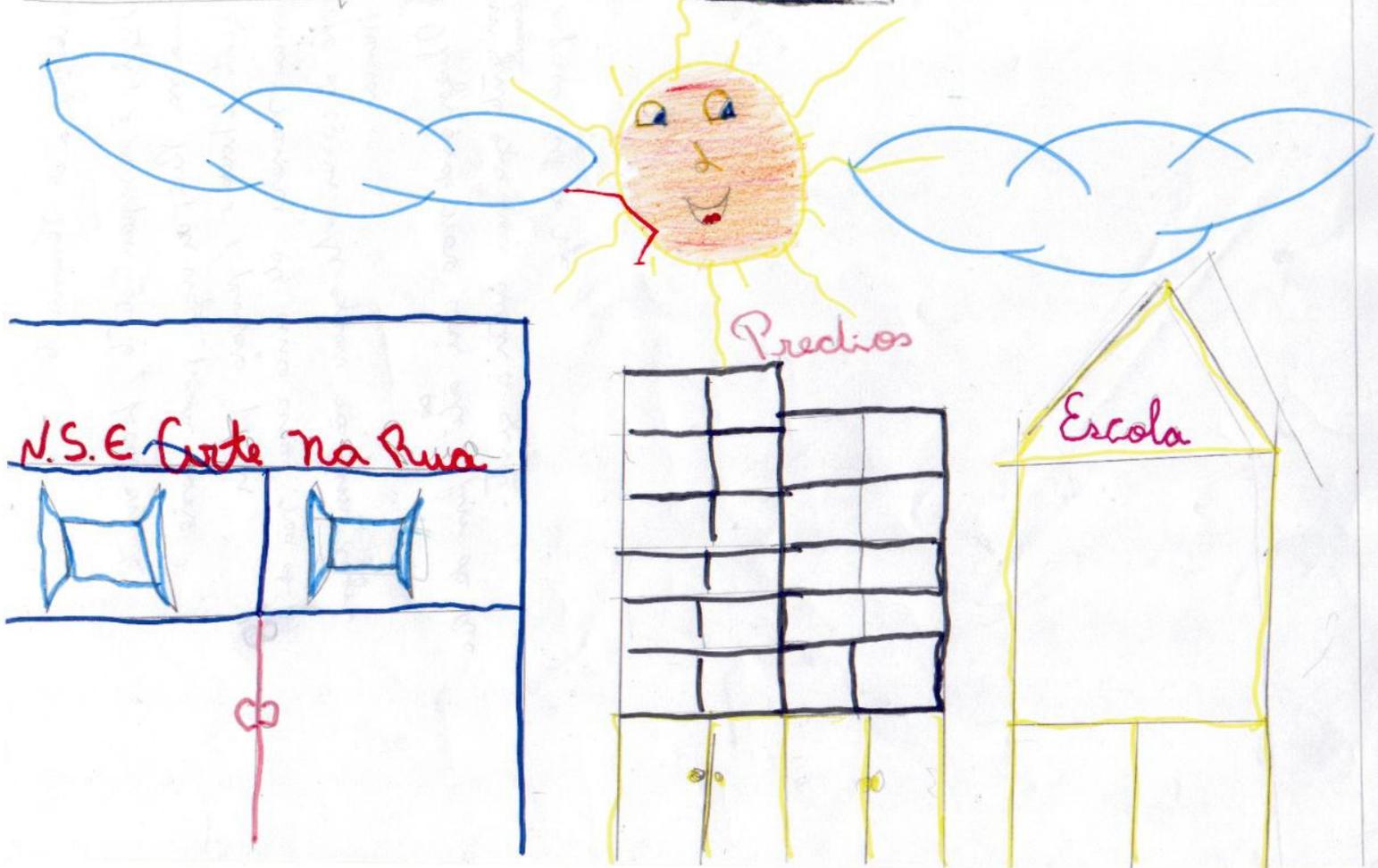
Como é a paisagem do lugar onde mora?

É mais ou menos. Tem gente que estraga as plantas e joga lixo no rio, por isso não acho tão boa a paisagem. As pessoas não deveriam jogar lixo no rio e tudo deveria ser preservado.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei o Arte na Rua, a escola e os prédios. No céu passaros e borboletas, e uma mensagem para que as pessoas não joguem lixo no rio. Porque quando chove entra água nas casas.

S.P. 22.03.06 | nome: camila | idade: 10



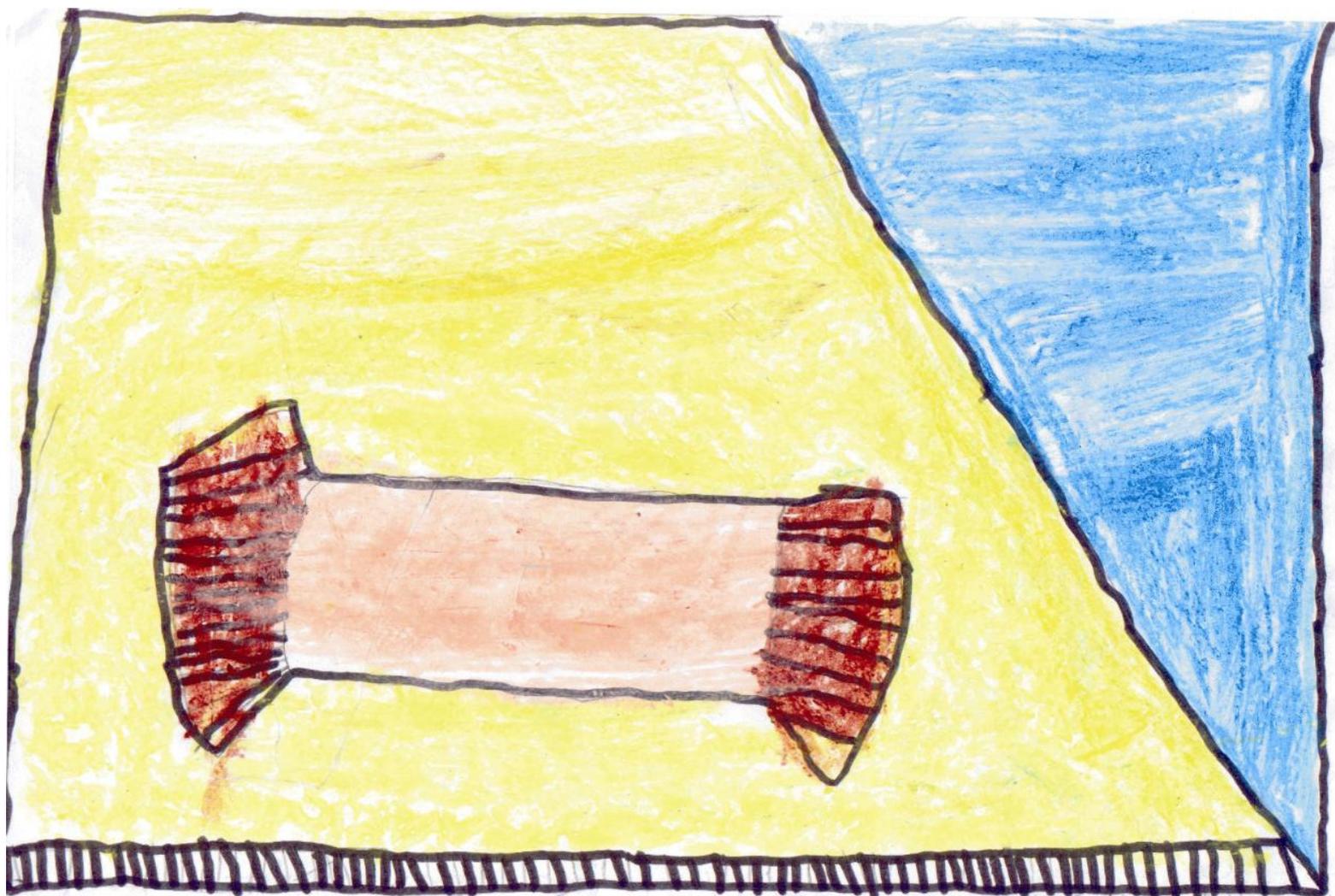
CAMILA BEZERRA DO NASCIMENTO 10 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

É legal mas um pouco violenta. Lá ficam muitas crianças na rua brincando mas é perigoso porque passam muitos carros. Ai a gente fica sem lugar para brincar.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei a Arte na Rua, os predinhos da favelinha que se não tivessem feito ninguém até hoje tinha casa e aqui é a escola. Eu escolhi estes lugares porque são os que eu frequento mais.



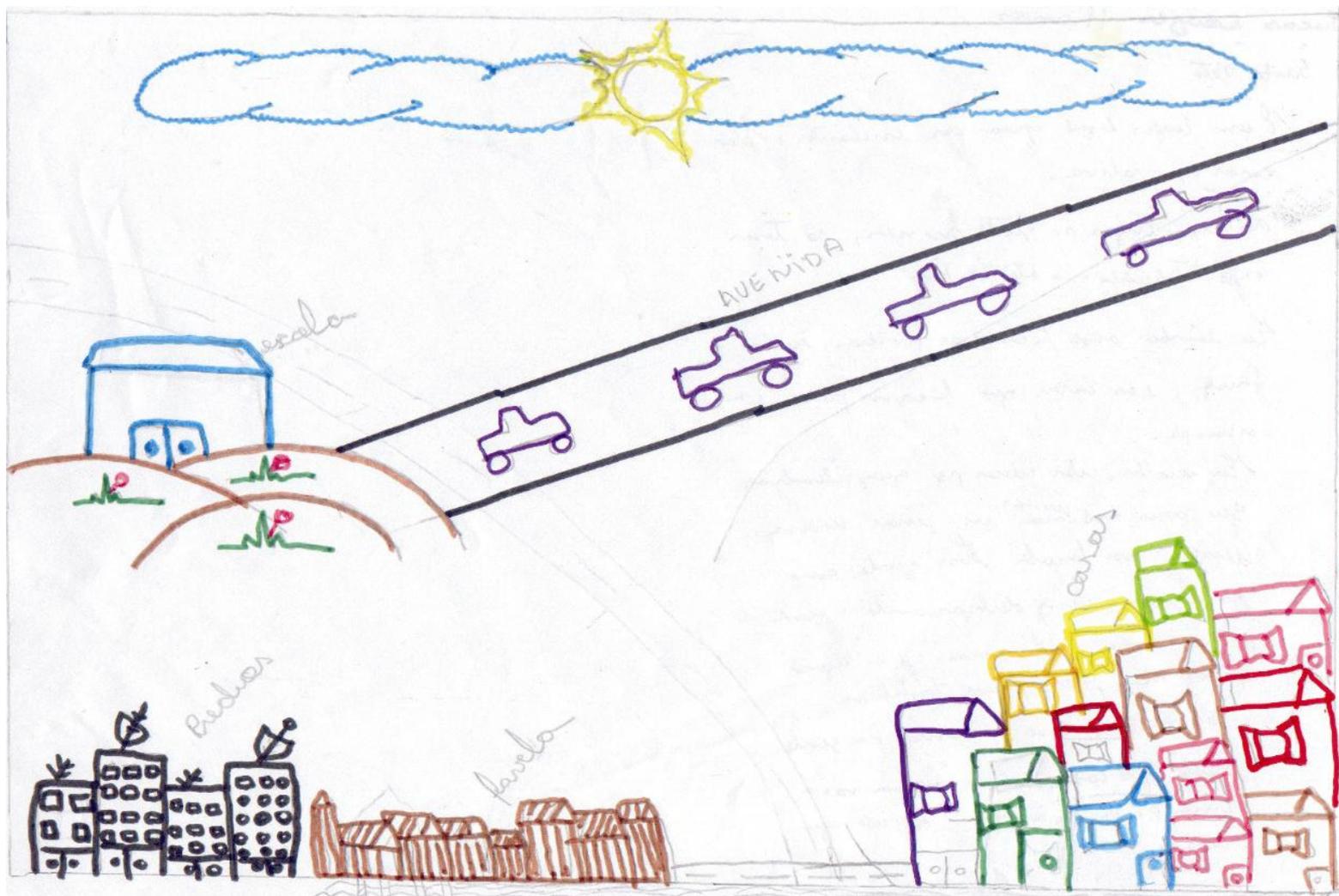
FLAVIA CRISTINA DA SILVA 13 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

Eu moro na entrada do CDHU. As vezes lá é bom e as vezes é ruim. É ruim porque quando está chovendo molha dentro de casa. Ai minha mãe tem que limpar sozinha o esgoto ninguém ajuda. O pessoal joga lixo e junta rato, um rato já mordeu meu sobrinho. Eu gosto de chegar em casa, de fazer minha lição, de dar comida para o meu cachorro.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei a minha casa, eu gosto de cuidar dela.



LUCAS SOUZA 11 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

É um lugar legal apesar das enchentes e dos casos policiais. Não tem lugar para a gente brincar, só tem o telecentro no Vista Alegre e aqui o Arte na Rua.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei os prédios e a favela perto da minha casa, e as casas do morro. Eu escolhi desenhar estas coisas porque quis lembrar as pessoas que aqui nos prédios elas vivem bem e na favela tem gente que passa fome e sofre com o deslizamento. Nas casas do morro onde moro, também tem gente que não tem nada para comer e a gente ajuda. A vida aqui é assim.



WASHINGTON LUIZ 15 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

O lugar onde moro é totalmente diferente, tem um pouco de cada coisa, um pouco de crime, um pouco de alegria, um pouco de paz. Têm quatorze anos que moro aqui, na minha infância era bonito, era legal, não tinham tantas casas, o rio era limpo e bonito. Depois foram aumentando os barracos, sujando rio, lixo espalhado.

Descreva o seu desenho?

De um lado do desenho eu quis representar como era, e do outro como é hoje



LINCOLN AUGUSTO DA SILVA 15 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

É legal, tem várias atividades que são feitas em lugares como aqui o Arte na Rua. Conheço todo mundo, não vejo muitas brigas. É um lugar bom de morar.

Descreva o seu desenho?

Eu desenhei o escadão que dá acesso as casas. Também desenhei a avenida, o Arte na Rua e um avião no céu. Aqui passa muito avião. Eu olho muito para o céu.



HAMILTON DE CARVALHO 19 ANOS

Como é a paisagem do lugar onde mora?

A paisagem é crítica

Descreva o seu desenho?

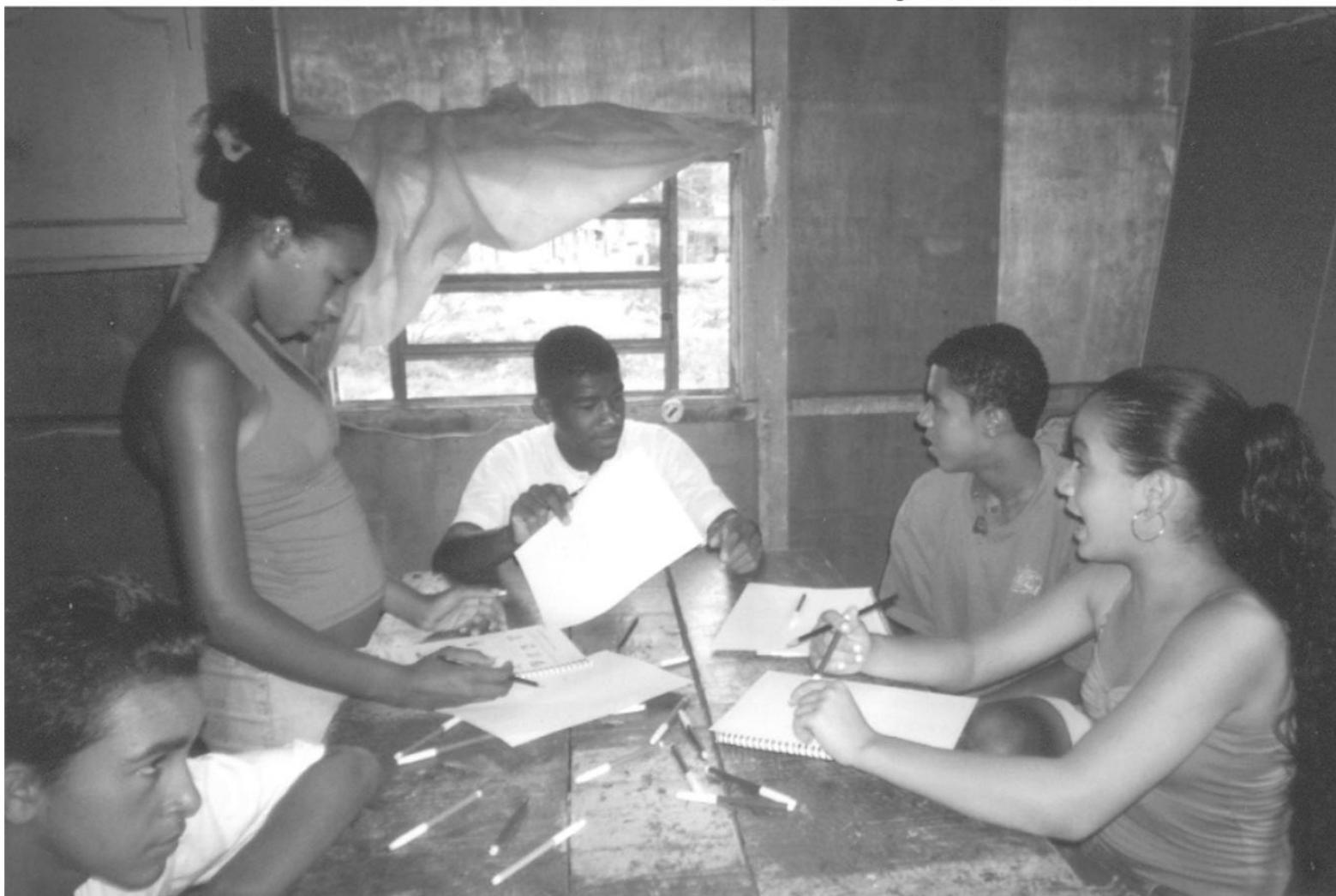
Esta borboleta retrata a metade do meio ambiente que está sendo preservada, e ela está vendo como o ser humano está destruindo isso, jogando lixo nos rios, nossas árvores, nosso ar.

Crianças do Projeto Arte na Rua, junto as flores que plantaram



Fonte: Cecília Machado, 2006 em visita a entidade

Jovens do Projeto Arte na Rua, na oficina de representação da paisagem



Fonte: Cecília Machado, 2006

Crianças do Projeto Arte na Rua, na oficina de representação da paisagem



Fonte: Cecília Machado, 2006



CONSIDERAÇÕES FINAIS

61:018



Esta parte da dissertação está organizada em três módulos:

Considerações Finais (pág. 261 a pág.262). Discutem-se algumas problemáticas da pesquisa.

Brasilândias (pág.262 a pág.267). Discute como o estudo da paisagem, a partir dessa aproximação da realidade, adotada na pesquisa, pode revelar peculiaridades de uma paisagem e mesmo diferentes valorações.

Arquitetura da Favela e na Favela (pág.267 a pág. 272)

Começa-se a construir uma hipótese para uma futura aproximação nessa região, a partir do reconhecimento das formas próprias desses lugares, e do questionamento da inserção social do arquiteto e das formas de produção urbanas.

Considerações Finais

Nessa pesquisa, há um entendimento de que a paisagem urbana não pode ser compreendida sem as pessoas, sem o conhecimento de suas histórias e dramas. Isso não significa que as questões estruturais são ignoradas. Percebe-se, entretanto, ao buscar através das pessoas e de suas vidas, reconstruir o entendimento dessa paisagem e seu sentido, que só, as questões estruturais e morfológicas não dão conta da natureza desses espaços. A especificidade e concretude das experiências que tecem a paisagem, deste modo, não existem em autonomia de movimentos mais estruturais.

Essa é uma compreensão crítica e de complexidade, que teve como base o conceito de “paisagem como experiência partilhada”, levando a procedimentos de pesquisa que permitissem essa aproximação em relação ao cotidiano dos moradores. Assim, as vivências em campo levaram às escolhas dos procedimentos, e a cada estudo, novas possibilidades de investigação abriam-se, inclusive apontando para a necessidade de aprimorar os procedimentos, a partir de uma construção conjunta desses procedimentos com os moradores.

O referencial teórico não se deu a priori. Foi construído e questionado a cada resignificação das informações de campo, respondendo assim ao método, e aos pressupostos iniciais dessa pesquisa, determinados pela compreensão dos elementos que constituem a paisagem, dos valores, dos usos, das relações humanas, das crenças e das expectativas dadas a

essas áreas. Da necessidade de superar a homogeneidade da imagem que se atribui às regiões periféricas e agir a partir de parâmetros reais, definidos por suas especificidades de paisagem.

Em função disso, nessa aproximação da realidade, alguns entendimentos sobre a paisagem periférica foram transformados. Foi revelada uma outra dimensão dessa realidade, dessa forma espontânea de produção do espaço, com criatividade, o que levou a uma desconstrução das bases ideológicas e de formação acadêmica, que reduzia estes espaços às suas precariedades e à sua violência.

Somente ao introduzirmos as questões da cultura nesse processo racional de pensar o espaço periférico, é que teremos a possibilidade de reconhecer, não só suas precariedades, mas também o potencial humano desses lugares, bem como as formas criativas de produzir as moradias em cima de um território muitas vezes sem delimitações prévias, livre das normas urbanas e edículas.

Esse entendimento não é uma visão romântica sobre as paisagens periféricas e as ocupações espontâneas urbanas, mas uma crítica ao modo de produção do espaço urbano e à “inserção social do arquiteto”, bem como a funcionalidade e racionalidade da arquitetura, que pensa essas regiões de maneira homogênea.

Brasilândias

Como foi mostrado em toda essa dissertação, o contato pessoal com uma paisagem e sua gente, permite ultrapassar o “olhar” habitual de planejadores e arquitetos, de pensar paisagens, por vezes, de maneira distanciada. Essa possível aproximação, a partir dos processos estruturais,

relacionada às histórias dos lugares, aos dramas de vida e ao estudo da valoração dessas paisagens.

A Brasilândia, assim, mostrou-se como “Brasilândias”. Não é, e não pode ser entendida de maneira homogênea; nela existem periferias, regiões consolidadas, existem moradores que a valorizam e outros que só estão ali por não terem alternativa.

Dentro desse universo, parece haver, em linhas gerais, uma relação entre o tempo de moradia e valorização ou não da Serra da Cantareira. Esse tempo de moradia foi dividido em três períodos, definidos a partir do estudo da expansão urbana do distrito (como detalhado no capítulo 2). Assim, a cada período, uma região do distrito era ocupada ou adensada, influenciada por processos estruturais de urbanização da metrópole. No entanto, além dessas dinâmicas estruturais, apresentavam-se diferentes variáveis, que acabaram por caracterizar diferentes formas de apropriação do espaço, bem como de sua valoração¹.

Na área mais antiga e consolidada do distrito de Brasilândia, junto ao distrito da Freguesia do Ó, área que é ocupada a partir da década de 1940, os moradores que moram nas regiões mais altas, têm a Serra da Cantareira “*como uma bela vista das suas janelas*”, e estabelecem uma relação distanciada, de contemplação, e não de vivência. Os moradores das regiões mais baixas, não têm uma relação com a Serra, nem cotidiana, tampouco visual, já que há uma limitação do campo visual de boa parte dos moradores dessa região, devido aos morros altos que precedem a Serra da Cantareira.

Durante os percursos de campo, foi questionado, a muitos dos

¹ Porém, é preciso atentar que essas relações são muito mais complexas e que existem outras variáveis.

moradores, sobre o lazer na Serra. A maioria não fala das trilhas existentes no próprio distrito, cita pontos turísticos do Parque da Cantareira, como por exemplo, o ponto turístico Pedra Grande. Não que eles freqüentem esses pontos turísticos, mas identificam o lazer na Serra diretamente ao lazer no Parque, um lazer estruturado.

A falta de articulação viária do distrito, bem como a falta de transporte público direto para a região da Serra, fortalece esse processo. Para quem mora na área consolidada, essa região não tem atrativos, nem para o lazer, nem para atender outras necessidades cotidianas, como pontos comerciais ou de serviços. Assim, não há necessidade de conhecer essa outra face do distrito.

Diferente dos moradores dessa região consolidada, muitos moradores da área da pré-Serra da Cantareira, região que passa a ser ocupada na década de 1970, vivenciam a Serra. São eles que, em sua maioria, superam o medo do tráfico de drogas que restringe o acesso às trilhas da Serra e buscam caminhos alternativos para cruzar essa região, a fim de chegar até as cachoeiras da Serra da Cantareira.

Os moradores da pré-Serra, que também tem a Serra como *"vista de suas janelas"*, estabelecem uma relação que vai além da contemplação; é , uma valoração que está relacionada ao tempo de moradia na região, determinando a proximidade espacial com a floresta. Eles perceberam o processo de ocupação e de degradação sobre a Serra. Lembram que, ao chegarem ao distrito, *"era tudo mato"*, e o lazer eram as trilhas junto aos antigos sítios da região e que davam acesso à antiga Estrada do Vista Alegre.

Diferente desses moradores, os que ocupam a própria Serra da Cantareira (região que registra ocupações desde a década de 1970, num

processo que intensifica-se agressivamente a partir da década de 1990, principalmente no Jardim Paraná e Jardim Damasceno) mantêm, em sua maioria, uma relação de “distanciamento”² com a Serra. Estão sobre a Serra, mas a desconhecem, poucos percorrem suas trilhas. Ao contrário dos moradores da pré-Serra, a proximidade com a Serra não determinou sua valoração. Processo que também é resultado da violência atribuída a essas regiões.

Neste contexto, os estudos de percepção, bem como os percursos e conversas, conduziram a um importante entendimento das interações estabelecidas entre os diversos grupos de moradores e a Serra. Mesmo assim, é preciso lembrar que essas conclusões não foram confirmadas com o trabalho de campo, no sentido de hipóteses iniciais. Elas foram formuladas durante o trabalho de campo, na participação do pesquisador com o cotidiano dos moradores.

Essa aproximação do real, através da percepção do morador, encaminha a uma composição de diretrizes ambientais e urbanas para essa região. Ao ultrapassar a opacidade da percepção e, inclusive, ao perceber seus conflitos, questionam-se intervenções urbanas distanciadas da realidade e das expectativas dos que moram lá, mesmo que os padrões de construção e urbanização precisem então ser repensados.

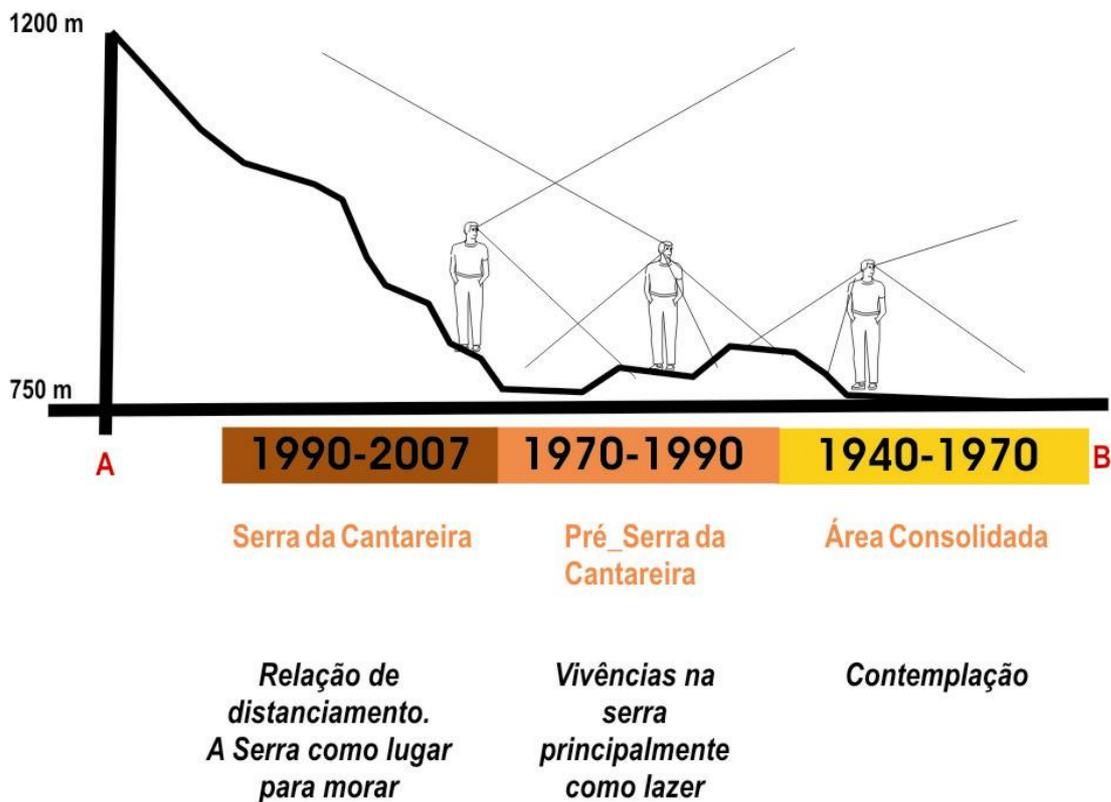
A seguir, resumem-se esses estudos, nos quais se busca entender a relação entre os diferentes grupos de moradores com a Serra da Cantareira.

² Este distanciamento não é espacial e pode ser entendido como falta de vínculo com a Serra, sendo esta constituída pela sua parte conservada.

As diferentes relações estabelecidas dos moradores do distrito com a Serra da Cantareira



A valorização da Serra segundo tempo de ocupação e lugar da moradia, aspectos que influenciam os modos de ver e de produzir esta paisagem



Fonte: Análise e Mapeamento dos dados, Cecília Machado, 2006
Corte Base AB em SILVA, M. (2002)

Arquitetura da Favela e Arquitetura na Favela

Ao longo dessa dissertação foi possível perceber que a paisagem, como produção social, não deve ser reduzida ao resultado de uma dinâmica de acumulação de capital , já que perde, assim, sua significância, ao não serem consideradas as variações sutis da cultura.

“A paisagem urbana não é apenas um palimpsesto de estruturas materiais. É também o lugar onde se sobrepõe, de maneira singular e complexa, várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem mais ser rebaixados à categoria de simples determinantes estruturais” (GANDY, 2004).

Muitas intervenções no espaço periférico, principalmente em favelas e loteamentos clandestinos, refletem essa visão parcial. A maior parte dos planos e projetos de urbanização tem como objetivo, a provisão de moradias, a remoções de casas em situação de risco e a implantação de infra-estrutura. Analisa-se a densidade habitacional, se as vielas têm a dimensão necessária para as atividades diárias dos moradores, entre outros fatores, mas não se analisa os significados e valores desses mesmos espaços. A partir desse entendimento, começa a se construir uma hipótese para futuras aproximações.

Por vezes, esse tipo de análise (dos valores atribuídos aos lugares), é feita por uma equipe “social”, dissociada da equipe “física”. Quando essa categoria de existência - a do “local” - , é estudada, ela não é feita pela equipe que desenvolverá o projeto de urbanização. Com isso, os projetos acabam se dividindo em dois , dos quais só um será implantado.

A percepção dos moradores dessas regiões, seus modos de ver,

viver, experienciar e produzir o espaço, devem fazer parte do conhecimento necessário para fazer qualquer tipo de intervenção. Assim, faz-se necessária a compreensão da percepção dos moradores do lugar onde moram, bem como seus anseios, permitindo novas soluções para a problemática que se estabelece nessa forma de ocupar regiões que, por vezes são de importância ambiental.

O desconhecimento, por parte do arquiteto, da organização e da participação da população na produção da paisagem, leva à desvalorização das formas e dos espaços, principalmente os adaptados espaços de encontro e lazer, que se mostram como verdadeiras riquezas para a sociabilidade dos moradores. Uma dificuldade que resulta do pouco conhecimento desse tipo de estrutura urbana, pelos arquitetos, que passam a estudar e depois a atuar em favelas somente na segunda metade do século passado, quando começam a registrar trabalhos de grande repercussão, principalmente através da avaliação das políticas existentes.

“Até por volta de 1975, não existia contratação de projeto para favelas” (TANAKA, 199:66)

Muitos entendiam que a resolução desse problema habitacional deveria ser resolvido pelos profissionais do Serviço Social (TANAKA, 1993). Além disso, o poder público, por muito tempo, fez intervenções nesses espaços, tendo como objetivo sua erradicação, não sua urbanização. Para TASCHNER (1993), apud TANAKA(1993), a favela era entendida como uma doença da cidade.

Diferente dessa posição simplista (remoção das famílias e relocação em conjuntos habitacionais modernistas), os arquitetos, nas últimas

décadas, passaram a pensar essas intervenções a partir da urbanização dos espaços, ou melhor, da transformação desses espaços em bairros, porém, da cidade formal, como questiona JACQUES (2003):

“ A favela deve se tornar um bairro formal para que uma melhor integração da favela ao resto da cidade se torne possível. Mas as favelas já não fazem parte da cidade há mais de um século? Será que essa integração formal é necessária? Esta não seria uma imposição autoritária de uma estética formalista, visando uma uniformização do tecido urbano?” ³

Houve experiências positivas de arquitetos, em áreas de favela, porém não há uma memória coletiva dessas formas de pensar o espaço espontâneo, a ponto de orientar o ensino da arquitetura para essas realidades. Como, por exemplo, a experiência da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades),⁴ no qual o arquiteto Carlos Nelson F. Santos e sua equipe, fizeram a urbanização da favela Brás da Pina, no Rio de Janeiro, na década de 60; os moradores é quem faziam o projeto de suas casas e as construíam. Esse foi um projeto revolucionário para a época, com intensa participação dos moradores, mas que foi pouco divulgado.

“Se você vai hoje em Brás de Pina, vai ver que não tem uma casa igual a outra. Bem diferente dos conjuntos habitacionais.”

³ Esse texto foi parcialmente publicado em inglês: "The Aesthetics of the favela: the case of an extreme", in "Transforming cities, design in the favelas of Rio de Janeiro", Londres, AA Publications, 2001. O artigo foi publicado originalmente em português, no Portal Vitruvius, Texto Especial Arqtextos, n. 078, junho 2001 e está disponível em www.rizoma.net.

⁴ A Codesco era uma integração entre governo, universidade e comunidade.

SILVIO FERRAZ, jornalista e idealizador do projeto, em entrevista a Marcelo Monteiro, em 23/11/2004⁵

Nesse trabalho, os arquitetos ultrapassaram suas visões particulares perante a realidade da comunidade Brás da Pina. LIPAI (1993), reforça a importância dessa forma de pensar o espaço, e postula que o arquiteto precisa “(...) desenvolver uma consciência de que todo o seu processo de criação quase sempre estará dirigido a outros indivíduos”. Assim, é necessário ultrapassar a “participação” do morador, do usuário ou do cliente, na definição do programa de necessidades do projeto.

A aproximação desta “outra realidade”, para FERRARA (1999), é um “*ir para ver*” e acrescento, para “*descobrir*”, e não para confirmar o que acha que já se sabe sobre esses espaços e essas paisagens. É transpor os limites históricos da formação, que pela natureza de seu trabalho, deveria ser ainda mais ampla.

“(...) devemos considerar a arquitetura como uma das áreas de estudo mais abrangentes quanto à diversidade de conhecimentos necessários para que um arquiteto possa atuar com o potencial pleno, ao conciliar arte e técnica com o complexo universo do ser humano” (LIPAI, 1993).

Mesmo com a complexidade que se imagina necessária para essa formação, não é possível fortalecermos a criação de barreiras do arquiteto com outras realidades, não só de outras escolas, mas da realidade urbana brasileira.

⁵ Artigo disponível em www.favelatemoria.com.br, Portal Viva Favela, iniciativa da ONG Viva Rio.

A superação da fragilidade de formação profissional e intelectual, pode se dar com a interdisciplinaridade com outras áreas, como a geografia cultural, a filosofia, a antropologia, a história, a ecologia e até mesmo a psicologia. Porém, a superação das barreiras com outras realidades urbanas, só se dará com a sua imersão nessa realidade social, com o reconhecimento de suas especificidades e valores próprios, podendo, a partir dessa aproximação, garantir a sustentabilidade dos projetos e dos recursos empenhados. Porém,

*“(...) a arquitetura tem grandes dificuldades em enfrentar os riscos do acaso, do aleatório, do arbitrário, do fragmentário”
(JACQUES, 2003:44).*

E é o que precisa ser enfrentado, ou melhor, explorado e descoberto. Mas, como trabalhar com mudanças contínuas, com as incertezas de futuro, principalmente se a imagem tradicional da arquitetura está ligada à idéia de algo durável, fixo? (JACQUES, 2003) Assim, ao levarmos referência urbanística a esses assentamentos, é preciso mais do que respeitar suas formas próprias de apropriação e produção, é preciso reconstruir a compreensão de tempo, desvinculado da mensuração e da previsibilidade. Uma arquitetura do tempo, como ela se apresenta.

*“(...)os arquitetos têm o habito de espacializar o tempo, enquanto os favelados agem mais temporalizando o espaço”
(JACQUES, 2003:55)*

Para BRANCO (1981:03), mesmo essas construções sendo espontâneas e improvisadas, e mesmo não se tendo um projeto final, é possível reconhecer nelas um PARTIDO, *“(...) denunciando uma vinculação com todo um comportamento ligado à forma de morar”*, o que não significa que

não haja diversidade e particularidades.

Assim, como mostrado nessa dissertação, nas “Brasilândias” existem pessoas que produzem de maneira diferente esses espaços, frente às limitações de um sistema desigual, porém, tanto imersos quanto transformando sua cultura, sua história e sua percepção. Não seria possível tratar essa paisagem como única, ela é partida. Nem quem mora lá tem essa totalidade. As pessoas, ao falarem de suas percepções, fizeram escolhas, evidenciaram o que valorizavam, mas também o que conheciam: a Brasilândia que faz parte de seu cotidiano.

Seria importante que os projetos de urbanização não fossem alheios a esse universo, bem como a essa “arquitetura popular brasileira”. A moradia não é um produto a ser reproduzido em série, é uma construção guiada pelas preferências, valores e cultura do indivíduo, que encontra nela, o abrigo e a estabilidade, mesmo que esta, segundo BACHELARD (2000), seja ilusória.

Neste contexto, o estudo da paisagem pelo arquiteto, enquanto experiência partilhada, leva a uma aproximação da realidade desses espaços por outros caminhos, sem se limitar aos problemas de risco, de falta de acessibilidade, de adensamento, entre outros. Isso nos leva a pensar a estrutura desses assentamentos, seus fragmentos, seus labirintos, e rizomas⁶, nos quais a produção dos espaços passa a ser entendida como auto-expressão, o que nos leva a novas possibilidades de pensar esses lugares e essas paisagens, merecendo destaque no processo que orienta a continuidade dessa pesquisa.

⁶ JACQUES (2003), estuda as favelas sobre essas três figuras conceituais. Labirinto se baseia no estudo do conjunto de barracos; fragmentos resultante da observação dos barracos, de sua forma fragmentária; rizoma, baseia-se no estudo do crescimento rizomático das favelas, no entendimento de seus novos territórios urbanos.

BIBLIOGRAFIA

ANCONA, Ana Lucia. *A Questão Ambiental Urbana*. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, 1993.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ATLAS do Censo Demográfico 2000: IBGE.

BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

BARROS, Mario Thadeu Leme de. *Gerenciamento Integrado de Bacias Hidrográficas em Áreas Urbanas. Sistema de Suporte ao Gerenciamento da Água Urbana, Estudo de Caso: Rio Cabuçu de Baixo, Cidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp/Cnpq, 2004.

BRANCO, Bernardo José C. *Posseiros do Monte Belo*. Dissertação (Mestrado) apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1981.

BERLINCK, Manoel T. *Migração Interna e Adaptação na Aidade de São Paulo*. Monografias FAU/ USP.

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

BERQUE, Augustin. *Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural* in *Paisagem, Tempo e Cultura* / Org. Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, *Estatuto da Cidade. Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos; Lei n. 20.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana*. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados Coordenação de Publicações, 2002.

BREDARIOL, Celso. *Cidadania e Política Ambiental*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

BROSSO, Rubens. *Um Olhar Despercebido*, Semiose urbana e dispositivo jornalístico: a favela como corpo emissor de signos. Tese de Doutorado. Departamento Jornalístico da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2003.

BONI, V. ; QUARESMA, Silvia Jurema Leone . *Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da Ufsc, Florianópolis - SC, 2005.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2000.

CARVALHO, Elza Maria Braga de. *O Vão entre a Cidade Fática e a Cidade Legal: o processo de regularização fundiária em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

CASTELLO, Lineu. *A percepção em Análises Ambientais*. São Carlos, UFSCar: Ed. Studio Nobel, 1996.

CENSO DEMOGRÁFICO IBGE. *Base de Informações por Setor Censitário - resultados do , 2000*.

CLAVAL, Paul. *A Paisagem dos Geógrafos*. in *Paisagens, Textos e Identidade / Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

_____. *Histoire de la géographie française de 1870 à nos jours*, Paris, Nathan. 1999

_____. *A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia*. In *Introdução à Geografia Cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura*. In *Paisagens, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *Ética e o Espelho da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CRITELLI, Dulce Mára. *Analítica do Sentido. Uma Aproximação e Interpretação do Real de Orientação Fenomenológica*, São Paulo: EDUC, Brasiliense, 1996.

DEL RIO, Vicente. *Percepção ambiental : a experiencia brasileira*. São Carlos : UFSCar, 1996

DURHAN, Eunice. R. *A Caminho da Cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

FERRARA, Lucrécia. *Olhar Periférico*. São Paulo: Ed. Edusp, 1999.

FREITAS, Carlos Geraldo Luz. *Habitação e Meio Ambiente. Abordagem Integrada em Empreendimentos de Interesse Social*. São Paulo: IPT, 2001.

FUNDONESP. *Mapeamento de Risco Associado a Áreas de Encosta e Margens de Córregos nas Favelas do Município de São Paulo*, 2003.

GANDY, Matthew. *Paisagem, Estéticas e Ideologia*. In *Paisagens, Textos e Identidade/ Org. Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

GOUVEIA, Luiz alberto de Campos. *Brasília: a Capital da Segregação e do Controle Social: Uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Ed. Annablume, 1995.

GTA Assessoria Técnica. *Diagnóstico - Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia*, 2003.

- GTA Assessoria Técnica. *Diretrizes e Prioridades – Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia*, 2003.
- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.
- HERLING, Tereza. *A Floresta em São Paulo, a Cidade na Cantareira: Fronteiras em Transformação*. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.
- JACOBI, Pedro Roberto. *Cidade e Meio Ambiente: Percepções e Práticas em São Paulo*. São Paulo: Ed. Annablume, 2000.
- JACQUES, Paola Berestein. *Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____. *The Aesthetics of the favela: the case of an extreme*, in "Transforming cities, design in the favelas of Rio de Janeiro", Londres, AA Publications, 2001. Disponível em português, no Portal Vitruvius, Texto Especial Arqtextos, n. 078, junho 2001 e em www.rizoma.net.
- JANUZZI, Paulo de Martino. *Migração e Mobilidade Social -Migrantes no mercado de trabalho paulista*. São Paulo: Ed. Autores Associados,2000.
- JORNAL DA CANTAREIRA. *"Impunidade mantém aterro no Jardim Damasceno"*. São Paulo, agosto, 2005.
- JORNAL DA CANTAREIRA. *Histórias da Comunidade*. Edições: Dezembro, 2003 – Agosto, 2003 – Fevereiro, 2004 – Julho, 2005.
- JORNAL DA SERRA. *Rodoanel Edição Especial*, 2003. Disponível em www.jornaldaserra.com.br
- KANT, Emmanuel. *Crítica da Razão Pura*. Versão eletrônica, Grupo de Discussão Acrópolis (Filosofia). disponível em <http://br.egroups.com/group/acropolis>.
- KOSIK, karel. *Dialética do Concreto*, tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2º ed. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LABHAB FAUUSP. *Relatório de Avaliação de Políticas Habitacionais Recentes*, 2003.
- LANGENBUCH, Jurgen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: (estudo de geografia urbana)*. São Paulo: Biblioteca Geográfica Brasileira, 1971.
- LIPAI, Alexandre Emílio. *Arquitetura: Percepções de Uso do Espaço e suas Múltiplas Realidades*. Tese (Doutorado) apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.
- MACHADO, Lucy. *A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada*. Tese (Doutorado), Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas

da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1988.

MANENTE, F.C.M. *A Moradia Popular Chegou à Serra da Cantareira*. Tese (Mestrado), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. *Cidade e Natureza-Proteção dos Mananciais e Exclusão Social*, São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1999.

MARICATO, Ermínia T.M. *Metrópole da Periferia do Capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia T.M. (org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARQUES, Eduardo . TORRES, Haroldo. *São Paulo Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais*. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MAZZEI, Kátia. *Manejo de Unidades de Conservação em Áreas Urbanas: Parque Estadual da Cantareira - discussão para incorporação de novas áreas*. Dissertação (Mestrado), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. *O Lazer no Planejamento Urbano*. In *Cadernos de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *A Paisagem como Fato Cultural*. In Yázigi, Eduardo(org.) *Turismo e Paisagem*, São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

METZGER, Jean Paul. *O que é ecologia de paisagens?*, disponível em www.biotrópica.org.br.

MEYER, Regina Maria Proserpi - *O Urbanismo e a Reparação das Cidades*. In BRASMITTE, *Intervenções Urbanas*. São Paulo: Projeto Arte/Cidade e Instituto Goethe, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert e COSTA, Wanderley Messias. *A Valorização do Espaço*. 4º ed., São Paulo: Ed. Hucitec, 1984.

NOVAES, Washington. *A Década do Impasse: da Rio 92 à Rio + 10*, São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2002.

PAIVA, Rita de Cássia Souza. *Subjetividade e Imagem : A literatura como horizonte da filosofia em Henri Bergson*. Tese (Doutorado) apresentado ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

PENDLEBURY, Michael. *Experience, Theories Of*. In *A Companion to Epistemology*, editado por Jonathan Dancy e Ernest Sosa. Malden (MA, EUA) e Oxford: Blackwell, 2005.

PIRES, Célio. *Origens da Vila Brasilândia*. São Paulo, 2002. Disponível em www.freguesianews.com.br.

- PMSP, *Processo de Regularização do Loteamento Jd. Paraná*. Resolo II, 1995.
- PMSP, *Relatório de Vistoria de Campo Jardim Paraná*. Consórcio Hidroconsult e JMR, 2005.
- RESOLO, *Regularização de Loteamentos no Município de São Paulo*: Portela Boldarini Arquitetura e Urbanismo, 2003.
- PMSP, SMMA; SMPU. *Atlas Ambiental do Município de São Paulo*, 2001. Disponível em www.prodiam.so.gov.br/svma/atlas.
- PMSP. SVMA. Departamento de Controle da Qualidade Ambiental. *Efeitos ambientais da ocupação irregular na região da Serra da Cantareira no município de São Paulo*, 2000.
- POOPER, Karl. *Conjeturas e Refutação*. Traduzido por Bendita Bettercourt. São Paulo: Ed. Almedina, 2003.
- PRO-AIM. *Boletins*. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br
- RAMOS, Aluísio Wellichan. *Fragmentação do Espaço da/na Cidade de São Paulo: Espacialidades diversas do bairro da Água Branca em questão*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.
- RELPH, Eduard. C. *As Bases Fenomenológicas da Geografia*. In *Geografia* 4, abril, 1979.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e territórios na cidade de São Paulo*, São Paulo: Ed. Studio Nobel, 2003.
- SACHS, Céline. *Políticas Públicas e Habitação Popular*. São Paulo: Ed. Edusp, 1999.
- SANDEVILLE JR, Euler. *As Sombras da Floresta. Vegetação, Paisagem e Cultura no Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1999.
- _____. *"Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana"* in *Paisagens em Debate*, FAU.USP, v. 2, 2004.
- _____. *Paisagens Enquanto Paisagem*. São Paulo, 2006, inédito.
- _____. *"Paisagem"* in *São Paulo: Paisagem e Ambiente*, n. 20, 2005, pg. 47-59.
- _____. *Paisagens são experiências compartilhadas*. São Paulo, 2004, inédito.
- SANTIAGO, Daniel. *Brasilândia: Uma Cidade dentro de um Bairro*. Projeto de documentário de média metragem, São Paulo, 2005.
- SANTIAGO, Daniel. *Brasilândia e Suas Histórias*. Documentário de média metragem, São Paulo, DSS Produções, 2006.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 4. ed., São Paulo: Ed. Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, Myrian Sepulveda. *Memória Coletiva e Teoria Social*, São Paulo: Ed. Annablume,

2003.

SANTOS, Laerte Moreira. *Expansão Urbana da Cidade de São Paulo e a Segregação Sócio-espacial durante o período de 1850-1992*. Disponível em www.cefetsp.br

SILVA, Dimas Antonio. *Evolução do Uso e Ocupação da Terra no Entorno dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Lofgren e Impactos Ambientais Decorrentes do Crescimento Metropolitano*. Dissertação (Mestrado) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000.

SILVA, Jailson de Souza. *Favela: Alegria e Dor na Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SILVA, Lucia Sousa. *Proteção Ambiental e Expansão Urbana : A ocupação ao Sul do Parque Estadual da Cantareira*. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Marcia Aparecida da Silva. *Percepção da Paisagem e Planejamento no Distrito de Brasilândia- SP*. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

SOCIEDADE ROSAS DE OURO. *A Nossa História*. 2006 Disponível em www.sociedaderosasdeouro.com.br.

SOUZA, Maria Adélia de Souza. *Território Brasileiro- Usos e Abusos* Campinas: Edições Territorial, 2003.

SPIRN, Anne Whiston. *O Jardim de Granito: A Natureza no Desenho da Cidade*. Tradução Paulo Renato M. Pellegrino, São Paulo: Ed. Edusp, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*, 2000.

TABARELLI, Marcelo. *Clareiras Naturais e a Dinâmica Sucessional de um Trecho de Floresta na Serra da Cantareira- SP*. Tese (Doutorado) apresentada ao Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, 1994.

TANAKA, Marta Maria Soban. *Favela & Periferia*. Tese (Doutorado) apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Um Estudo de Percepções, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

VIEIRA, Miguel Gomes . *Relações de Trabalho no Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - Área de Cachoeira - na pré - Serra da Cantareira*. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*, São Paulo: Ed. Studio Nobel, 2001.

VIVA O RIO - Portal Viva a Favela. *Brás da Pina*. Disponível em www.favelatememoria.org.br

ZARTH, Paulo Afonso. *Os Caminhos da Exclusão Social*, Rio Grande do Sul: Ed. UNIJUI, 1998.

Imagens Capas _créditos

Capa da Dissertação - Disponibilizada por Maria Bonfim, moradora do distrito.

Capa Introdução - Foto Marta Baião, 2003. Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Capa Capítulo 1 - Foto Marta Baião, 2003. Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Capa Capítulo 2 - Foto Marta Baião, 2003. Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Capa Capítulo 3 - Foto Marta Baião, 2003. Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Capa Capítulo 4 - Foto Marta Baião, 2003. Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Capa Conclusão - Foto e Trabalho Gráfico Cecília Machado, 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)